3 1761 07041699 5

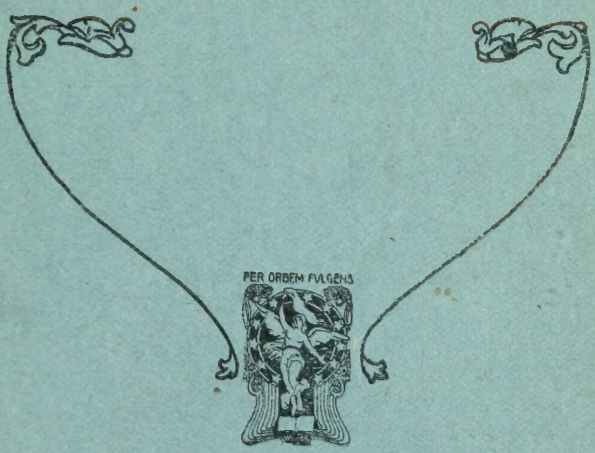
CARLOS R. ALVARÈS
encadernador
Trab. simples e de luxo
Rua do Olival, 262 – LISBOA

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/figurasdeontemed00dant

JULIO DANTAS

FIGURAS DE HONTEM E DE HOJE



PORTUGAL-BRASIL
COMPANHIA EDITORA
Lisboa

FIGURAS DE ONTEM E DE HOJE

OBRAS DE JÚLIO DANTAS

POESIA

Nada (1896) — 3.ª edição.
Sonetos (1916) — 5.ª edição.

PROSA

Outros tempos, inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas, etc. (1909) — 3.ª edição.
Figuras de ontem e de hoje (1914) — 3.ª edição.
Pátria Portuguesa (1914) — 4.ª edição, no prelo.
Ao ouvido de M.me X (1915) — 5.ª edição.
O amor em Portugal no século XVIII (1915) – 2.ª edição.
Mulheres (1916) — 5.ª edição.
Êles e Elas (1918) — 4.ª edição.
Espadas e Rosas (1919) — 5.ª edição.
Como elas amam (1920) – 3.ª edição.
Abelhas doiradas (1920) – 2.ª edição.
Os galos de Apollo (1921).
Arte de amar (1922) – 2.ª edição, no prelo.
As Grandes Batalhas – No prelo.

TEATRO

O que morreu de amor (1899) – 4.ª edição.
Viriato Trágico (1900) – 2.ª edição.
A Severa (1901) – 4.ª edição.
Crucificados (1902) – 2.ª edição.
A Ceia dos Cardeais (1902) – 26.ª edição.
D. Beltrão de Figueirôa (1902) – 4.ª edição.
Paço de Veiros (1903) – 3.ª edição.
Um serão nas Larangeiras (1904) – 4.ª edição, no prelo.
Rei Lear (1906) – 2.ª edição.
Rosas de todo o ano (1907) – 9.ª edição.
Mater Dolorosa (1908) – 5.ª edição.
Auto de El-Rei Seleuco (1908) – 2.ª edição.
Santa Inquisição (1910) – 2.ª edição.
O Primeiro Beijo (1911) – 5.ª edição.
D. Ramon de Capichuela (1912) – 3.ª edição.
O Reposteiro Verde (1912) – 2.ª edição.
1023 (1914) – 3.ª edição.
Sóror Mariana (1915) – 3.ª edição.
Carlota Joaquina (1919) – 3.ª edição.
D. João Tenório (1920).
A Castro (1920) – 2.ª edição.
Romeu e Julieta – No prelo.

A data indicada para cada obra é a da sua primeira edição.

JÚLIO DANTAS
Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

Figuras de ontem e de hoje

MULHERES. — POETAS. — NOVOS ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVIII EM PORTUGAL. — ARTE E ARTISTAS. — ASPECTOS E TIPOS

3.ª EDIÇÃO

LISBOA
PORTUGAL-BRASIL
COMPANHIA EDITORA
58 — RUA GARRETT — 60

PQ
9261
D3F5
1925

Reservados todos os direitos de reprodução: em Portugal, conforme preceituam as disposições do *Código Civil Português;* no estrangeiro (países da União) em harmonia com a Convenção de Berne, a que Portugal aderiu por decreto de 18 de Março de 1911, e a que o Brasil aderiu tambem pela lei n.º 4:541, de 6 de Fevereiro de 1922, e decreto n.º 15.530, de 21 de Junho do mesmo ano. A propriedade desta obra pertence à COMPANHIA EDITORA PORTUGAL-BRASIL.

1967

Tipografia da COMPANHIA EDITORA PORTUGAL-BRASIL
Rua da Alegria, 100 — LISBOA

AOS ILUSTRES DIRECTORES

DO "PRIMEIRO DE JANEIRO,,

JOAQUIM PACHECO
DR. GASPAR BALTAR

A PRIMEIRA COLECÇÃO DE "QUINTAS FEIRAS,,

PQ
964
D3F5

MULHERES

ARTE DE ENVELHECER

Minha senhora: — Recebi, há duas horas apenas, a sua carta. Por uma singular coincidência, entregaram-ma precisamente no momento em que, pela minha bôca, numa conferência pública, Strindberg, Nietzsche e Aristófanes diziam muito pior da mulher do que ela realmente merece. Não era o seu perfume habitual; não parecia a sua letra, que uma preocupação doentia perturbou; mas era sem dúvida o seu brazão, onde logo reconheci, batidas sôbre o lacre doirado, as seis arruelas de prata dos Castros e a cruz aberta e florida dos Pereiras. Era uma carta sua. Beijo-lhe as mãos, minha senhora, por se ter lembrado, num instante de sofrimento e de depressão moral, de que a minha inútil amizade existia para si.

Queixa-se v. ex.ª da dôr de envelhecer. Diz-me que os seus cabelos brancos começam a vêr-se mais, que a sua face amanheceu desbotada e sem frescura, que as suas mãos empalidecem e se cobrem dum longo relêvo de veias azúis, que alguma coisa morreu bruscamente dentro de si, que a invade uma fadiga inexplicável de tudo, que no seu coração começa a cair, insistente, essa neve lenta que não cansa, que não perdôa, que não pára senão com a morte. Fala-me da sua mocidade, do seu passado, dos seus triunfos de mulher, do brilho negro dos seus olhos, da firmeza antiga do seu perfil de me-

dalha, do traço outrora firme e sinuoso da sua garganta de deusa, — de tudo quanto em si foi ritmo, frescura, graça, virgindade luminosa, floração palpitante, encanto misterioso, — e confessa-me dolorosamente, entre duas palavras de saùdade húmidas ainda das suas lágrimas (minha pobre amiga!), que no fundo duma gaveta da sua cómoda Império, dissimulado no canhão alto duma luva, um pequeno revólver inglès espera o momento de decisão suprema em que a sua beleza se resolva a acabar de envelhecer.

V. ex.ª, minha senhora, não tem razão. A sua velhice é, por emquanto, uma impressão puramente subjectiva. Ninguêm se vê envelhecer. O espelho em que nos olhamos todos os dias, conhece-nos tanto, que não tem coragem para nos dizer que estamos velhos. A obra da decrepitude escapa à nossa própria observação, — como a marcha insensível do ponteiro de um relógio. Quem nos vê envelhecer, quem nos sente envelhecer, — são os outros. A velhice para nós é uma simples preocupação de número, um simples preconceito aritmético. Se não tivéssemos o doloroso hábito de contar os anos que vivemos, seríamos tão felizes como os animais, — que envelhecem sem o saber. E a sua idade, que v. ex.ª vai marcando escrupulosamente com uma pérola negra no seu colar de pérolas brancas, — são os seus quarenta e tantos anos, que a fazem sofrer quarenta e tantas vezes a dôr de envelhecer. Não; quem tem o seu espírito e a sua beleza envelhece devagar, minha senhora. As mulheres bonitas não tem idade, — como as estátuas. O diamante não se gasta como a opala, — e quarenta anos em si são uma primavera ainda.

Mas suponhamos que v. ex.ª, de facto, envelhece. Suponhamos que o seu meio-dia passa; que o seu

esplendor diminue; que êsse clarão violento da mocidade começa a fixar-se numa luz doirada e tranqùila de crepúsculo; que a sua frescura húmida de flor se cresta e morre; que a sua beleza musical perde expressão e ritmo; — que o seu longo adeus à glória de viver começou. E então? Pois não é ainda a velhice uma coisa bela? Não é quando certas flores murcham que teem mais vivo perfume? Não é quando deixa para sempre a mocidade, que a mulher começa a sentir mais deliciosamente o amor? Não é bem melhor recordar do que viver? Não são tão belos os cabelos brancos? Não é na religiosa impassibilidade da velhice que a vida nos aparece como um sorriso de beatitude e de paz? Não é quando as paixões deixam de tumultuar em nós, que a vida se nos revela na plena expressão da sua beleza? Não é a velhice um sono voluptuoso dos sentidos, — e não é tão agradável adormecer?

Mando-lhe, com esta carta, três livros velhos que são uma maravilha. Leia-os quando o seu espírito vacilar e sucumbir. Folheie-os amorosamente, estendida no seu «Récamier», com as suas mãos pálidas e cheias de jóias, onde o relêvo das veias azúis não é velhice, — mas raça. Medite-os, e embeba-se dessa alegria de viver que os infiltra como um óleo penetrante e luminoso. E' preciso, minha senhora, aprender a envelhecer. A velhice é uma arte, como é uma arte o amor, — como a infância dos filhos é uma arte sublime dos pais. Leia, sobretudo, o primeiro dêsses livros: o *Tratado da Velhice*, de Cicero. — *Il donne appétit de vieillir!*» — disse um dia o grande Montaigne, quando acabou de lê-lo. Há-de sentir-se bem. Pelo menos, mais resignada e mais calma. Estou certo de que o guardará, como um amigo, entre o seu Eça de Queiroz e o seu Musset; de que o levará para a cabeceira do seu leito, — de que adormecerá,

sorrindo, sôbre as suas páginas. Leia depois o segundo, o da capa amarela, — *Discorsi della vita sobria*, do ilustre Luigi Cornaro, que viveu cem anos e que ensinou a Itália a envelhecer contente. — «Quanto mais velho fôr o cardeal, mais probabilidades tem de ser Papa», — disse Cornaro; e na decrepitude sombria e purpurada do Vaticano, um raio de sol entrou. Quando acabar de folhear o terceiro, o *Elogio da Velhice*, de Séneca, em que o grande filósofo chama à velhice «a sua flor», tão jubilosamente como Fontenelle, aos 95 anos, lhe chamava «a sua jóia», — v. ex.ª estará completamente curada da crise neurasténica passageira que a aflige, e aceitará a velhice, daqui a muitos anos, quando ela realmente vier, com a mesma fácil resignação com que aceita as novas modas que não lhe ficam bem. A leitura é uma terapêutica admirável, — e, para quem tem o seu espírito e a sua sciência de lêr, é, minha senhora, a melhor de tôdas as terapêuticas. Um neuropatologista célebre dos nossos dias, o dr. Videmhér, cura certas fórmas de neurastenia dando a lêr aos doentes a *Vida de S. Francisco de Assis*; — e os pobres neurasténicos, reconhecidos ao bem que lhes faz a leitura dessas páginas de tão serena humildade, beijam o velho médico na face. Eu não me atreverei a pedir-lhe tanto, minha senhora, pela receita de Cícero, de Cornaro e de Séneca. Mas se o meu desejo veemente de a beijar pudesse convencê-la de que a hora da sua velhice não chegou ainda — não teria dúvida alguma em lho expressar aqui, na discreta eloqüência da minha amizade, certo de que, muitas vezes, é um beijo o melhor argumento para convencer uma mulher.

Adeus. E não se esqueça de me mandar pelo portador o seu revólver. Fica melhor na minha gaveta. Quem sabe qual de nós dois precisará dele mais cedo!

MISS KATE

Hoje, de manhã, o meu velho criado João entrou como de costume no meu quarto, abriu de par em par a janela e disse, estendendo-me uma carta numa bandeja de prata:

— Morreu *miss* Kate, senhor doutor.

Uma luz clara e fresca de manhã de outono embebeu-se na sêda vermelha da parede, escorreu, junto de mim, como oiro fluido, pelo linho branco dos lençóis. Abri a carta. Não havia dúvida. *Miss* Kate tinha morrido, às cinco horas da madrugada, em S. João do Estoril.

— Estão à espera da resposta, senhor doutor.

— Diga que vou no primeiro comboio.

Três quartos de hora depois, ainda a calçar as luvas, eu seguia sòzinho, na carruagem-salão de um expresso, a caminho do Estoril. Nunca supus que pudesse receber com um sorriso de tão resignada ternura a notícia da morte de alguêm. Recostei-me mais cómodamente, acendi um *bout doré* que me envolveu numa atmosfera de fumo doce, — e pensei em *miss* Kate.

Eu tinha-a conhecido, havia seguramente dez anos, em casa dos condes de ***. Viéra para *institutrice* da filha mais nova, — um demónio trigueiro e vivo como um rapaz, que ainda estou vendo de pernas nuas, a saltar na praia, debaixo dum grande chapéu de palha vermelha, e a quem nós chamávamos, na

intimidade, «*mademoiselle Ciclone*». *Miss* Kate devia ter, então, vinte anos. Era uma irlandesa loira, graciosa, alegre, fresca, um pouco forte de espáduas, um pouco varonil de gestos, com a *beauté du diable*, que é a mais perigosa das belezas, e com um dêsses sorrisos claros, sadios, nítidos, inteligentes, que revelam, na mulher, os caractéres superiores. Fez-me impressão — lembro-me bem — quando pela primeira vez a vi. Tudo aquilo que ela tocava parecia ligeiro e leve; os seus movimentos, sob a mancha loira dos cabelos, davam a impressão transparente de revoadas brancas; em volta dela, não sei porquê, respirava-se candura e fôrça, alegria e fé, uma imensa confiança na vida, um intraduzível desejo de viver. Andava nos bicos de pés, — e enchia a casa tôda. A sua fala era um murmúrio brando, — e todos lhe obedeciam. Havia nela, nos seus olhos, a impassibilidade calma e forte, a grandeza simples e tranqùila dos grandes prados verdes da Irlanda, onde a humidade fecunda das névoas se corôa de sol. Em casa, adoravam-na. Em seis anos tinha conquistado tôda a gente. Quando *mademoiselle Ciclone* foi pedida em casamento e *miss* Kate declarou finda a sua missão de *ange gardien*, os condes suplicaram-lhe que não os abandonasse, que ficasse junto dêles, como uma irmã mais nova. Kate pediu apenas um mês para ir a Galway, sua terra natal, beijar a mãe doente e despedir-se dos nevoeiros doirados das altas montanhas, do leito cheiroso das grandes pastagens, dos *lough* azúis da sua Irlanda. Decorrido o mês, fiel à promessa que fizera, *miss* Kate voltou — mas voltou noiva. Não sabia mentir: contou tudo. Namorára-se dela um rapaz português, segundo tenente da Armada, seu companheiro de viagem para Inglaterra. Era um moço trigueiro, forte, de olhos pretos profundos, com quem já em tempo principiára um *flirt*,

e que pertencia a uma família fidalga da Beira. Tinha partido para Londres em missão do Govêrno; seguira depois para a Guiné: devia estar de volta em quatro meses. E *miss* Kate, poisando em nós os seus olhos plácidos e azúis, fazia-nos viver da sua confiança, ser felizes com a sua felicidade, contentes com o seu longo sorriso.

Um dia, porèm, de chofre, os jornais da manhã trouxeram a noticia da morte desastrosa dum oficial de marinha, em África. Era o noivo de *miss* Kate. A pobre irlandesa não chorou uma lágrima: rezou a noite inteira no *prie-Dieu* do seu quarto, a cabeça curvada, os lábios sôbre um retrato dêle. De madrugada, levaram-na do *prie-Dieu* para o leito, ardendo em febre. Passou três dias entre a vida e a morte. Uma noite, bruscamente, num acesso de tosse, sobreveio uma hemoptise violenta. Só então, encostada em almofadas, diante duma bacia de prata cheia de sangue, *miss* Kate, muito serena, muito tranqùila, tornou a sorrir com o seu sorriso aberto, claro, quáse alegre doutro tempo. Mas já não eram os mesmos lábios que se descerravam, elásticos e vermelhos como se os alimentasse a nata fresca das vacas pacíficas de Donegal; era o espectro dum sorriso, a sombra dum êstase, a imagem pálida duma beatitude, na expressão contente dum último desejo, duma aspiração suprema de tôda a sua alma, de todo o seu alento: morrer. Nunca vi o anseio da morte revestir-se de maior poesia e de maior doçura. Nunca imaginei que a ideia de morrer pudesse fazer tão feliz alguèm. Era *Ele* que a chamava de longe. Quanto mais sentia que estava perdida, quanto mais a morte se aproximava, — mais ela sorria, suavemente, no júbilo de tornar a vê-lo, a ouvir-lhe a voz, a sentir na pele o calor do seu hálito, a abandonar-lhe as suas mãos de raça, longas e finas como as mãos de

certas figuras de Van Dyck... E a pobre *miss* Kate pedia a todos que rissem, que brincassem, que cantassem no dia feliz da sua morte, — como num dia de esponsais. Ainda na véspera, seguindo-lhe a respiração arquejante, com o coração confrangido da sua agonia, eu tivéra de prometer-lhe que sim, que havia de cantar quando ela morresse, — que ficaria tão alegre como se a alma duma criança passasse dentro de mim...

S. João do Estoril. O comboio chegou. Que admirável manhã! O mar sossegado, duma transparência verde-clara, verde-alga, verde-oiro, alongava pela praia os seus grandes braços de espuma. O ar claro e fresco dava a impressão de que se caminhava debaixo dum imenso pálio luminoso. Uns passos mais e encontrei-me junto ao portão de ferro da vila F. Tôdas as janelas estavam abertas. Os criados receberam-me vestidos de claro. Subi e assomei ao quarto da morta. O sol entrava a jorros. Uma voz, ali perto, cantava. A um canto, no sitio onde costumava estar o leito, debaixo dum montão de flores, uma face branca, feliz, com as pálpebras fechadas, sorria. Era *miss* Kate. Pela primeira vez na minha vida, fiz da morte uma ideia alegre, cantante e carinhosa. Atirei para longe as minhas luvas pretas, debrucei-me à janela a tomar a largos sorvos o ar puro do oceano, — e daí a pouco, não sei porquè, sentindo em volta de mim um perfume vivo de rosas bravas, tive a impressão de que *miss* Kate tinha casado naquela manhã...

UM CIGARRO

Meu amigo. — Decididamente, o maior defeito da mulher — é o homem. O que vocês pensam de nós preocupa-nos pelo menos tanto como o que nós pensamos de vocês. É nisto que está a nossa verdadeira inferioridade. Não podemos libertar-nos dessa sombra inquieta e amorosa que o homem projecta sôbre o nosso próprio ser. Cada vez me convenço mais de que nós somos criaturas incompletas, parcelas dum organismo maior e mais perfeito, — pequenos céus de que vocês, homens, são o inferno profundo.

Vem isto a propósito, meu amigo, do ar lastimável com que você me olhou há dois dias, quando no meio do nossa conversa, afundada no meu *couch-corner*, estendi a mão para um cofre pequeno de Limoges, tirei um horrível cigarro egípcio amarelo de ópio e o acendi na chama doirada duma vela. Você olhou para mim com uma expressão de estranheza e de desencantamento, que me fez pena. Acredite. Fez-me muita pena. A sua incorrigível delicadeza não ousou sequer uma palavra. Mas eu li no seu espírito como num livro aberto. Sei perfeitamente o que você pensou de mim. Ah, meu amigo, como foi injusto, como foi *vieux jeu*, — e como eu sinceramente lhe perdôo! Vê, quanto nós somos inferiores? Não lhe devo contas dos meus

actos, dos meus vícios, das minhas fraquezas; não sou sua irmã, nem sua mulher, nem sua amante, — e, talvez por isso mesmo, nem você calcula que vontade irresistivel, que necessidade absoluta eu sinto de me justificar perante si!

Somos velhos amigos, não é verdade? Há dôze anos que entre nós vive essa *amitié amoureuse* sensata, comovida e fiel, — que o não tem impedido de fazer a côrte a tôdas as minhas amigas, mas que tem obstado — e ainda bem — a que você seja na minha vida alguma coisa mais ou alguma coisa menos do que eu quereria que fôsse. Há dôze anos que leio os seus livros e o seu pensamento, que adoro os seus defeitos, que detesto as suas qualidades, que estendo ao seu beijo pontual e respeitoso a minha mão branca de amiga. E entretanto, eu, que já cometia a execração de fumar antes de o conhecer, — só há dois dias, pela primeira vez, acendi na sua frente o meu *bout doré*. Acanhamento? Nem eu sei. Lá fóra, as mulheres fumam por tôda a parte. Ainda me lembro da impressão que me fizeram, no *ladies room* dum hotel de Nice, duas inglesas novas e bonitas, de cabelos claros e doirados como os vinhos de Sainte Foix, penduradas na brasa de dois enormes charutos espanhóis. Devia ser a mesma impressão desagradável que eu lhe produzi anteontem. Tenha paciência, dê-me a sua mão, — e oiça-me. Que horrível frio! Um momento apenas para aquecer os dedos enregelados ao fogão eléctrico, que boceja aos meus pés como um clarão. Pronto. Agora conversemos. Quero contar-lhe como adquiri êste vício discreto e elegante de fumar. É uma história que se diz em duas palavras e que cabe num sorriso. Você verá — você, que é o mais aflitivamente material de todos os poetas que eu conheço — que asa leve de ingenuí-

dade e de ternura palpita no fumo azul do meu cigarro pequenino!

Como sabe, eu casei por amor, — aos dezoito anos. Não se ria. Afirmo-lhe que havia em mim, quando me casei, pelo menos aquele vivo sentimento de atracção em que os dezoito anos suspeitam o amor, — e que mais tarde os trinta reconhecem que era apenas instinto, curiosidade insatisfeita e má educação. É ao primeiro beijo de meu marido que eu devo o hábito do fumo. Se vocês soubessem a emoção profunda, a emoção decisiva que produz em nós o primeiro beijo do primeiro homem, — como rodeariam, como envolveriam de ternura, de carinho, de delicadeza, êsse momento supremo de revelação, êsse instante fugitivo e eterno em que verdadeiramente se abrem para nós, mulheres, as portas de oiro da vida! Meu marido fumava muito, fumava nervosamente, constantemente. Não podia pensar, não podia dormir, não podia viver senão numa atmosfera espêssa de fumo. São assim, julgo eu, quáse todos os oficiais de marinha. O seu primeiro contacto, o seu primeiro beijo deixou-me muito tempo na bôca um cheiro acre, um cheiro vivo, um cheiro forte a tabaco de Holanda, — a principio sufocante, desagradável, depois fino, doce, voluptuoso. Para a minha sensibilidade virginal, a revelação do amor surgiu numa névoa doirada de fumo. O encanto ingénuo da caricia apareceu-me, desde logo, inseparável dêsse hábito violento que roçára na minha bôca. Ás vezes, o fumo era tanto no nosso quarto, que eu adormecia prostrada, envenenada, a cabeça a latejar, os ouvidos a zumbir, — e acordava pálida, desfeita, morta, cheia de palpitações e de dôres de cabeça...

Quinze dias depois do nosso casamento, meu marido teve de partir inesperadamente para Londres.

Fiquei só. E não sei como hei-de dizer-lhe sem còrar, meu amigo, — leia-me de olhos fechados, se puder, — que êsse beijo ennevoado de fumo, êsse beijo mordido de tabaco que tôdas as noites fechava os meus lábios com a delicadeza de dois dedos côr de rosa, me fez falta, uma grande falta, uma incalculável falta. A minha bôca encontrou-se sòzinha com a tristeza do seu próprio perfume. Dir-se-ia que tôda a vida tinha palpitado na minha face a asa do mesmo beijo. Custava-me a adormecer sem êle. Tinha pavores inexplicáveis. Acordava vinte vezes, acendia as luzes, lia até de madrugada todos os livros que não me tinham deixado lêr em solteira, — e caía por fim, fatigada, quebrada, exausta, já com o sol a tremer-me na janela como um monte de faúlhas de oiro. O que os livros de Bourget me ensinaram nessas longas noites de abandôno, meu amigo, — e com que delicioso terror eu recordo agora os instantes luminosos de revelação em que os meus dezoito anos sentiram, pela primeira vez, em tôda a sua plenitude, o contacto voluptuoso da vida! Foi numa dessas noites de insónia que me assaltou uma ideia singular. Levantei-me da cama, embrulhada no meu *saut-de-lit*, — um kimono branco bordado de prata que êle me tinha trazido do Japão, — e com o coração a bater como se fôsse cometer um crîme, atravessei o corredor, descalça, pé-ante-pé, entrei no escritório de meu marido, abri, a tremer de frio, a gaveta do contador indiano onde êle guardava o tabaco, trouxe tudo para o meu quarto, deitei-me, obriguei os meus pobres dedos cheios de aneis a enrolar um cigarro, o primeiro cigarro, — imagine você que cigarro! — o tabaco ardeu na chama viva da vela como uma pequenina brasa vermelha, — e por um momento, meu amigo, por um instante de ilusão e de doçura, o mesmo beijo daquelas quinze

noites, o mesmo beijo ardido de fumo, acre de tabaco, quente de paixão, passou tremendo pela minha bôca...

Desde essa noite, nunca mais deixei de fumar. Está provado, meu amigo, que todos os defeitos da mulher são, afinal, obra do homem. Pois não é assim?

Sua amiga, *N.*

O RETRATO

A arte de contar simplesmente as coisas simples! Como ela nos escapa quando mais julgamos possuí-la! E como as palavras, às vezes imprevistamente duras, espêssas, pesadas, roubam transparência, fluidez e graça às pequenas coisas delicadas, às pequenas coisas ternas que são a flor e o perfume da vida! Como a simplicidade é difícil, — e como a erudição do sentimento, a pior de tôdas as erudições, nos impede às vezes de sentir!

Pensava isto há pouco, depois de três curtíssimas horas de viagem, ao descer do *Sud* em Coimbra e ao trocar o último sorriso com a minha companheira de *cabine*, que não sei ainda quem é, que nunca mais verei talvez, e que a estas horas, encostada molemente ao punho da luva, vai seguindo, com os olhos mais surpreendentes que tenho visto na minha vida, a paisagem doirada de Portugal.

Era, evidentemente, uma estrangeira. Ao entrar na carruagem, tôda de preto, envolvida numa nuvem de *colis* que se espalharam, que inundaram as almofadas da *cabine*, — passou tão perto de mim, que os seus cabelos loiros, dum loiro cendrado e frio de flamenga, roçaram-me pela cara. A asa imaterial dum perfume palpitou à minha volta. Olhei-a, com a curiosidade impertinente com que se olha sempre uma mulher que chega. Devia ter trinta anos, uns trinta anos esbeltos, flexuosos, elásticos, firmes,

florindo no grão luminoso duma pele branca, na polpa vermelha duma bôca fina de italiana, nuns olhos grandes, metálicos, profundos, de que me foi difícil perceber a côr, que me pareceram, conforme a luz, ora pardos, ora verdes, ora azúis, e onde havia, ao mesmo tempo, a expressão doce do sorriso e o brilho indefinível das lágrimas. Sentou-se, defronte de mim, com o desembaraço, a naturalidade, a elegância duma estrangeira. Cruzou a perna. Dum pequeno sapato de veludo preto, adunco, enérgico, picado duma fivela de prata, surgiu, na transparência da carne, um jarrete fino e firme de cavalo de corridas. Tôda a sua figura respirava distinção e raça. Quando o combóio se pôs em marcha envolveu-me, interrogativamente, num clarão dos seus grandes olhos calmos; voltou a fixar-me, duas ou três vezes, como a alguêm que se supõe conhecer; e, daí por diante, todos os seus gestos, todos os seus movimentos, tôdas as suas atitudes tiveram a despreocupação fácil, o «à vontade» flagrante duma criatura que se julga só. Descalçou, num repelão, a luva alta de camurça branca. A mão nervosa, comprida, nobre, sem aneis, cheia de veias azúis e de fisionomia, mergulhou no «indispensável» de viagem, revolvendo, procurando. Tirou um espelho, um *bâton*, uma borla de arminho, arranjou a cara, deu brilho às unhas. Eu olhava-a, seguia-lhe os movimentos, adivinhava-a, sonhava-a, enquanto o sol pálido, o sol frio de inverno lhe envolvia a cabeça numa névoa de oiro. Tôdas as revelações da sua beleza me intrigavam, me perturbavam, — a ondulação branca do pescoço, a linha ágil da perna, a sensualidade mórbida das mãos. Quem seria aquela mulher? Que destino a levaria consigo, — para França, para a Itália, para a Bélgica, ave de arribação, passageira de acaso que um dia poisára os pés

ligeiros na terra florida de Portugal? Qual seria o drama da sua vida? Que homem possuiria aquela maravilha de ritmo, de côr, de melodia, de gentileza e de graça? Que sentimentos, que ambições tumultuariam naquela cabecita airosa, pequena como uma cabeça de cisne, que ora sugeria as linhas primitivas dum Boticelli, ora a distinção moderna dum Flameng, ora a elegância audaciosa dum Gervaix? E a paisagem passava, corria ao longe, fugitiva, no esmalte verde da leziria, na mancha negra dos pinhais, na tranqúilidade extática do rio espelhando ao sol como uma imensa placa de prata. Os *stores* verdes da carruagem velaram a luz intensa, uma sombra doce inundou a *cabine* aconchegada,— e em volta, oscilantes, bamboleantes, as malas, as flores, as caixas de chapéus, as *valises*, os *sac-à-linges* dançavam na trepidação curta do combóio. Uma sonolência vaga, um vago torpor invadia-me, pouco a pouco, ao aproximar-se o meio-dia. Cansei os olhos, cerrei as pálpebras, e num clarão côr de rosa —adormeci.

Quando acordei, a uma paragem de estação, surpreendi a minha companheira sorrindo para uma fotografia que tinha nas mãos. Mal me adivinhou um movimento, escondeu-a imediatamente no pequeno saco de veludo que um grilhão de oiro fechava. Não pude vêr o retrato. Evidentemente, era Êle. Era o homem, que surgia no drama daquela vida, na aparência despreocupada e leve. Era a tempestade, que se agitava no fundo daqueles olhos mentirosamente calmos. Era o tormento, era a delícia, era a volúpia, era o senhor,—era a morte. No meu espirito, as interrogações sucederam-se, a curiosidade cresceu. Quem poderia ser êsse homem? Um marido? Um noivo? Um amante? A pureza dum sonho, o ardor duma paixão, a névoa duma saú-

dade? Quando ganhei o corredor para fumar, via-o já, reconstituido na minha fantasia, vivendo na minha imaginação, surgindo, pouco a pouco, no fumo azul do cigarro, que subia, que ondulava, que se iluminava ao sol... Uns minutos mais, e voltei à *cabine*. De novo o retrato misterioso apareceu nas mãos da minha companheira de viagem. Palpitava-lhe na bôca vermelha o mesmo sorriso. Envolvia-a o mesmo intraduzivel encanto. Mas, desta vez, a minha presença inesperada assustou-a, quis esconder a fotografia rápidamente, as mãos tremeram-lhe, a comoção possuiu-a, e o pequeno pedaço de cartão rolou e caiu no tapête.

— *Pardon*...

Curvei-me. Levantei-o. Nos olhos dela brilharam duas lágrimas. Era um retrato de criança.

ELA

Minha senhora. — Acabo de receber a sua carta pedindo noticias do nosso pobre amigo. Não podem ser mais tristes. O João morreu hoje, ás oito e meia da manhã, num quarto particular do hospital de S. José. Não foi um desastre, como v. ex.ª supôs pela leitura dos jornais: foi um suicidio. Matou-se com um tiro de revólver na cabeça. V. ex.ª não o esperava, decerto. Nem eu; nem ninguêm.

Vi-o pela última vez na quarta-feira passada. Foi a minha casa despedir-se de mim. Estava deprimido, neurastenizado; precisava de sol, de isolamento, de silêncio; — ia descançar uns dias para o Estoril. Achei-o distraido, pálido, triste. Conhecia a luta que se travára no seu espirito. Aconselhei-lhe uma viagem longa, falei-lhe vagamente em Nice, — depois, numa cura em Lausanne, no Combe, na necessidade de tratar-se, de desintoxicar-se, de descomplicar a vida. Ouviu-me sem interêsse, num sorriso esquecido e alheio, brincando com as luvas e com a bengala, — aquela mesma bengala de velho castão de Limoges a que v. ex.ª um dia se encostou para subir os fraguedos do Gerez. Parece que estou a vê-lo ainda, de pé, junto da mesa em que lhe escrevo, na sua elegância inglesa e um pouco hirta, calculadamente sóbrio na *toilette* e nos gestos, o cabelo loiro já a pratear nas têmporas, o busto firme e sólido no seu fraque preto, e aquela nobre expressão de raça,

aquele tipo germânico, ao mesmo tempo viril e delicado, que nos fazia compará-lo — quantas vezes, lembra-se? — a certos retratos de Van Dick. Quando nos despedimos, nessa noite, notei que me apertou mais demorada e mais fortemente a mão. Ontem de manhã chamaram-me ao telefone: era êle. Falava-me do Estoril. — «Que é?» — «Nada, — respondeu-me. — Queria ouvir-te a voz». Ri-me da singularidade e perguntei-lhe se estava melhor. Mas o auscultador pousou, bruscamente; desligaram; não ouvi mais nada. Duas horas depois, o nosso pobre amigo entrava moribundo no hospital de S. José, a face inchada, um coágulo de sangue empastado no ouvido direito. Conheceu-me ainda. Conheceu a mãe. Pronunciou um nome quáse imperceptível. Depois entrou em côma. Hoje de manhã, morreu.

Mas porque foi semelhante loucura? — perguntará v. ex.ª, pergunta-o tôda a gente que o conhecia e que o não conhecia. Com efeito, ninguêm aponta um facto, ninguêm encontra uma explicação. Fala-se em embaraços de dinheiro, em perturbações de carácter neurasténico, em questões confusas de mulheres. Nada mais vago, nada mais impreciso, — nada menos exacto. O João, como v. ex.ª sabe, tinha uma bôa fortuna, sólidamente colocada, — e era naturalmente cauteloso, sóbrio, moderado. Nunca lhe conheci hábitos de dissipação. Não jogava. A sua única extravagância era a *loquade* de coleccionador, — a mania inofensiva dos esmaltes, das faianças e dessas lindas caixas de rapé do século XVIII, que v. ex.ª e seu marido tantas vezes ajudaram a arrumar nas *vitrines* doiradas da sua sala de rapaz. Não me parece também que se tratasse, essencialmente, duma crise de depressão nervosa. O João era um produto intenso dos meios modernos, ferido da *mental strain* que caracteriza a existência de hoje, um pouco into-

xicado como todos nós, queimando insuficientemente a vida como os melhores artríticos, — mas não pròpriamente um doente, um neurasténico com crises susceptíveis de conduzir ao suicídio. O gesto de renuncia do nosso pobre amigo foi, evidentemente, um acto deliberado e consciente, a solução dum conflito moral cujos termos não é fácil precisar ainda.

Cherchez la femme, — dirá v. ex.ª. É quáse sempre a mulher que liquida o homem, minha senhora. Mas nem tôdas as mulheres teem êsse poder, quando um homem põe nos seus afectos e na sua vida de coração o instintivo furor de dignidade, a nobre intransigência moral, a bárbara virgindade de sentimento do nosso pobre amigo. O João não era homem que endoidecesse pela primeira mulher, que sacrificasse a vida ou a honra na primeira aventura. Nunca conheci mais delicado pudor, maior fidalguia de pele, mais escultural perfeição de carácter. Era uma destas criaturas que, quando escolhem, ennobrecem, e quando amam dignificam. Tinha qualquer coisa de antigo nas suas afeições másculas e fortes, nos seus desdens soberbos e terminantes. Se todo êste lôdo de escândalo chegar até aí, ao recanto da província onde v. ex.ª e seu marido descansam do fatigante inverno da capital, hão-de talvez contar-lhe a história duma bailarina francesa, agora de passagem em Lisboa, — criatura internacional em cuja *valise* amorosa viajam tôdas as corôas riais do almanaque de Gotha. Hão-de falar-lhe também de certa senhora brasileira, — e de qualquer scena violenta passada uma noite na rua de Buenos-Aires. Mas, se tudo isto existiu, — tudo isto passou na vida do João como um episódio indiferente e risonho, como um perfume que enche uma casa e que não penetra uma epiderme, como simples aventuras fugitivas, que duraram o instante dum beijo e deixaram uma

eternidade de fastio. A verdade, é que na alma do nosso pobre amigo viveu uma só mulher, uma mulher que ninguêm aponta, em quem ninguêm fala, que ninguêm sabe quem é, — nem talvez ela própria. Essa mulher três vezes sagrada, pela sua beleza, pela sua virtude e pelos beijos dum amigo que era quáse um irmão, — absorveu-lhe a existência inteira, foi o seu inferno e o seu paraíso, o seu primeiro amor e o seu último pensamento, o mais belo sonho da sua vida e a única razão da sua morte. Foram os dedos côr de rosa dessa criatura ignorada que, no instante supremo, premiram o gatilho do seu revólver. Não podia atingi-la sem ultrajar um amigo, sem cometer um crime. Não compreendia a vida sem ela, sem o seu perfume casto, sem a sua sombra carinhosa. Para não pronunciar uma palavra, para não revelar um segrêdo, para não praticar uma vilania, — desapareceu. A bala que o matou foi um ponto final luminoso de renúncia e de sacrifício. Essa mulher que tudo ignora, que tudo desconhece, que leu decerto muita vez o soneto de Arvers, que chorou com o suicídio de Werther, que se comoveu com a dôr de Lolotte; essa mulher a quem confio neste momento o segrêdo dum morto e para quem a memória do nosso pobre amigo ficará sendo um sorriso de infinita ternura, — é a mais bela e a mais pura das mulheres, a mais nobre e a mais santa das amigas: é v. ex.ª.

O João enterra-se amanhã. Leia esta carta a seu marido, minha senhora. Êle, que é um grande coração, não deixará de pedir-lhe que venha ajoelhar-se um instante na sepultura que àmanhã se fecha para sempre.

A RESPOSTA «D'ELA»

Meu amigo: — Só hoje tenho fôrças para lhe escrever. Perdôe-me. Estive doente, muito doente. Já estava de cama quando chegou a sua carta. O médico proibiu-me de lêr, de falar fôsse a quem fôsse. Disse-me depois que tinha tido receio duma meningite. Foram duas semanas horríveis. — Meu pobre amigo! Como a sua carta me fez mal e como eu lha agradeço!

Não foi por ela que eu soube da morte do João. Mandaram, no próprio dia, um telegrama a meu marido. Recebemo-lo à hora do almôço, — quatro horas depois do João expirar. O Afonso teve uma crise de chôro e atirou-se para um sofá, como um farrapo, com a cabeça nas mãos. Eu não sei o que senti, nem como fiquei. Só me lembro de que tive um frio horrível, de que os dentes me batiam, de que tremia tôda. Quando voltei a mim, vi tudo escuro em volta. Tinham-me levado para o meu quarto, deitado sôbre a cama, cerrado as janelas. Ardia em febre. Meu marido estava a meu lado, tinha a minha mão nas dêle, cobria-a de beijos, chamava pelo meu nome. Minha irmã veio de Lisboa. Só oito dias depois me deixaram lêr. Trouxeram-me uma carta da pobre *sœur Marthe*, que está em Bruxelas, muito doente; outra da mãe do João, — e a sua.

Beijo-lhe as mãos, meu bom amigo, por tudo quanto há de carinhoso e de cruel na sua carta.

Tenho-a aqui, aberta sôbre a mesa em que lhe escrevo. Está molhada das minhas lágrimas. Não sei que voluptuoso sofrimento encontro em relê-la ainda, — em relê-la sempre. Devo a estas quatro fôlhas de papel onde está a sua alma, meu querido amigo, a infinita doçura de ter podido chorar. Bem haja por todo o mal e por todo o bem que me fez! Não; nada do que me diz na sua carta era segrêdo para mim. Eu sabia tudo. Não há nenhuma mulher que seja muito amada, — que o não sinta, que o não adivinhe logo. As mulheres — não sei quem o disse — teem a inteligência do sentimento. É o nosso sexto sentido. E como êle nos torna ao mesmo tempo felizes e desgraçadas! O João fez tudo quanto pôde para que eu ignorasse o seu segrêdo, — e vou jurar-lhe que morreu com a certeza de que eu o ignorava ainda. Entretanto, apesar da nobreza do seu silêncio, a despeito da sua intimidade reservada e respeitosa, — eu adivinhei-o. Primeiro, suspeitei; depois tive a certeza. Nem sei dizer-lhe o que senti. Foi uma impressão de mêdo horrível e de perturbador encanto, de revolta profunda e de indefinível gratidão. Ainda há-de vir a primeira mulher, por virtuosa que seja, a quem possa ser indiferente a ideia de que é amada. Podemos não amar, nós outras: mas como nós agradecemos, muito em segrêdo, no íntimo da nossa alma, êsse amor que lisonjeia a nossa vaidade de mulheres e que é, afinal, a obra inconsciente de tudo quanto há em nós de beleza, de mocidade, de frescura, de encanto! Quando adivinhei o que se passava na alma do nosso pobre João, o meu dever teria sido afastá-lo delicadamente de nós, da nossa intimidade, da nossa casa. O meu dever perante êle, perante meu marido, perante mim própria. Não o fiz, — e é êsse o meu grande, o meu único remorso. Pelo contrário,

consenti, quáse alimentei junto de mim o amor doentio dêsse pobre rapaz, porque êsse amor, que a princípio me revoltou, que a princípio me fez mêdo, acariciava a minha vaidade, era um sorriso na minha existência, era um brinquedo nas minhas mãos. Não, meu amigo, não há nada que me absolva. Nem a desculpa de uma grande paixão, nem a atenuante dum grande desvario. Eu nem sequer o amava. E ainda a sua amizade me julga «a mais pura das mulheres e a mais santa das amigas»! Não. Eu não soube nem amar, nem repelir. Não soube fazer as duas únicas coisas nobres que uma mulher na minha situação podia ter feito: fugir para êle, se o amasse; não o amando, afasta-lo de mim. Duma ou doutra maneira, tinha-o salvo. Juro-lhe, meu amigo, que o tinha salvo, que êle a estas horas vivia ainda, respirava ainda, mais feliz ou mais desgraçado, nos meus braços ou nos braços doutra, — mas vivia, vivia! Ah, quantas vezes, na tortura destas noites de insónia, sentindo em tudo, nos lençóis que toco, no ar que respiro, nos beijos que recebo, o frio do seu cadáver, — quantas vezes eu pergunto a mim mesma se esta pequena, se esta miseravel coisa que é a virtude duma mulher, valerá, realmente, a vida dum homem...

Não. Eu não segui o seu conselho. Não mostrei a sua carta a meu marido. O Afonso é um grande coração, aberto a todos os sentimentos generosos, — mas é meu marido. Era uma confissão dolorosa e inútil. Os homens não são anjos nem demónios, — são homens. Se eu àmanhã lhe fôsse dizer que aquele rapaz tão lial e tão correcto, que entrava em nossa casa como um irmão, que vivia na sua intimidade e na nossa alma como o melhor dos amigos, que era o nosso confidente, que era mais do que da nossa família, me tinha adorado com uma paixão

que o levou à morte, — eu ia envenenar a nossa vida inteira, todo o nosso passado, a recordação de todos os momentos que vivemos juntos, de todos os passeios que fizemos em comum, de todos os olhares, de todos os nossos sorrisos, de tôdas as nossas palavras... A memória de tudo o que foi puro, de tudo o que foi casto, de tudo o que foi espiritual entre mim e o pobre morto, ficaria na alma de meu marido como uma dúvida, como uma suspeita, como uma sombra, — e nem eu sei, Deus de piedade, até que ponto, bem no fundo da nossa alma e da nossa consciência, nós teríamos sido criminosos!

Não posso mais. Adeus. Estou tão fraca e tenho sofrido tanto, que me faltam as fôrças. Meu marido vai escrever-lhe. Mando-lhe essas flores para a sepultura do nosso pobre João. Arranje-me o último retrato dêle. E tenha dó, muito dó da sua pobre amiga, — *Maria.*

O JOSÈZINHO ENCARNADO

— «As patetas das mulheres! — dizia-me um dia o velho marquês de ***, passeando comigo na varanda do alpendre da casa do Lumiar e contando-me, nos seus gestos plebeus, os escândalos da Lisboa de 1840. — Imaginam elas que quanto mais se despem, mais nos prendem! Engano. Puro engano! Nunca vi quem percebesse menos de homens do que as mulheres! Quando mais a gente as deseja, não é quando elas andam espeitoradas e quase despidas por essas ruas; é quando elas se recatam, quando se embiocam, quando se rebuçam, — quando uma pessoa as adivinha sem as vêr, com trezentos milhões de diabos! Você é muito novo. Não é dêsse tempo. Sabe lá o visco que eram as raparigas da cidade, nas madrugadas frescas dêsse Rocio, aí por 1830, tôdas embrulhadas nos seus josèzinhos de baetão vermelho! Não se lhes via senão o palmo da cara, uma carinha redonda e trigueira, afagada na dobra do lenço bicudo, — e as pontas dos pés, como dois focinhos miúdos de rato, espreitando ora uma ora outra por debaixo da saia! Quando andavam, mal se lhes percebia o pojar do seio e o desnalgar do quadril redondo ao bater cada passo no lagêdo da rua. E se, ao voltar da missa, o sol das dez horas lhes dava de chapada, os capotes côr de sangue encandeiavam a gente, parecia que levavam luz lá dentro, que caminhavam pelas praças, pelos adros, como

labaredas vermelhas, — e então, nem um homem via se elas eram bonitas ou não: eram mulheres que lá iam, na poalha doirada do sol, a acenar pelo nosso desejo como grandes lenços encarnados abertos ao vento! Ah, meu rapaz, — vocês morrem sem saber que coisa maravilhosa era um josèzinho vermelho nos ombros duma mulher bonita!»

O velho fidalgo, cuja cabeça rapada, à Filipe II, eu julgo vêr ainda, surgindo na sombra rôxa do largo alpendre português, — tinha razão. Quando chegamos a velhos, achamos sempre belas as modas da nossa mocidade, as modas que vestiram as mulheres do nosso tempo, — as modas de que nós próprios vestimos o nosso sonho. Mas o que animava, no seu culto pelo capote vermelho, o entusiasmo do velho marquês, último representante de uma nobreza que, mais do que nenhuma outra, sentiu o povo e viveu com êle, — não era apenas a vaga beleza que a recordação empresta a tôdas as coisas mortas. Ainda pudéra conhecer, em 1840, na sua remota mocidade, vivos como se fôssem moda da véspera, os josèzinhos de 1808, os josèzinhos do tempo dos franceses, os lindos capotes encarnados de cabeção e mangas, cortados a fio, que a duquesa de Abrantes recorda saùdosamente nas suas *Memórias*, e que já pintavam de vermelho, no fim do século XVIII, o persevão doirado dos côches, dos estufins, dos florões e das cadeirinhas. Penetrára-se do seu encanto misterioso, vivêra a sua graça tão portuguesa, palpitára, coração contra coração, de encontro a êsses cabeções vermelhos, que durante sessenta anos tinham aconchegado e aquecido os seios trigueiros e fortes das môças de Lisboa. Quando os josèzinhos desapareceram, — as mulheres da sua mocidade já estavam velhas. Quando o último capote encarnado passou no último adro soalheiro, — já o seu coração

se tinha enchido de sombras. E o velho marquês — estou a vê-lo ainda! — sentado ao pé de mim no largo poial de tijolo, olhando ao longe crestada do sol e ennevoada de poeira, a mancha verde e viçosa de Odivelas, dizia-me com bonomia, na sua linguagem dum pitoresco plebeu:

— «O que você não sabe é que foi por causa dum josèzinho encarnado que eu fiquei solteiro. Se não houvesse capotes, tinha-me casado, — como qualquer alma de Deus. Foi há cinqùenta anos, — andava eu pelos vinte. Uma raparigona alta como uma tôrre, morena como o trigo saloio, e com uma garupa de alto lá com ela! Não se admire você de que eu lhe fale assim. Quando se troquilhou muito gado e se andou nas feiras a ciganar como eu, — a gente fala com a mesma ternura de uma égua ou de uma mulher. Chamava-se Teresa e era oiro sem escuma, meu rapaz! Ainda parece que lhe estou a vêr, de manhã, ao sol, a janela tôda florida de cravos! Apareceu-me um dia, ao tornejar de uma rua, encapotada no seu josèzinho encarnado, a carinha trigueira soqueixada num lenço de cambraia, o livro de missa na mão. Fui-lhe no encalço até à Igreja; ao tomar da água benta disse-lhe uma destas graças que eram prata quebrada; ela riu-se para mim com uma bôca muito sadia, muito fresca, — e riso foi êle, que durou três anos! Que ardesse o suão de agosto ou que cortassem os brejos do inverno, nunca deixava o capote quando saía à rua. Emquanto ela atava o lenço, diante do seu espelhinho de gaveta, eu ia pé-ante-pé, beijava-a no pescoço, via-a no espelho a rir, afogueada do sol que lhe batia no baetão encarnado da romeira, e achava-a tão bonita, que lhe pedia às vezes, a brincar, que me deixasse o seu josèzinho em testamento. Ela ria muito — nunca vi uma mulher rir assim! — e prometia que mo haviam de tra-

zer quando ela estivesse morta. E lá íamos a correr para as ferras na quinta, ela à garupa no meu baio rodado, — ou para as Marnotas, ao amanhecer, pampilho debaixo da perna à espera do gado bravo... Um dia enfadei-me dela. Não há nada que enfade tanto um homem, como uma mulher de quem já se gostou. Rapazes são o diabo, — e eu tinha vinte anos. Fugi para Espanha e deixei-a. Andei por lá meses. Na volta disseram-me os amigos que fôsse vê-la, que era uma caridade, que ela estava doente. Mandei-lhe umas moedas; tornou-mas no dia seguinte com uma regaçada de cravos. Orgulhosa era ela! Passaram dias, passaram meses, tive cobardia não sei de quê, — e não a fui vêr. Uma tarde, estava eu aqui mesmo, assentado com meu irmão neste poial de tijolo, assomou o Raimundo velho, o da viola, que ainda tinha sido escudeiro de meu avô, ajoujado com um embrulho de roupa numa grande bandeja de prata. Abri a toalha, olhei: era um josézinho encarnado. Corri como doido... A Teresa tinha morrido naquela manhã. Ainda hoje se me arrasam os olhos de água, meu rapaz. Mulheres são o diabo! Daí por diante — já lá vão cinqùenta anos! — nunca mais quis as mesmas saias ao pé de mim por mais de vinte e quatro horas!».

Quando, há nove para dez anos, o velho marquês morreu, num dia da Senhora da Conceição, em que chovia se Deus a dava, — revolveram-lhe tudo em casa. Dentro de um armário antigo, holandês, entre dúzias de chapéus de tôdas as fórmas e feitios, ao pé duma imagem da Virgem, de prata, e dum retrato velho, a óleo, da feiíssima marquesa de Chaves, — lá estava, piedosamente pendurado num prego velho, o josèzinho encarnado da pobre Teresa...

A EVA MODERNA

Emquanto a mulher parisiense se entretem, nos salões doirados do «*Carlton*», tomando o chá das cinco horas, ou nas conferências *Marigny* votando os penteados altos contra os penteados baixos, ou os pentes de jóias contra os pentes de tartaruga, — a mulher italiana reùne-se em conferências politicas sob a presidência da marquesa de Pelicano; a mulher alemã é vencida com o insucesso da recente votação do *Reichstag;* a mulher inglesa, atulhando de dinamite os arsenais sufragistas de *Notting Hall*, redige manifestos revolucionários, — e as mulheres islandesa e australiana, já na posse do voto, eleitoras e elegíveis, possessas do furor legislíparo, apresentam na Dieta e no Senado federal projectos de lei extinguindo o alcoolismo, extinguindo o direito paterno, extinguindo os maridos, extinguindo o amor, extinguindo Deus, — extinguindo tudo.

De tôdas estas mulheres, a que mais inteligentemente, a que mais tenazmente trabalha para governar o homem, é aquela que menos preocupada parece em o governar: a francesa. Emquanto as outras gritam, legislam, discutem, vociferam, incendeiam as estações de caminho de ferro, violam as caixas do correio, devastam os pavilhões de orquídeas de *New Gardens*, tentam raptar os ministros e arrasar a dinamite as catedrais de Londres; emquanto russas, alemãs, inglesas, australianas, islan-

desas, zelandesas, riscam da sua tábua de valores a beleza, a ingenuìdade, a pureza, a sedução, a graça, e fazem tudo quanto podem para que o homem se esqueça de que elas são mulheres, — a francesa, mais sensata, mais astuta, mais inteligente, incomparavelmente mais conhecedora da psicologia masculina, trata, antes de tudo, de se fazer cada vez mais bela, mais desejada, mais enigmática no seu poder de sedução, - portanto, cada vez mais absorvente, mais imperiosa, mais dominadora, mais senhora absoluta do coração e do pensamento do homem, seu eterno adorador e seu implacável inimigo. Se um dia mr. Briand e sir Eduard Gray quiséssem entrar em mútuas confidências, chegar-se-ia à conclusão de que em França, onde a Eva moderna não legisla, não faz discursos, não redige proclamações revolucionárias e não destrói combóios a dinamite, a intervenção, embora indirecta, da mulher nos negócios públicos é bem mais efectiva e bem mais poderosa do que na Inglaterra, onde o movimento sufragista, admiravelmente organizado, ameaça perturbar a impassibilidade cinzenta de Londres.

Na febre das reivindicações feministas, a inglesa atirou pela janela fóra a sua melhor arma na luta com o homem: o seu encanto de mulher. A francesa, pelo contrário, guarda àvaramente êsse encanto, cultiva-o, aumenta-o, aperfeiçôa-se cada vez mais na arte de seduzir o homem, reveste-se duma voluptuosa fraqueza, colabora com êle na mentira maravilhosa da beleza e da graça, envolve-o na poeira doirada do sonho, torna-se a sua suprema aspiração, a razão de ser de todos os seus actos, a finalidade luminosa de tôdas as suas ambições de forte, — e acaba por fazer dêle o que quer, por arrastá-lo para onde quer, como um farrapo, como um boneco, como uma coisa. Mil vezes mais do que

as opiniões de Stuart Mill e de Brigt sôbre o direito da mulher ao sufrágio, — interessam-na as opiniões do grande cabeleireiro Cuverville sôbre a «*demi-haute*»; do célebre ourives Whittock sôbre a moda das pérolas côr de rosa; do ilustre Léon ou da elegante Riboux àcêrca dos chapéus *Bibi;* dos massagistas ingleses sôbre a arte admirável de tornar belo o sorriso e de conseguir artificialmente «còvinhas na cara». Quando a francesa vota, — vota como na conferência de Nozière, numa quarta-feira dos chás Marigny, fazendo com que os penteados baixos vençam, por 611 votos contra 352, os penteados altos. Quando destrói fortunas, — não é precisamente a dinamite. Os seus manifestos revolucionários atingem exclusivamente as modas que não lhe ficam bem e os amores que não lhe ficam mal. Pequenina Tanagra modernizada dançando sôbre os flancos redondos duma porcelana de Wegwood, — a preocupação da Eva moderna é a beleza, — beleza na fórma, beleza no movimento, beleza na expressão, beleza no perfume, na ondulação musical da palavra e do sorriso, na volúpia da fragilidade, na própria manifestação da dôr, — beleza até na morte, em que ela procura, como Hedda Gabler, «*finir en beauté*».

Mistress Pankkurst, *miss* Drummond, tôdas as *meneuses* do sufragismo inglês, tôdas as *Praxágoras* dos comícios de Hyde-Park, roucas, violentas, desgrenhadas, masculinas, invectivando de punhos cerrados a multidão, — hão-de ser vencidas na luta com o homem, sobretudo porque a sua obra, além de contraditória com a fisiologia e com a psicologia da mulher, é uma obra destruidora de tôda a harmonia, de tôda a felicidade e de tôda a beleza. O enigma da mulher resume-se nisto: ser bela, para ser possuida. A mulher não é feliz emquanto não se sentir propriedade dalguêm, — disse Nietzsche. A felicidade

do homem é: «eu quero»; a felicidade da mulher é: «êle quer». A sua prodigiosa fôrça nasce da sua fraqueza: o seu supremo encanto provêm da sua — como direi? — da sua maravilhosa subalternidade. Espírito em superfície, muitas vezes brilhante, leve, arguto, subtil, — «mas incapaz de generalizar e de julgar com exactidão», diz Strindberg; «pouco propenso a localizar-se e a profundar seja o que fôr», acrescenta Nietzsche; «inapto para governar», comenta a própria George Sand, — a mulher tem exercido e continuará a exercer a sua acção na vida pública, mas essa acção há-de ser indirecta para poder ser efectiva e proveitosa. Os casos de gimnandrismo psíquico, atribuindo acidentalmente à mulher aptidões másculas de govêrno, constituem excepções insuficientes para justificar a adopção de medidas gerais. Dignifique-se a Eva moderna; emancipe-se de tôda a tutela civil; torne-se menos odiosa a «lei do homem», — e basta. A mulher (perdoem-me o paralelo, que é de M.me de Stael) deve ser como a palha miúda com que se encaixotam porcelanas, palha que não conta, palha que mal se vê, palha de que ninguêm se apercebe, — e sem a qual se quebraria tudo.

INÊS DE CASTRO

Está a dar-se neste momento entre nós, com a figura enigmática de Inês de Castro, o mesmo que ainda há pouco se deu em França com a figura misteriosa de Joana d'Arc. Na literatura francesa, escritores notáveis, entre os quais o próprio Anatole, procuraram simultâneamente explicar e interpretar o «caso da *Pucelle*», humanizando-a e arrancando-a ao fundo de oiro de iconostáse em que a colocára a lenda; em Portugal, alguns dos nossos homens de letras mais ilustres, possuidos do desejo evidente de resolver as incógnitas dessa eqùação de sentimento que foi o «caso de Inês», tentam, quáse ao mesmo tempo, ressurgir a figura da grande amorosa do século XIV, interpretando os edículos do seu túmulo, espreitando a verdade da história através da névoa da lenda, e procurando, a golpes de intuição, animar e humanizar essa imagem parada, hierática, convencional, que da estátua jacente de Alcobaça passou para os versos dos poetas da Renascença. Um interêsse inesperado, feito de dúvidas e de interrogações, agita-se em volta da Inês fecunda, galega e dólico-loira, que com as sombras escuras e plebeias de Inês Afonso, de Teresa Lourenço e de Beatriz Dias, as três «mancebas de el-rei», encheu a vida heterosexual de D. Pedro. Simplesmente, as tentativas de interpretação ultimamente realizadas entre nós dão-nos variantes tão contra-

ditórias, que não é facil entendermo-nos ainda àcêrca da fugitiva personalidade de Inês de Castro, da sua interferência, directa ou indirecta, na marcha dos acontecimentos politicos do seu tempo, e da exacta situação moral da «grande martirizada» no momento histórico em que ela, pelas fortes imposições da razão de Estado, «*decolata fuit per mandatum domini Regis Alfonsi*».

Na véspera de embarcar para o Brasil, onde o conduziam nobres interêsses intelectuais, Malheiro Dias leu-me, na intimidade do seu escritório *Maple* cheio de lacas brancas e de cretones ingleses, a mais sensacional e a mais interessante das quatro conferências que se propunha realizar no Rio e em S. Paulo. Era um esbôço firme da psicologia de Inês, uma narrativa curta dêsse *fait divers* de alcova do século XIV, e um verdadeiro libelo, admirável de brilho, de argumentação e de lógica, contra a aventureira ambiciosa e inteligente, quarentona e astuta, que duas vezes foi traidora — da princesa que a trouxe a Portugal, e do reino, cuja segurança ameaçou. Emquanto a *Inês* de Malheiro Dias, uma Inês sombria e tortuosa, desenhada com os traços violentos de *lady* Machbeth, tomava vulto e fórma no meu espírito, — uma outra Inês de doçura e de humildade, de vitral e de iluminura, a *Inês* de Antero de Figueiredo, surgia perante mim com os seus gestos góticos, os seus ombros de ave, a sua alma de sonho, embrulhada no *aurisamitum* precioso da túnica como numa mortalha, espécie de Ifigénia cristã estendendo o colo branco de vítima na timéle sangrenta dos sacrifícios. Por mais esforços mentais que eu fizesse para sobrepôr as duas imagens contraditórias, fundindo-as numa Inês única e verosímil, — não houve um só traço do perfil suavíssimo da segunda que se ajustasse ao desenho anguloso e

convulsivo da primeira. Evidentemente, ambos os escritores — dos mais probos, dos mais exactos, dos mais notáveis da literatura portuguesa contemporânea — colheram nos mesmos documentos os elementos constructivos das suas versões de Inês; mas como êsses documentos, desde a rosácea da arca tumular até ao *Livro da Noa* de Santa Cruz de Coimbra, desde o *Chronicon Alcobacense* até à prosa de oiro batido de Fernão Lopes, são secos, difíceis e escassos, cada um dos escritores teve de ir buscar às suas faculdades criadoras, aos recursos do seu próprio talento, ao coeficiente pessoal da sua sensibilidade, aquilo que naturalmente lhes faltava para a reconstituição integral duma versão humana. A *Inês* de Malheiro Dias é a Inês dum romancista; a *Inês* de Antero de Figueiredo é a Inês dum poeta. Será porventura, qualquer delas, a Inês da história?

Nós não podemos, evidentemente, julgar nos seus actos e nas suas paixões uma figura do século XIV segundo o critério da moral de hoje. Temos, antes de tudo, de a integrar na sua época e no seu meio. Muitos juizos injustos que tem pronunciado a história, provêm dêsse anacronismo de critérios e dêsse êrro de perspectivas. Inês de Castro foi, antes de mais nada, uma mulher do seu tempo. Para a ressurgir e para a estudar, é preciso estudar e ressurgir a fêmea rude, instintiva e bárbara da idade-média galego-portuguesa. É lá que temos de ir colhêr os gérmens da figura moral de Inês. Ela aí está, inteira, nas fôlhas ingénuas do *Livro Velho das Linhagens*, expressão convulsa duma sociedade primitiva e violenta; no *Nobiliário do Conde D. Pedro*, onde, entre brafoneiras de ferro e pôças de sangue, grita a voz rouca do incesto, do sacrilégio e da violação; nos *Cancioneiros*, em cujo fundo de tapeça-

ria esmaecida passam, de braço dado, o adultério e a lépra; nos forais, onde se sente, se vê, se adivinha, arrastando a cria, espulgando-se às portas, correndo violada e sangrenta pelos campos, uivando de dôr sob a mão brutal do homem, essa pobre lôba de fereza e de volúpia, de instinto e de desgraça, que foi a mulher portuguesa dos três primeiros séculos. É dêsses pedaços de sangue e de lama, dêsses farrapos de prazer e de martirio, palpitando, contorcendo-se, suspirando, rastejando, — que é feita a alma simples e bronca de Inês. Passam nela tôdas as ânsias brutas, tôdas as ternuras animais, todo o ingénuo impudor, todo o grosseiro instinto que animou as obscuras mulheres do *Nobiliário*, — Mór Garcia e Maria Mendes «que os irmãos roussaram», Dona Chamôa, monja de Vairão, vinte vezes violada e carpida, a abadessa Gracia Mendes, que deixou o seu báculo no leito de Afonso III, a Fornelos, Mécia Lopes, a *Ribeirinha*, a humilde e imunda Ouroana, a mulher de Gonçalo Mendes «com quem meteram burréla todos os rapazes que eram em sua casa», a própria mãe de Afonso Henriques, que passou, como um anel, pelas mãos de dois condes galegos... Inês é irmã gémea de toda esta sordidez tumultuosa, hirsuta, bárbara e natural. Mede-se pelo mesmo estalão e pela mesma craveira. Tem a mesma fisionomia. É a mesma mulher. Antero de Figueiredo e Malheiro Dias, arrancando-a ao seu tempo, isolando-a da fêmea mediéva e rude, — um para espiritualizar até à mais luminosa pureza as suas paixões, a sua animalidade e o seu instinto, outro para a acusar de não ter sido o que a moral do século XX quereria que ela fôsse, — talvez se afastassem ambos da verdade histórica, mas enriqueceram com duas obras primas a literatura nacional.

POETAS E PROSADÔRES

FIALHO

Fialho de Almeida tem já o seu busto na Biblioteca Nacional de Lisboa. Modelou-o um artista môço, de nobre e dextro talento: Costa Mota sobrinho. Contribuiu para que essa homenagem fôsse prestada a Fialho de Almeida um dos espíritos que o autor dos *Gatos* mais admirou: o Dr. Brito Camacho.

Quando há tempo entrei no *atelier* do escultor, nas Caldas da Raínha, e vi sôbre o banco, naquele tom baço e cinzento da argila molhada, o perfil fugitivo da *maquette*, — essa como que ressurreição plástica duma figura familiar e querida, essa reaparição duma imagem morta no barro humanizado, produziu desde logo em mim uma impressão profunda. Olhei-o durante minutos, sem pronunciar uma palavra. Pobre Fialho, — há quanto tempo eu o não via! E uma natural comoção invadiu-me, docemente, — essa vaga e serena comoção que em nós produz a memória de certos desaparecidos, que não é bem um sorriso e que não chega a ser uma lágrima, e para a qual existe uma expressão apenas: o silêncio.

Era o Fialho dos últimos dez anos que ali estava, diante de nós. Uma sólida cabeça, fortemente plantada num pescoço curto de artrítico. Rodei o banco para a vêr melhor, de frente, de flanco, a meio perfil: eram as modelações ósseas do seu crânio, quási sempre rapado; a testa curva, bosselada e sem rugas; o supercílio redondo, desigual, interrogativo,

dado com leveza em salpicos de barro fresco; era a sua fisionomia ágil e arguta de fauno môço, onde sobrava em viveza o que faltava em raça, onde duas narinas socráticas arfavam voluptuosamente, dois olhos profundos e benévolos fulgiam, e os pêlos convulsos da barba grisalha ameaçavam, vagamente, a velhice evangélica de Tolstoï ou de Ruskin. Tôdas as contradições entre a mobilidade felina da expressão e o empastamento dos tecidos, entre o que havia de velho e o que havia de môço na máscara de Fialho, marcára-as o escultor, com um admirável poder de execução, na linha sinuosa do perfil, nos tegumentos espessos da nuca, na bôca intencional, delicada, quáse infantil, que conservava ainda, nos últimos anos de vida, a polpa vermelha e fresca do tempo das *Pasquinadas*. Uma chapada de sol vivo, reflectido da parede branca do *atelier*, batia agora em cheio naquela cabeça de argila húmida, definindo melhor os planos, endurecendo um pouco os relevos, cavando sombras violentas, arejando-lhe as ondulações ralas da barba, pondo-lhe pequenas manchas de oiro no frontal como se o molhasse um suor oleoso. E de repente, na inesperada auréola que lhe emprestou a luz reflectida, o busto ganhou alma, estuou de vida, palpitou, adelgaçou, sorriu, espiritualizou-se. Por todos nós, que o olhávamos em silêncio, a alma de Fialho passára como um estremecimento luminoso.

Recordei então, diante daquela materialização forte de um dos maiores joalheiros da palavra portuguesa, as impressões que Fialho me deixára na nossa última e rápida conversa. Não posso precisar bem quantos meses antes da sua morte nos encontrámos pela última vez. Mas estou a vêr ainda o seu sorriso afectuoso e triste, os seus gestos lentos e curtos, a sua expressão vaga de *sénium* e de fadiga. Ia

no dia seguinte para o Alentejo, — aquele Alentejo crestado de sol, eriçado de sobreiros sanguinolentos e de zambujos anões, árido de pousios bravos e de charnecas ardentes, que êle tão bem descrevêra nas páginas supremas dos *Ceifeiros*. Não voltaria tão cedo. Sentia-se doente. Fígado; uma ptose do rim; a artèriosclerose que o preocupava há anos. Queria que eu verificasse ali mesmo, à porta familiar da «Livraria Clássica», o seu pulso duro e a ondulação rígida e serpiginosa do «sinal da temporal». Depois, a cidade asfixiava-o, oprimia-o. Já não era — dizia êle — a sua Lisboa caiada e carinhosa; era uma cidade hostil, em que o insultavam e o olhavam com rancôr nas ruas. Enterrar-se-ia na Cuba ou em Vila de Frades, patriarcalmente, com os seus chinelos de tapête e os seus livros. Levava ali Montepin e Ponson du Terrail, uma literatura inteira de *concierge*, — edições novas, vulgares, de noventa cêntimos. Queria lê-los, — porque não? Iriam encher os seus longos serões de província, ao canto amigo do lar de tijolo, nas noites frias, quando os toros de azinho crepitassem. Estava cansado da literatura moderna, do romance parado, extático, míope, imobilizado na análise dos infinitamente pequenos do sentimento e do carácter. Queria acção, vida, movimento, fôrça, — humanidade. Grandes conflitos, grandes paixões, grandes catástrofes. Amplitude, poder, fôrça criadora. E repetia-me a mágoa imensa de não deixar uma obra de acção, — frescos enormes onde esbracejassem energias convulsas, largas pinturas murais onde passassem multidões arquejantes. O seu *Infante D. Henrique* ficára nas taracênas de Sagres, à luz de archotes, meditando sôbre uma carcassa de caravela. A *Ruiva*, a *Madona do Campo Santo*, os *Três cadáveres*, — eram abortos do romance que êle não tinha tido ombros para levantar. Sentia — dizia-me o

grande impressionista do *País das Uvas* — a dôr da sua obra incompleta, fragmentária e desarmónica; quereria ter sido, como Balzac, um criador de vida, de fôrça e de beleza; — quereria, êle próprio, ter nascido com o arcaboiço glorioso dum semi-deus, com o peito potente e branco dum titan, mixto da fôrça ruiva de Herácles e da beleza olímpica de Diónyzos môço, maravilha grega de ritmo e de harmonia, de vigor e de graça, pojando a musculatura esbelta ao jogar dum disco de oiro...

Quando, à saída do *atelier* das Caldas, recordando o que lhe ouvira na nossa última conversa, olhei uma vez mais para o busto exacto, o busto humano e simples do pobre Fialho, com o seu crânio rapado, a sua face balofa, a sua barba inculta, tôda a espessura empastada de uma velhice de artrítico, — como eu compreendi, nítidamente, as amarguras inconfessadas dos seus últimos quinze anos!

BULHÃO PATO

Dir-se-ia um desaparecido de há trinta ou quarenta anos. Parece que o envolvem já as sombras longinquas do tempo. Temos a impressão de que nos resta dêle apenas uma tradição remota. O seu perfil pálido, a sua cabeça de espectro coroada pela névoa de prata dos cabelos, as suas mãos ósseas, compridas e trémulas, parecem surgir para nós através de duas, de três gerações distantes, como um eco do romantismo exausto, como a sombra dum daguerreótipo esmaecido, — feitos de vagas reminiscências, de traços apagados, de memórias confusas. E, entretanto, Bulhão Pato morreu há um ano apenas. É uma figura de ontem. É um desaparecido de ontem. Ainda há treze meses, num dia de sol criador, numa atmosfera do oiro fluido, entre lufadas de poeira ardente que mordiam, que queimavam, que abrasavam, eu o acompanhei ao pobre cemitério do Monte, a pé, subindo os córregos estreitos e pedregosos da Outra-Banda. Ainda há pouco eu sai confrangido da sua casa simples, da sua casa modesta, — das quatro paredes quáse nuas onde o amigo de Herculano vivia, entre uma estante velha que bocejava a um canto e uma amendoeira florida e doirada de sol, que parecia entrar, como uma bênção, pela janela entre-aberta. A minha mão sente ainda a pressão débil da sua mão. Morreu ontem, é certo. Mas há quanto tempo, há quantos anos dei-

xara iniludivelmente de viver êsse grande espírito que encheu de bravura, de truculência, de pitoresco, de paixão, uma época que a tristeza byroniana cobria da sua asa negra e para a qual os poetas, estirpe de Júpiter, eram ainda uma expressão sagrada da divindade omnipotente! Há quanto tempo estava morto, pelo anacronismo da sua própria existência, o «leão» da Assembleia Estrangeira e dos bailes do Rato, isolado agora no damasco desbotado das suas recordações, nas flores sêcas do seu passado turbulento, no bafio glorioso das suas atitudes, na retórica setembrista da sua eloqüência admirável!

Era êsse anacronismo a razão suprema do seu isolamento. Fugira da geração actual, porque nada tinha já de comum com ela. Pertencia a uma outra época, a um outro mundo. E nos outros que nós vivemos — e êle vira morrer, caír em volta de si, alma a alma, vida a vida, a sua existência inteira. Tinham já desaparecido, na poeira impalpável do tempo, as bôcas que êle beijara, os corações em que êle vivera, os braços amigos que o tinham amparado, as mãos liais que o tinham aplaudido. Olhava agora em volta: eram todos desconhecidos para êle — e êle era quáse um desconhecido para todos. Entre o velho poeta e o mundo novo que o rodeava, nada havia já de comum. Eram estranhos um ao outro. Restava-lhe — pobre decrepitude gloriosa! — refugiar-se no seu passado longínquo e viver com sombras. A sua saùdade animava espectros. A sua palavra evocava mortos. Imobilizou-se. Cristalizou. Passaram por êle as modas sem o atingir; o pensamento moderno aflorou o seu espírito cultíssimo sem o penetrar. Manteve o tipo, a cabeleira, os gestos, o sentimento, a eloqüência, o psiquismo do seu tempo. Em 1912, respirava ainda, voluptuo-

samente, a plenos pulmões, a atmosfera luminosa de 1840. Como essas velhas sêdas salpicadas de pequeninas flores, que dormiam vinte, trinta anos nas gavetas das nossas avós, e onde parecia guardar-se, conservar-se indefinidamente, como uma relíquia, o resto dum perfume religioso e esquecido,— tôdas as palavras, todos os pensamentos de Bulhão Pato vinham doirados dessa *patine* antiga, em todos êles palpitava essa atmosfera morta de capela fechada, que não era ainda bafio e que não era já aroma, mas que o afastava, que o distanciava de nós, que o relegava para outra idade, para outro meio, para outra época. Como êle devia ter sentido vivamente a mágoa de não ter morrido mais cedo! Como êle suportou com resignação e com doçura a agonia imensa de sobreviver a si próprio!

Não. O tempo, não é transformando-nos que nos envelhece: é transformando, em volta de nós, tudo o que nos rodeia. A mais dolorosa impressão da velhice não vem da decrepitude, — vem do isolamento. Desmorona-se, à volta de nós, tudo quanto nos era familiar; desaparecem, uma a uma, tôdas as imagens queridas; caem, como fôlhas sêcas de outono, tôdas as afeições, sorriso a sorriso, coração a coração, e quando um dia, na obstinação de viver, olhamos em tôrno de nós, — como tudo está já mudado, como nós desconhecemos tudo, como tudo nos desconhece a nós e como essa humanidade nova, em que já se não criam afectos, cheia de estranheza e de hostilidade, nos cava fundo na alma a impressão viva da solidão e do abandôno, — a mais desoladora, a mais pungente, a mais dolorosa de tôda a velhice humana! Há figuras senis que procuram ainda adaptar-se, viver na sociedade a que já não pertencem e onde são elementos estranhos: há velhos que se permitem a ilusão de

criar afeições novas; que tentam penetrar-se do espírito moderno que os rodeia, que os solicita, que os envolve. Bulhão Pato, não. Imobilizou-se no seu passado, refugiou-se no seu anacronismo, conservou-se irredutível no seu isolamento. A voz do grande poeta era, há muito tempo, uma voz de além-túmulo. As suas novas obras tinham já o ar carinhoso e envelhecido de póstumas. A geração que o entendia desaparecera há muito. Os sentimentos que o agitavam vinham do tempo do penteado «à polka» e dos bailes do Manteigueiro. As suas paixões vestiam-se de *organdi* côr de rosa e dançavam ainda ao som da rabeca do Mazzóni. Tudo nêle estava fóra de moda. As suas próprias atitudes, os seus próprios gestos pareciam desenhar-se dentro da casaca de briche de Passos Manuel. A sua eloqùência, a sua voz, a sua ênfase, pertenciam àquele Parlamento grave e retórico que Sottomayor deslumbrou com o seu *carrick* vermelho e onde gesticulavam, cheias de aneis, as mãos pállidas de Garrett.

Por isso o nobre académico que foi Bulhão Pato, desintegrado da sua geração e da sua época, verdadeira ressonância sentimental de 1840, se conservou, até ao fim da vida, uma figura admirável de pitoresco e de anedota. Era um sobrevivente: era um antepassado. Para o poder admirar, para o poder compreender, temos de recuar no tempo e de colocá-lo, em plena mocidade, em plena fôrça, em pleno brilho, dentro da sociedade a que pertenceu.

*
* *

O melhor retrato que nos resta de Bulhão Pato pintou-o Columbano. É o poeta da decrepitude. Uns olhos vivos, argutos, negros, scintilam numa face branca de apóstolo. A barba, como uma onda revôlta de prata oleosa, cobre-lhe o pescoço devastado. As mãos, apoiadas na bengala, são reflexivas e energicas. Na expressão, que a doçura da velhice tranqùilizou, adivinha-se ainda uma relíquia do antigo *pannache*. Dir-se há que na mesma face se juntam a velhice de Tolstoï e a velhice de d'Artagnan. É uma obra prima de pintura portuguesa. É a mais alta expressão que pode atingir, na interpretação da máscara humana, o génio de um pintor. — Mas já não é Bulhão Pato.

O poeta da *Paquita* tem eternamente trinta anos. O poeta da *Paquita* não envelheceu ainda. Vejo-o, adivinho-o, evoco-o. Tem os cabelos negros, a polpa do lábio vermelha e môça, o sol da Espanha a arder-lhe nos olhos, a pele doirada e húmida de seiva, o corpo firme e esbelto, o gesto impetuoso e largo. É o homem fatal do seu tempo. Ondula pelas salas, nos serões da Regaleira, nos bailes dos marqueses de Viana, passeando os olhos profundos, sacudindo a juba preta. O seu pulso é rijo como o aço, o seu olhar é macio como o veludo. Os homens temem-no, as mulheres enlanguescem ao vê-lo passar. Toma, em Sévres e oiro, o caldo de galinha das *sauteries* do Farrobo; soluça e geme, rodeado de saias de balão, os versos «Se córas não conto»; e as mais belas mulheres, a própria madame Barrow, ministra da América, finge argueiros para que êle lhe sopre os olhos. Garrett, velho, postiço, espartilhado,

ministro, rabujento, sonhando com a Ordem de Malta e penteando o chinó de Londres, não as interessa já. Ao deus que morre opõem o deus que nasce. Bulhão Pato é o Musset do Passeio Público, o Alfredo de Vigny do Marrare de polimento. A sua pêra negra, a sua pêra impertinente de fauno esbelto, cofiada sempre por uma mão sólida e forte, enche de virilidade o seu tipo romântico. A fama do talento ilumina-o. É o pupilo de Herculano, é o amigo de Rebêlo da Silva, — tem a costela de oiro de Apolo. Cortejam-no nas ruas, amimam-no nas salas, querem-no no Parlamento, chamam-no da Academia. Patuleia, liberal, cheio de energia e de raça, a sua alma está com o povo, vibra com o povo, palpita com o povo. Audacioso, eloqüente, tem um dia na sua mão o poder, o domínio, a força. Mas a tudo renuncia a soberba da sua pobreza, o orgulho formidável da sua independência. O poeta humilde tem gestos de grande de Espanha. Que importa o mando, que importa o poder, que importa a glória! Bastava que a vida lhe corresse entre um sorriso de mulher e uma taça de *Champagne*, entre uma ode de Horácio e uma caçada às lebres. E de manhã, antes do sol nascido, quando principia a cantar o tentilhão madrugador, a toutinegra barbirruiva, o pisco chalreiro — êle aí vai com o seu chumbeiro e o seu polvorinho, a sua espingarda e o seu cão de mostra, varejando nos carrascais as perdizes velhas, batendo nos baldios os coelhos encovilados. O panteísta, perdido no seio da natureza selvagem, bebendo a largos haustos o vento agreste das montanhas — a cada perdiz que abate, a cada lebracho que os dentes do cão sacodem, encontra um verso de oiro das suas *Geórgicas*, um ritmo carinhoso das suas éclogas cristãs, e a sua alma simples, a sua alma tranqüila, a sua alma

religiosa sóbe, num êxtase, para Deus. Não lhe peçam a filosofia da sua obra. Não lhe perguntem a razão da sua existência. Sente porque sente, vive porque vive, ama porque ama. O seu génio de instinto flutua entre duas emoções: uma mulher que sucumbe e uma perdiz que abate; um tiro que fuzila e um beijo que murmura; uma liga que foge e uma lebre que salta. A natureza é para êle um festim dionisíaco; a mulher é para êle um mistério profundo. Entre êsse festim e êsse mistério, entre êsse esplendor e essa interrogação, oscila, palpita, estremece tôda a obra de Bulhão Pato. Das *Poesias* às *Canções da Tarde*, das *Paisagens* às *Flores agrestes*, da *Paquita* ao *Livro do Monte*, essa obra flue, canta, esplende, alaga, — agora melodiosa e doce, logo convulsa e violenta; florindo hoje em idílios, lampejando àmanhã em sátiras, ora sóbria, ora truculenta; num dia carícia, noutro tempestade; mas sempre raça, mas sempre orgulho, mas fidalguia sempre. O patuleia pica-se de nobreza dos quatro costados. No seu anel esquartela-se o brazão dos Patos Reais de Alcochete. Nas suas genealogias remotas surge, como um sorriso, o burel de Santo António de Lisboa. Esse burel humilde e essa fidalguia de berço unem-se, aliam-se, ressurgem, renascem na figura do poeta. Dão-lhe a sua pobreza de franciscano e a sua soberba de príncipe. Dão-lhe, acima de tudo, o seu grande, o seu imenso, o seu enternecido amor à terra portuguesa, ao sol de Portugal, ao povo de Portugal que êle canta, que êle admira, que êle exalta no seu ímpeto retórico, na sua ênfase castelhana, no seu gesto redondo — nesse gesto instintivo, hereditário, de quem leva a mão a um talabarte para arrancar da bainha a espada de D. Fuas!

Pobre Bulhão Pato! Velho poeta, grandioso em

tudo, na figura, no talento, na pobreza e no orgulho! Se há Deus; se é certo que a morte nos ilumina, nos transfigura, nos rejuvenesce—estou a vê-lo, fidalgo, sumptuoso, exagerado, espanhol, como se o vestisse um gibão preto de Velasquez, sacudir a juba, cofiar a pêra de fauno velho, avançar na luz ofuscante de alêm-túmulo, pôr a mão sôbre o ombro formidável de Deus e perguntar-lhe familiarmente:

—Rapaz, como vais tu?

CAMILO

Nas minhas rápidas anotações semanais da *Ilustração Portuguesa*, escrevi há tempo o seguinte, que reproduzo:

> «O snr. Visconde de Vila Moura, que se tem revelado, nos seus últimos trabalhos, um escritor de fortes qualidades de análise e de intensa e colorida expressão, acaba de publicar algumas cartas inéditas de Camilo. Sob o ponto de vista do documento literário e como colheita de elementos subsidiários para a nosografia do grande suicida, a publicação é singularmente interessante e representa um bom serviço. Resta perguntar — e é essa a única dúvida — se o respeito que à memória de Camilo e à sua desgraça devem todos os escritores portugueses, e que no prólogo do snr. Vila Moura tão sentidamente se afirma, não aconselharia, de preferência, a delicada reserva dalgumas das cartas agora publicadas. O pudor dos mortos vai alêm da própria morte, e se os casos de Musset, de Sand, de Hugo, de Saint-Beuve, consagram o precedente, — não o absolvem. A obra dos escritores pertence ao público; as suas misérias íntimas, não.»

A estas razões teve o snr. Vila Moura a amabilidade de responder, numa bem elaborada revista literária do norte, pretendendo justificar aquilo que, em bôa verdade, não carecia de justificação: as suas excelentes intenções. Não duvidei delas um momento. Só uma revoltante má-fé seria capaz de pre-

tender atribuir ao editor das *Cartas* o propósito deliberado de menosprezar a memória do maior dos mestres que tem tido a língua portuguesa. Pelo contrário. Estou convencido de que a intenção do snr. Vila Moura foi, determinadamente, exaltar a figura moral do grande suicida pela revelação de tôdas as suas desventuras íntimas e de tôdas as suas misérias ocultas. A dôr santifica. O editor das *Cartas*, entregando à publicidade os documentos do que de mais recatado e de mais doloroso houve na vida íntima de Camilo, não teve nem podia ter outro objectivo que não fôsse o de elevar e ennobrecer pelo sofrimento a figura gloriosa do escritor. Faço-lhe essa justiça. Faz-lha, decerto, toda a gente.

Mas não é das intenções do snr. Vila Moura que se trata; é do facto em si. Ponhamos de parte a pessoa do editor: vejamos apenas o facto da edição. Deixemos, mesmo, o caso de Camilo, — e consideremos a questão na ampla generalidade dos princípios. As cartas íntimas dos escritores pertencem ao público? Pode quem quiser publicá-las? É legítimo o acto dessa publicação, quando não autorizada pelo autor ou pelos seus herdeiros e representantes?

Evidentemente, não.

Não há dúvida de que as cartas e documentos reservados dos escritores teem a maior importância pelos elementos que fornecem para a compreensão e comentário da sua obra. Ninguêm ignora tambêm que os estudos nosográficos das grandes figuras utilizam, com evidente vantagem, os subsídios fornecidos pela correspondência particular e pelos documentos íntimos. As cartas de Musset e de George Sand, os dois amantes de Veneza, são documentos humanos admiráveis. Nas cartas de Hugo e de Sainte-Beuve palpita e vive uma época inteira. As colecções póstumas do «*Mon cœur mis à nu*» e das

«*Fusées*» revelam-nos Baudelaire melhor do que o soberbo prefacio de Theophile, que se diria escrito com oiro fluido. Uma singular e doentia curiosidade leva-nos a devorar com prazer as pequenas misérias de que é feita a vida dos grandes homens. Nesses *dossiers* dolorosos, psiquiatras e neuropatologistas procuram, como trapeiros, as vergonhas íntimas e as torpezas ocultas, e fazem diagnósticos a distância com uma precisão hospitalar. Toulouse não esperou a morte de Zola e estudou-o minuciosamente em vida, tornando públicos — ao menos, com a aquiescência do autor do *Germinal* — os pormenores íntimos da sua fisiologia e a própria análise dos seus excrementos. Os escritores deixam de ser espíritos — para ser homens. A sua memória perderá ou ganhará em grandeza, não importa: — mas manter-se há viva, flagrante, humana, pela inconfidência e pela anedota, na névoa distante e luminosa do tempo. As cartas e os papeis secretos teem um incontestável valor como subsídios para a história literária, e a sua divulgação pode constituir, sob êsse ponto de vista e em determinadas circunstâncias, um verdadeiro serviço.

Simplesmente, — haverá o direito moral de utilizar, publicando-os, documentos que não eram destinados à publicidade? Será lícito, violando a memória dum morto, assoalhar misérias que êle escondeu ou que êle confiou ao coração dos amigos e ao segrêdo dos médicos? Que tem que vêr o escritor — criador de vida e de beleza — com o homem, sujeito às paixões e às vergonhas de todos os homens? Porque não hão-de, os que na vida foram gloriosos, ter direito a que sôbre as suas fraquezas e sôbre as suas loucuras cáia aquele silêncio amigo e aquela sombra redentora que envolvem todos os mortos? Será bastante a consideração de efémeros

interesses literários para justificar essa profanação, essa como que traição póstuma feita à memória dum escritor, cuja obra pode ser de tôda a gente, mas cujas misérias íntimas eram exclusivamente suas? Não terá êle direito, ao menos, a um tempo de tregua e de silêncio, — o tempo em que a sua lembrança palpita ainda entre os vivos que o conheceram? Não será justo poupar ao pudor dos filhos o pelourinho das paixões e das agonias dos pais?

Mas se sob o aspecto moral a questão é indefensável, — não o é menos sob o ponto de vista jurídico. O artigo 575.º do Código Civil Português determina expressamente: «Artigo 575.º — As cartas missivas não podem ser publicadas sem permissão dos seus autores, ou de quem os represente, excepto se fôr para ajuntar a algum processo». O artigo 610.º acrescenta: «Artigo 610.º — Quem publicar qualquer manuscrito, no que se compreendem cartas particulares, sem permissão do autor durante a sua vida, ou a dos seus herdeiros ou representantes, será responsável por perdas e danos». Na legislação especial referente a depósitos e à leitura de documentos nos arquivos públicos, e designadamente no decreto de 14 de julho de 1902, também o assunto está claramente regulado. Portanto, voltando ao caso sujeito, é lícito perguntar: deram os herdeiros de Camilo, que são seus netos, permissão para se publicarem as cartas que véem insertas no *Camilo inédito?* Numa dessas cartas, a Vitorino da Mota, o romancista descreve confrangedoramente a loucura do filho Jorge, «sempre na sua noite com sonhos hilariantes», e refere-se nestes termos ao filho Nuno:

«Nuno e M.ª Isabel creio que se retiraram. Eu, ofendido por grosserias de meu filho, intimei-o a

saír daqui com os seus 7 burros, com os seus coches e com os seus lacaios. Se êle tem dignidade e brio, decerto se retira; mas eu duvido que êle o faça, porque a intuscepção frènológica me faz supôr que na sua concerebração aquelas bossas não se pronunciaram».

Se os netos de Camilo, filhos de Nuno Plácido Castelo Branco, permitiram a publicação desta carta em que a dignidade de seu próprio pai merece tão dolorosas referências a seu próprio avô, — a publicação é legitima e todos os comentários se tornam inúteis. Se os herdeiros do grande suicida a não autorizaram — e eu faço-lhes a justiça de supôr que assim seria — a edição dessa e doutras cartas de Camilo, feita, de resto, com as mais nobres intenções e com os mais levantados propósitos literários, representa um acto que a lei não sanciona e abre entre nós um precedente que não deve passar sem reparo. De tantos cuidados a legislação portuguesa rodeou êste melindroso assunto, que nos próprios arquivos do Estado os papeis particulares de famílias, não podem ser comunicados sem a autorização expressa dos representantes dessas famílias, e em caso algum pode ser facultada a leitura e a cópia de cartas antes de decorridos sessenta anos sôbre a morte do seu autor. Devem os escritores, só pelo facto de ser escritores, considerar-se fóra da lei? É claro que não. Os seus livros pertencem ao público; as suas misérias, as suas dores íntimas, as suas vergonhas de família, ninguêm tem o direito de as violar e de as exibir, embora em nome dos mais altos interesses literários. Maupassant foi, mesmo, mais longe. Quando, um dia, certo jornal parisiense lhe publicou o retrato sem sua autorização, o autor da *Maison Tellier* estabeleceu a doutrina irrefutável de que a venda da propriedade das suas obras não

envolvia a alienação da propriedade da sua cara, nomeou advogado, processou o jornal, ganhou a causa, — e recebeu uma indemnização de uns poucos de milhares de francos.

Seria uma extravagância; mas foi uma lição.

O CONDE DE MONSARAZ

Perdi no conde de Monsaraz um grande amigo. Perdôem-me a natural comoção com que falo dêle.

Já se prestou ao poeta a homenagem que ao poeta era devida. Já se fixaram as características fundamentais da sua obra, — cheia a um tempo de viril sentimento e de nobre elegância. Já se evocou a sua figura de meridional, trigueira e forte, máscula e antiga, — a que iriam bem os mantéus holandeses de Franz Halls. Já, em rápidas palavras, se procurou reviver os quadros e os episódios que êle mais amou, — o perfume acre da charneca alentejana batida de sol, o saiôto vermelho das mulheres da monda como uma nódoa de sangue no oiro áspero dos restolhos, a sombra amiga das carvalheiras patriarcais, a ruiva melancolia dos bois de trabalho, os lares de tijolo, os ciganos das feiras, o chôro das guitarras, — e para além, numa névoa luminosa, num voluptuoso murmúrio, sêdas que se crispam, flores que se desfolham, os ombros nús da arquiduquesa, polpas róseas de braços que enleiam e palpitam, tôda a glória do amor passando numa teoria loira de náiades e perdendo-se ao longe, docemente, plácidamente, virginalmente, no sorriso tranqùilo de *Catarina de Ataide*... Já muito se disse da sua figura e da sua obra. Vejâmo-lo agora mais de perto, na intimidade duma existência que decorreu em plena

beleza moral, no carinho acolhedor da sua casa, na lialdade forte do seu braço de amigo, na ternura quáse ingénua da sua bondade tão comovida e tão portuguesa.

É na biblioteca da casa do Ferregial, às noites, enterrado numa poltrona de tapeçaria, de costas para a luz, que a minha saùdade o vê ainda, no sorriso calmo dos que envelhecem felizes. Recomponho tudo quanto o cercava: a pesada livraria instalada em volta; as porcelanas de Delft, de Wegwood, de Limoges debruçando os seus esmaltes sôbre um velho contador italiano; ao canto, num retrato, o perfil suavíssimo da senhora baronesa de Mesquita, no seu ar byroniano de 1840, o decote fendido em coração, os bandós pretos abertos num penteado «à polka», o seio branco inundado de jóias. Uma luz branda escorria pelas tapeçarias vermelhas, embebia-se na massa escura dos livros, espelhava nas placas de marfim do contador, tremia em volta de nós numa poeira doirada, alastrava sôbre o dorso do grande *bull-dog* de faiança que guardava a porta. Era ali que êle recebia depois do jantar os seus melhores amigos. Era ali que êle acolhia todos os poetas, todos os artistas que o procuravam para lhe lêr os versos, para lhe pedir os conselhos. Ás vezes, em volta da sua *verte vieillesse*, não havia senão mocidadè. Rodeada de poetas môços, a sua bela cabeça branca resplandecia numa névoa de prata. Não era o mestre; era o camarada, era o companheiro, era o irmão mais velho. Não balbuciava uma vocação literária que êle a não amparasse, que êle a não exaltasse generosamente. Ainda vejo, ainda sinto em volta de mim, envolvendo-me como uma sombra amiga, o sorriso de enlêvo com que êle nos ouvia a todos. Um só pensamento o absorvia, o preocupava: a felicidade daqueles que se acercavam dêle.

Os seus amigos eram a sua grande família espiritual. Tinha-os no coração, junto do próprio filho. De repente, surpreendia-nos uma bôa noticia, a realização inesperada de um desejo, a satisfação duma pequena vaidade: era êle, era a sua amizade solicita, era o seu interêsse afectuoso, que nos espreitavam e nos seguiam. De encontro ao seu optimismo tôdas as dificuldades se despedaçavam. De encontro à sua perfeição moral, tôdas as calúnias se desfaziam. Os seus amigos eram sempre bons, — pela única razão de que eram seus amigos. Quando alguêm os atacava, — defendia-os *à outrance*. Só nesse momento a sua calma e fidalga elegância conhecia a veemência e a impetuosidade. Então, a sua eloqùência natural trasbordava, fuzilavam-lhe os olhos negros na máscara trigueira de mosárabe, — e era preciso concordar com êle, com o carinhoso despotismo das suas afeições, com o fervoroso culto das suas simpatias. Se todos os espíritos, mesmo os mais delicados, tivessem da amizade uma noção tão elevada e tão nobre, que bela e generosa coisa seria a vida!

Na noite em que êle morreu, ao fim dum côma acetonémico de quáse vinte e quatro horas, — voltei a essa pequena sala vermelha da biblioteca, tão impregnada do seu espírito, tão cheia ainda da sua voz, tão inseparável da sua figura ao mesmo tempo familiar e grave. Revivi dolorosamente todo o passado que não volta, o íntimo aconchêgo dos antigos serões, tudo quanto lhe ouvira, os seus conselhos amigos, os seus entusiasmos exuberantes, os seus desalentos profundos, os seus planos de obra, êsses admiráveis sonetos da *Lira de Outono*, onde as rimas tiniam como cimbalos de oiro e se juntavam como lábios frescos. E naquela casa abandonada, naquela meia luz triste, a sua sombra escoava-se en-

tre os móveis, abraçava-me com ternura, repousava um instante na grande cadeira de tapeçaria, folheava agitadamente livros imaginários, olhava a porta, no seu gesto habitual, à espera de vêr entrar o filho...

SOUSA MONTEIRO

A Academia das Sciências acaba de fazer publicar em separata a magistral *Introdução* de António Cândido à tragédia póstuma de José de Sousa Monteiro. Lendo êsse monumento da prosa portuguesa, lapidar e perfeito, onde tudo é superior, desde a nobreza do pensamento até à elegância da expressão verbal, — eu tive o duplo prazer intelectual de admirar, ainda uma vez, um grande artista vivo, e de lembrar com saùdade, uma vez mais, um eminente camarada morto. Fechei a preciosa brochura sôbre a leitura da sua última página, tão repassada de melancolia, numa dessas tranqùilas tardes de oiro, fluidas e transparentes, que só o outono conhece, e em que o espírito mais parece comprazer-se na voluptuosa doçura de recordar. E a figura amiga de Sousa Monteiro, sumida e apagada já por quatro longos anos de desaparecimento, surgiu perante a minha memória, tão viva, tão palpitante nas luminosas e evocadoras palavras de António Cândido, — como se ainda na última quinta-feira académica eu tivesse podido apertar-lhe a mão.

Ainda me recordo da impressão singular que em mim produziu Sousa Monteiro, quando lhe falei pela primeira vez. Conhecia-o apenas de nome. Nunca o vira, — ou não me apercebera dêle. A sua figura era vulgar, pouco impressiva, nada reveladora, pobre em linhas e em acidentes fisionómicos sugesti-

vos; uma dessas figuras que se confundem fàcilmente com a multidão e que teem o privilégio de a atravessar sem despertar um movimento de interêsse, de atenção ou de estranheza. Mas, falasse êle, — e tôda aquela fisionomia se iluminava, se transfigurava; os olhos scintilavam inteligência por detrás dos cristais da luneta, e tôda a sua expressão, a princípio vulgar, dura, apagada, resplandecia de intensa espiritualidade. Que brilho, que fulgurações imprevistas na sua conversa fácil, natural, saborosa, levemente irónica, sublinhada constantemente por um sorriso subtil, pródiga na anedota, pitoresca na narrativa, ennobrecida sempre, sem esfôrço e sem impertinência, por uma das mais sólidas, das mais brilhantes, das mais completas culturas humanistas que me tem sido dado admirar!

Um momento bastou. E êsse homem, que eu conhecia apenas de tradição, e que a sua geração, nem sempre justa, se habituára a considerar, na frase de Barbey sôbre Fontenelle, «*une porcellaine fêlée dans son fauteuil*», apareceu-me em tôda a evidência da sua superioridade. Disse-o o notável romancista Teixeira de Queiroz, em seguida à morte do grande académico — e disse-o com a nobreza da mais sincera amargura: Sousa Monteiro foi incompreendido pela geração a que pertenceu e desdenhado pela geração imediata à sua. Desdenhado? Não. Desconhecido. A sua obra não era lida; o seu público limitou-se sempre a uma restrita aristocracia intelectual. É uma fatalidade inexplicável que pesa sôbre certos homens de letras, e contra a qual nada podem, nem o talento, nem o trabalho. Houve sempre, em todos os tempos, livros que não se vendem e que não se lêem, — sem que seja fácil determinar o motivo que afasta do seu autor o interêsse da multidão. É o caso de Sousa Monteiro. A sua obra não teve o sufrágio

do público; o grande académico não conheceu a popularidade, — «*cette souillure*», como lhe chamou Aurelien School; viveu refugiado, como um príncipe, no isolamento e no orgulho justíssimo da sua fidalguia literária, e, antes de morrer, era exclusivamente nas sessões da Academia e na intimidade afectuosa dos amigos, que aquêle grande espírito desdobrava as suas asas amplíssimas e luminosas. E entretanto, como a obra de Sousa Monteiro é superiormente bela! Simultaneamente historiógrafo, romancista, dramaturgo, poeta, — duas preocupações o dominaram sempre: o escrúpulo da investigação histórica e a pureza da linguagem, por êle trabalhada a cinzel, com a arte suprema dum verdadeiro ourives da palavra escrita. Tôdas as suas grandes obras, a maior parte mesmo dos seus sonetos (género para cuja última renascença Sousa Monteiro largamente contribuiu), são ressurreições eruditas do passado. O ilustre escritor precisava de fazer recuar no tempo figuras e paixões, para melhor as criar e as sentir. «*Fuggire il piu che si puo gli abiti della sua etá*», — aconselhou Leonardo de Vinci aos artistas do seu tempo; como o grande pintor italiano, Sousa Monteiro tinha a voluptuosidade do passado distante e comprazia-se em envolver as suas criações na poeira de oiro dos séculos. Na justeza do vocabulário, sua preocupação máxima, não sei quem o excedesse. Meticuloso até ao exagêro, purista até ao furor, conhecia como poucos a arte de incrustar a palavra obsoleta, de a fazer scintilar como uma jóia, de lhe procurar, na orquestração do período ou do verso, efeitos musicais imprevistos e poderosos. A sua sintaxe transposta, complexa, às vezes quáse rigorosamente latina, tornava ainda mais característica a originalidade da sua maneira literária. Uma grande unidade de processos dominou tôda a sua

obra. Dos *Sonetos* aos discursos académicos, dos *Amores de Júlia* às peças de teatro, mantêm-se a mesma nobreza de linguagem, o mesmo culto da palavra própria, o mesmo poder de evocação, o mesmo delírio da perfeição absoluta, que faziam de cada período ou de cada estrofe de Sousa Monteiro um pequeno baixo relêvo duma nitidez e duma riqueza admiráveis.

É possível que estas grandes qualidades se convertessem em relativos defeitos na obra dramática do poeta; é natural que o excesso de motivos ornamentais perturbasse alguma vez a pureza arquitectónica das grandes linhas do drama; é de crêr que a elasticidade nervosa da linguagem falada, exigida pelo moderno teatro, se não compadecesse com a bela e perfeita rigidez clássica que caracterizava o verso, e, sobretudo, a prosa de Sousa Monteiro. Entretanto, — o valor da sua obra dramática, quer original, quer adaptada, é indiscutível. Nela avulta, como trabalho de maior fôlego, pela comovedora poesia da concepção e pelo sabor puro e vicentino do verso, — o *Auto dos Esquecidos*. Se através duma fábula dramática podem aquilatar-se os sentimentos de justiça e a nativa bondade do poeta que a concebeu, — a alma generosa e boa de Sousa Monteiro transparece, em tôda a sua beleza moral, na concepção original dêsse episódio dramático. Era preciso comemorar, no theatro, o quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia; seria fácil exaltar os reis, os capitães e os grandes, já tantas vezes glorificados, desde a *Trophéa* de Bartolomeu Navarro até às oitavas de Camões; mas a alma justa e nobre de Sousa Monteiro lembrou-se de que nessa esplêndida pagina da história nacional não existiam apenas as maiúsculas, as letras capitais abertas a oiro pela glória do mando, mas (o

que era tudo!) um imenso exército, negro e humilde, de minúsculas esquecidas, de pequeninas letras escuras e ignoradas, sem as quais, entretanto, na frase dum grande poeta francês, nenhuma página de história se escreveu ainda, — e, impregnado de um profundo sentimento de ternura, opôs à epopeia enorme dos glorificados o seu pequeno e generoso *Auto dos Esquecidos*. Quantas maravilhas de lirismo e de evocação nesses versos que a alma simples de Gil Vicente segredou ao grave erudito dos *Amores de Júlia!* E que natural instinto de teatro, — revelado depois, mais eloqüentemente, na fórma habilidosa por que o *Cavaleiro Falstaff* reúne os episódios da primeira e segunda parte de *Henrique IV* aos cinco longos actos das *Alegres Comadres de Windsor!* Na sua obra dramática, como na sua restante obra, o espírito de Sousa Monteiro compraz-se na variedade: depois de fazer viver os marinheiros portugueses do século XV, ressurge a figura hilariante do velho *Oldcastle:* depois dessa caricatura genial de Shakespeare, que fizera sorrir Isabel de Inglaterra, revive, em pura linguagem portuguesa, a pequenina comédia em que Molière obrigou a dançar Luís XIV; finalmente, depois de adaptar o *Pato Bravo*, de Ibsen, modéla, na prata lavrada do mais puro verso branco, a sua tragédia dos amores de Inês, — que agora surge póstuma e para a qual o dr. António Cândido acaba de escrever a admirável *Introdução* há dias publicada.

Quem se lembra hoje de Sousa Monteiro, — quatro anos andados sôbre a sua morte? Os académicos seus pares, seus amigos, seus companheiros, — e ninguem mais. Passou como uma sombra êste grande desconhecido. Por isso, quando numa das últimas tardes de outono, tranqüila tarde de oiro, fluida e transparente, fechei, sôbre a última página,

o comovido prefácio de António Cândido, — o meu espírito fixou numa lágrima as últimas linhas, síntese eloqùente e simples da existência do poeta: «Bem vistas as coisas, foi feliz o seu destino. Ao cabo duma vida sem mancha, a que não faltou a glória, — a morte repentina, sem aparato, em silêncio!»

NOVOS ESTUDOS SÔBRE O SÉCULO XVIII EM PORTUGAL

EM CYTHÉRA

Houve na Lisboa do século XVIII três espécies de mulheres, que manifestamente entraram em competência na lamentável arte de seduzir o homem: a freira, a cómica e a dama. Deixemos de parte a freira, a verdadeira instituìdora do *flirt* em Portugal, passarinho de encèrro cuja adoração criou a fórma arqui-platónica do «amor freirático» e a cujos hábitos de bernarda, de clarissa, de capucha ou de agostinha uma nuvem rósea de Amores foi buscar a faixa contraveirada de prata das bastardias. Deixemos tambèm a cómica, que do côrro das Arcas ao teatro do Bairro Alto, da Escamilha à Gamarra, da Margarita à Petronilha, da Zamperini à Pepa Olivares—da comédia de «fray Lope» à graça desnalgada do fandango — roubou e endoideceu faceiras e frades, peraltas e desembargadores, fidalgos e cónegos, mulatos e principais vermelhos da Patriarcal. Falemos apenas daquela que foi a menos querida das três, por ser, precisamente, a mais fácil de tôdas: a dama.

«Dama» *tout court*, «França-dama» ou «sécia-dama», são eufemismos delicados de que se serviu a galanteria portuguesa do século XVIII para designar a *fille de joie*, a «Lisi», a «Clori» do Mocambo

e dos arcos do Rocio (1), a mundana altamente cotada que as *Turinas* fêmeas descreveram na francesia das modas e dos gestos, para quem D. João V, magnífico de sensualidade, mandou cunhar as dobras de oiro de duas caras, e cujas pantalonas côr de rosa fizeram mais tarde, nas alamedas fradescas do Passeio Público, o terror ingénuo do intendente Pina Manique. A história anedótica, que passa sorrindo pela cómica e pela freira; que se demora hoje na portaria de Santa Clara, àmanhã no pátio da Mouraria; que inquire escrupulosamente quantos bacios de prata tinha cada freira de Odivelas e quantos narizes vermelhos espreitavam da rótula do camarote dos frades quando poisava em tablas a Escamilha, —não se deteve ainda um momento para atirar, com as pontas dos dedos, um beijo a essas fugitivas «Filis» e «Silvias», loucuras de acaso e paixões dum instante, cujas caricias extenuavam menos do que uma hora de ralo e cujo leito era disputado à noite, à ponta de espada, pelas alfurjas da velha Lisboa. A fácil glória dêsse beijo a século e meio de distância estava-me reservada a mim. Permitam-me, meus senhores, que os conduza, durante alguns minutos, aos *mauvais lieux* lisboetas do século XVIII, — e que lhes apresente algumas dessas pródigas de amor, dessas dissipadoras de beleza que Manuel de Figueiredo surpreendeu na *Licori* do *Mapa da Serra Morena* e que Pedro António Quillard pintou por todos os altos de porta, por todos os tampos de espinêta, numa névoa doirada de bosque, leves na sua charpa de sêda, no seu rosiclér de diamantes, no leque

---

(1) Mss. da Bibl Nac. de Lisbôa, *Col. Pombalina*, cod. 130, fl. 13, — «*A huma freira de S. Bento chamada Luiza do Espirito Santo*».

ligeiro que lhes escondia a face como uma meia-máscara de rendas.

Uma das mais célebres «damas» que viveram em Lisboa por volta de 1730 era conhecida pela alcunha de «Giganta» (1), morava ao arco dos Ferros, e a ela se refere de passagem Tomás Pinto Brandão. Máscula, gimnandra, enorme, tinha vindo para Portugal com um gascão, cavaleiro de Malta, e desaparecido êle, para aqui ficou, oferecendo a tôda a mafra de fidalgos, de casquilhos, de mestres de armas, de jarretas desembargatórios, como a giganta de Baudelaire, a sombra enorme dos seus seios. Competia com ela em notoriedade a «Rosa Galega» (2), moradora aos Remolares, antiga dama de comédia, debaixo de cujas rótulas verdes costumava juntar-se meio mundo a ouvi-la cantar à viola em italiano, castelhano e português. Mas nenhuma era tão insigne na arte de explorar o sexo forte, como certa mulher loira e esbelta conhecida pela «Irlandesa» (3), que arruava de côche doirado por Lisboa como uma embaixatriz, e que era protegida, entre outros, pelo filho do conde de Valadares, cónego da Basílica Patriarcal. O filho do conde quis fugir com ela da côrte quando percebeu que já devia dezanove mil cruzados, mas foi prêso por ordem de D. João V e levado à tôrre de Belêm, onde esteve noventa dias privado do côro e da «Irlandesa», — de quem ninguêm mais soube em Lisboa. Passados poucos meses, em 6 de junho de 1742, novo escândalo: o marquês de Abrantes surpreendeu o sobrinho do em-

---

(1) *Pinto Renascido*, 258.

(2) *Op. cit.*, 249.

(3) Mss da Bibl Nac. de Lisbôa, *F. A.*, n.º 8.066, — *Folheto de Lisbôa*, n.os 6 e 18, de 10 de fevereiro e 5 de maio de 1742.

baixador de França nos braços de uma espanhola, que tinha sido criada das damas de comédia e que passava por ser propriedade quáse exclusiva do marquês: vieram espadins fóra, o sobrinho do embaixador foi ferido com uma estocada em pleno peito, e a diplomacia precisou de muito mais tempo para compôr o negócio com o gabinete de Paris do que a espanhola para convencer o marquês da sua inocência (1).

Mas o caso mais sensacional dos *mauvais lieux* do século XVIII foi o sucedido a «madama» Dionísia Águas Belas, mundana que os faceiras consideravam a mais linda mulher das Espanhas, e a quem certa noite, sem se saber porquê, cortaram a cara com facadas. O *Mercúrio de Lisboa*, curiosa gazeta manuscrita do tempo, conta o caso em todos os seus pormenores. Transcrevo, para mostrar a fórma sugestiva por que já se fazia a reportagem jornalística no tempo de D. João V: «No sabbado, 16, deram uma navalhada pela cara a Madama Dionysia Agoas Bellas, por alcunha a *Franceza*, natural das Ilhas, que mora no terreiro do Paço por cima do Açougue: levou 22 pontos, e em tôda esta semana esteve em perigo de vida. Achando-se melhor, pediu um espelho e vendo a disformidade em que a desgraça a tinha posto, exclamou: «Ah, Dionysia! Já a tua cara tem ganhado o que havia de ganhar!» (2) Um mês depois, a *Francesa* ainda estava detida em casa do desembargador Francisco Xavier Percil, por não querer confessar o nome do homem que a ferira.

---

(1) *Folheto de Lisbôa*, n.º 23 de 9 de junho de 1742.

(2) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A*, B-9-2, — *Mercúrio de Lisbôa*, n.ºs 4 e 8 de 23 de janeiro e 20 de fevereiro de 1745.

Um soneto inédito dedicado às «mulheres damas», que pelo seu excessivo realismo não se pode reproduzir (1), dá-nos conta da predilecção da mocidade doirada de 1750 pelas francesas e do hábito inveterado de falar francês no mais intimo comércio da galanteria. O que não quer dizer que as espanholas descaíssem da graça: era espanhola *señorita* Maria Madalena (2), que deu brado na côrte e a quem se fizeram ondas de versos; espanhola a célebre Teresa Rosa (3), que usava o cabelo cortado e que se calçava sempre de veludo berne; espanhola a Cirne; espanhola a Martinha (4), estremenha de olhos pretos e de ancas esculturais, que dançava maravilhosamente o «arromba» e o «arrepia». Italianas, que eu saiba, houve uma só, ruiva, a quem chamavam a «Genovesa», mas que era veneziana de origem, *zentildona* que viera dos jardins ennevoados de oiro da Zuécca e de S. Biaggio, que usava nas ligas a divisa: «*veni qua, baron*», e que um soneto inédito e irreproduzível nos mostra seguida sempre de dois *cicisbei* à moda italiana, os dois «corretores das felicidades de Génova», um «carinha de assobio, cabeleira negra afrancesada», outro de «mau olhado, casaca alvadia, verde-negro na côr» (5). No amor *haut tarifé* da Lisboa de 700, não houve, quáse, portuguesas. A «*jeune garce qui avait une robe de moire de soie couleur de rose*» e que convidou Gou-

---

(1) Mss. da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. n.º 8.599, fl. 519, — «*As mulheres damas*», soneto.

(2) *Ubi sup.*, fl. 555.

(3) Mss. da Bibl. Nac., *Pombalina*, cod. 131, fl 40.

(4) *Pombalina*, cod. 129, fl 144 e seg., — «*Quartel de desenganos, Advertências freiráticas*, etc.»

(5) *Pombalina*, 131, fl. 28, v., — «*Ao par de França, aliás corretores das felicidades de Génova*», soneto.

bier de Barrault a dançar num baile de contrabando às Salgadeiras, baile «*qui consistait en douze bouts de chandelle de suif, un violon ivre, un clavecin dont personne ne savait jouer, et une vingtaine de grisettes demi-castor*» (1) — era uma pobre rapariguinha de dezasseis anos explorada por uma negra assadeira de castanhas...

Mas já é tempo de regressar. Todos êstes perfis amorosos de *noceuses*, irmãs mais novas de Watteau, que parecem sorrir-nos ainda, entre revoadas de Amores côr de rosa, pojando os doinares da galera de oiro do *Embarquement pour Cythère*, — todos êstes frutos venenosos de volúpia e de pecado, que a distância de cem anos transformou na sombra esmaecida dum perfume, só tem hoje para nós, pobres pecadores, a vaga beleza das coisas que se recordam e que já se não podem possuir...

---

(1) Goubier de Barrault, cartas ao filho do marquês de Pombal, — *Pombalina*, cod. 619.

BÉBÉS NOSSOS AVÓS

Tenho a honra de lhes apresentar o bébé do século XVIII. Sua ex.ª não faz sensível diferença do bébé do século XX: é a mesma polpa rosada que uma lanugem de oiro ennevôa e amacia, a mesma boquita vermelha que suga e que sorri, os mesmos imensos olhos profundos, translúcidos e contentes, e essas três deliciosas còvinhas do queixo e das faces, que se diriam a marca amorosa dos três primeiros beijos da mãe. Como sucede aos nossos bébés de hoje, — na casa onde nascia era êle que mandava. As pequeninas mãos de sua ex.ª, através das quais a luz do sol parecia côr de rosa — que é o mesmo que acontece hoje com os bébés de tôda a gente — exerciam, com a sombra dum gesto, as violências duma tirania, E, entretanto, o bébé nosso antepassado era muito mais infeliz do que os bébés nossos descendentes: em vez de viver à sôlta no berço, de barriga para cima, com os pés e as mãos no ar, esbracejando, esperneando e rindo, na exaltação dessa suprema expressão da vida, que é o movimento, — enfaixavam-no como uma múmia numas ligaduras largas chamadas «mantilhas», punham-lhe um diche de oiro ao pescoço, um vintèm furado de S. Luís à cabeceira, e ali tinham em adoração aquele sorrisinho entrapado, na imobilidade tradicional dos meninos Jesus de Livro de Horas, dos *Jesu*

bambini de iluminura flamenga, dentro dum quarto onde se fechavam tôdas as janelas, onde se queimava alfazema e onde se fazia tudo quanto há — menos respirar.

Quanto mais abastado era o bébé nosso avô, mais o incomodavam. Em geral, as mães ricas do século XVIII não alimentavam os filhos. O precioso leite materno era quáse sempre substituido pelo leite mercenário das amas. Debalde o grave dr. Francisco da Fonseca Enriques, médico de D. João V, fulminava as mães «que, contra os ditames da razão e contra as leis da natureza, negavam a seus filhos o próprio leite»; debalde o sombrio Curvo Semmedo, médico também da rial câmara, repetia que «a melhor ama e o melhor leite para criar era o da própria mãe». Não estava na moda: eis tudo. Mais tarde, em 1830, as mães românticas tiravam o seio em plenos bailes do *Manteigueiro* ou das *Laranjeiras* para o lindo gesto byroniano de aleitar os filhos ao peito cheio de jóias. Mas as «mamãs-frança» e as «mamãs-sécias» de Queluz e do Alfeite, da Ajuda e do Ramalhão, complicadas de donaires, de sinais, de rosicléres, de penteados «à alemôa», gemendo e amparando-se a bastões de punho de Limoges, marcando a vida pelo passo grave dos minuetes de Haydn e das gavotas de David Peres, — absolutamente incapazes de sacrificar a sua beleza à boquita ávida dum filho, recorriam às amas, quáse tôdas nesse tempo saloias.

Entretanto, não se julgue que as mães do século XVIII entregavam os filhos ao primeiro leite mercenário que se lhes oferecia. Sob êsse ponto de vista, os interêsses do nosso antepassado bébé estavam inteiramente assegurados. As ideias do tempo tinham como facto incontestável que a beleza se sugava no peito das amas, que as bôas ou más qualidades mo-

rais se bebiam no leite, e — o que ainda hoje é rigorosamente exacto — que certas doenças eram com freqùencia transmitidas às crianças pelas mulheres que as aleitavam. Daí, todo o rigor e todo o cuidado supersticioso dos pais. Eram tantas e tão apertadas as condições a que devia obedecer uma ama, no ano da graça de 1750, para ser aceita numa bôa casa de Lisboa, — que poucas seriam aquelas que conseguiriam corresponder inteiramente às exigências, às vezes um pouco singulares, dos capelos amarelos da cidade. Para que uma *remplaçante* fôsse recebida a criar no tempo de D. João V, era preciso que tivesse bôa côr; peito largo, espadaúdo; que não fôsse muito gorda nem muito magra; que não tivesse sardas; que não fôsse ruiva; que mostrasse dentes alvos, inteiros e sãos; que não fôsse gerada de pais leprosos, nem tísicos, nem asmáticos, nem tocados de gota coral (epilepsia), «nem doutra alguma doença contagiosa»; que não fôsse primípara «porque no primeiro tálamo não é o leite bem puro e elaborado»; que não tivesse menos de dois nem mais de dez meses de parto»; que désse filhos sàdios e vivedouros; que fôsse pacífica, temperada, virtuosa e «delgada de leite». Só num ponto não estavam de acôrdo os médicos mais ilustres do tempo: se a ama devia ser trigueira, se branca de pele. O autor do *Socorro Délfico*, mestre na arte de «curar e criar meninos», queria-a «de côr branca e rosada, e não fusca e morena»; o autor da *Polyanthéa*, que naturalmente não gostava de mulheres loiras, preferia, pelo contrário, a ama «inclinada mais para morena que para alva, porque as morenas além de serem mais sanguinhas, convertem melhor o alimento em sangue e em leite, à maneira da terra, que quanto é mais negra, tanto é mais fértil». É preciso confessar que, àparte certas esqui-

sitices da medicina setecentista, o nosso avô bébé não devia ficar mal servido de ama.

E de que idade o desmamavam? — perguntará num sorriso a curiosidade das mães de hoje, morta por saber o que substituía a *Néstle* no tempo da madre Paula. É ainda um dos médicos do rei que lhes responde, na sua linguagem tão elegante, tão sóbria e tão precisa: «Regularmente, de ano e meio até dois anos se desmamarão; mas os que forem robustos, quadrados e bem nutridos, podem desmamar-se mais cedo se tiverem prêsas...» E acrescenta estas palavras, que ainda hoje são de bom conselho para tôdas as mães: «Reprovamos o dar-lhes de comer, emquanto mamam, antes de um ano de idade».

E o bébé pobre? Dêsse nem falo, por que seria triste. Pobre do bébé pobre do século XVIII, — do bébé nascido entre pragas pelas betesgas, nas celas humildes dos conventos, às vezes nos poiais das portas! Não era um sorriso, que os pais viam nêle; era mais uma bôca a pedir-lhes pão. Não era a glória dum amor, que se grita e se beija; era, tanta vez, a vergonha dum crime, que se cala e se esconde. E a roda do Hospital Rial, rodando dia e noite, ia recebendo crianças sôbre crianças, — a boquita sequiosa, os cabelos numa névoa de oiro, sorrindo para a sua própria desgraça, embrulhadas hoje no damasco vermelho duma colcha rica, àmanhã no burel esfarrapado dum hábito de freira... Limito-me, para fechar estas notas, a recortar com amargura uma grosseira estatística publicada no *Mercúrio de Lisboa*, jornal manuscrito, de 4 de Janeiro de 1744: — «No ano de 1743 entraram no Hospital Rial de Todos os Santos desta cidade, pela roda e pela porta da casa dela, 1.038 crianças expostas, a saber 545 meninos e 493 meninas; com

1.717 que no princípio se estavam criando, faz o número de 2.755. Faleceram das mesmas crianças na casa da roda, e das que se tinham dado a criar, 778; e ficou a Mesa dos Santos Inocentes actualmente correndo com a criação de 1.977 crianças».

Pobre bébé!

O FANDANGO

O que está hoje sucedendo por tôda a parte com o tango argentino, espécie de nevrose coreográfica, de descarga epiléptica universal, — sucedeu precisamente em Lisboa, na segunda metade do século XVIII, com uma dança bem mais viva, bem mais interessante, dança que invadiu, galgou, ondulou, saracoteou do paço dos reis às vielas da Mouraria, dos conventos de freiras ao teatro do Bairro Alto, e que, apesar de ser originàriamente espanhola, se aclimou tão rápidamente em Portugal, que muitos viajantes estrangeiros a consideram como portuguesa: o *fandango*. Acolheu-a o mesmo entusiasmo estrepitoso, exerceu a mesma ditadura sôbre a moda feminina do seu tempo; invadiu o teatro, com a Pepa Olivares, na mesma vertigem fulva de sensualidade; perturbou e endoideceu a burguesia pombalina; voou aos campos, batido nos mesmos sócos de madeira e nos mesmos repelões de viola; e quem, a certas horas, no ano da graça de 1773, pudesse entrar na Esperança ou em Sant'Ana, em Odivelas ou em Santa Clara, via, ao som chocalhado duma espinêta de xarão, hábitos sofraldados de freira dançando o fandango com a mesma graça voluptuosa com que o dançaria a *Juana* no pátio do Soure, ou a *Martinha* nas «casas holgonas» de Lisboa.

E, afinal, o que era o fandango? Qual foi, entre nós, o seu destino?

Um viajante inglês, *sir* Richard Tewis, que atravessou Portugal de 1772 a 1773, descreve o fandango que viu dançar em Mafra, numa locanda humilde: «Tive o prazer de vêr o taberneiro e a mulher batendo o fandango ao som duma guitarra. O tocador arranha e sacode todas as cordas do instrumento, a três tempos, batendo-lhe pancadas sôbre o tampo, para marcar melhor o compasso. O fandango, que se dança aos pares, parece-se muito com a *plugge dansen* dos holandeses. Os portugueses conheceram-no e adoptaram-no, como sucedeu com outros usos e costumes, durante o tempo da dominação castelhana; foi também dos espanhóis que êles copiaram os mantéus ou rebuços com que as mulheres se embiocam quando sáem à rua, e o hábito de fumar tabaco, muito vulgar em Espanha. No fandango todo o corpo se requebra, se desnalga, se agita numa convulsão, até ao impudor; para marcarem melhor o ritmo da dança, batem com os pés no chão ou estalam castanholas nas mãos. O homem dança com o sombreiro na cabeça, aproximando-se e afastando-se da mulher, rodopiando, saracoteando-se, gritando, cantando. É o mesmo, o fandango que se dança no teatro, embora com mais arte e quáse sempre com a mesma música» (1). Outro estrangeiro ilustre, Goubier de Barrault, cujas cartas ao filho do marquês de Pombal se conservam inéditas, refere-se constantemente ao fandango, dançado então em todos os teatros de Lisboa, com evidente escândalo e com formidável sucesso: «*Tous les ministres et Dames vont ce soir au theatre da Graça voir «Alecrin et mangerona», ainsi qu'un fandango dansé par la Joanna*

---

(1) *Voyage en Portugal*, p. 19.

qui, à se qu'on dit, l'emporte sur Pépa» (1). A côrte não resistia à sugestão; la iam todos, o rei e o marquês, os *turinas* e as *sécias*, bamboleados em côches e em estufins, em séges e em florões, caminho do Bairro Alto, vêr a Cirne «fazer as posturas do fandango» ou a Rosa Córpora «bater castanhetas ao som do violão». Como hoje se instituem academias de tango argentino, fundavam-se em Lisboa escolas de fandango, a duas peças por dúzia de lições, dirigidas pelo Borrinha ou por *madama* Varela, — disputando a freguesia às escolas de dança francesa de *monsieur* Du Pré e de *monsieur* Luís, mestres no «minuete da cidade» e no «minuete da côrte». A torrente do fandango era tão impetuosa no fim do reinado de D. José, que as próprias danças de França tiveram de fazer concessões, — e o «minuete afandangado» surgiu, meio polvilho meio castanhola, meio vasquinha meio *panier*, inundando os lares burgueses, desvairando os pais de famílias, endoidecendo as «bandarrinhas», que passavam o dia ao cravo tocando o «delicado», espécie de fandango *ad usum delphini* (2), ou requebrando-se em «danças altas, remêdo do fandango da comédia» (3). Nenhuma dança conheceu em Lisboa, no século XVIII, uma popularidade mais fremente. Nem o «arrepia»; nem o «arromba»; nem o «sarambéque», em que já falava D. Francisco Manuel de Melo; nem o «oitavado»; nem o próprio «canário», que Filinto Elísio descreve como uma espécie de «outavado mui repinicado na viola, dançado com muitas posturas difíceis e muita

---

(1) Mss. da Bibl. Nac., *Col. Pombalina*, cod. 619.
(2) *A mulher da moda*, folheto de cordel, ano de 1799.
(3) Teatro de Manuel de Figueiredo, — *Pais de Famílias*, acto I, sc. V.

gravidade» (1). As comédias de Manuel de Figueiredo dão-nos a impressão dêsse delírio: os velhos, caducos, fatigados, pesados de sessenta anos, «dançavam fandangos e seguidilhas» (2); as môças, «dando estalos com os dedos, meneando o corpo, acompanhando-se com a bôca, *tan tan tarantantan*», arrastavam os próprios pais para o cravo, metiam-lhes uma viola na mão, choravam, suplicavam: — «Meu paisinho, toque lá o fandango!» — «Toque, que eu faço tôdas as posturas da Pépa!» (3) Só no paço de Belêm uma voz se levantou contra o fandango: a da rainha D. Mariana Vitória. No pequeno teatro doirado do palácio, diante da côrte e do patriarca, o fandango aparece: mas em vez da graça risonha da Joana ou da Rosa Córpora, da Cirne ou da Pépa Olivares, são homens que o dançam, vestidos de mulheres, a barba a azular-lhes a cara, o falsete a estrangular-lhes a voz. «*On atribue cet usage bizarre à la jalousie de la reine*» — esclarece *sir* Richard Tewis. Mariana Vitória, que depois de viúva, segundo se diz, casou secretamente com um cirurgião algebrista, zelava ainda, aos sessenta anos, a problemática fidelidade do rei.

O tempo passou, e o fandango, que D. João V conheceu e que nos ficou na massa do sangue, ainda hoje se dança em Portugal. O entusiasmo de Jean Richepin não conseguirá decerto para o tango argentino uma vida tão longa.

---

(1) *Obras de Filinto Elísio*, V, 390.
(2) *Mapa da Serra Morena*, act. I.
(3) *Pais de Famílias*, act. I, scena VII.

DOIS CONFESSORES

Numa das sessões da Academia das Sciências tive ocasião de comunicar alguns documentos inéditos que projectam uma viva luz sôbre as pretendidas, e, segundo parece, efectivas responsabilidades do bispo do Algarve, D. José Maria de Melo, um dos maiores inimigos póstumos de Pombal, nas causas próximas da loucura da rainha D. Maria I.

Como se sabe, esta princesa, tão digna de respeito pela sua virtude e pela sua desgraça, teve, de 1759 a 1792, ano em que enlouqueceu, dois únicos confessores e directores espirituais: o primeiro foi D. Frei Inácio de S. Caitano, carmelita descalço, frade enorme, grosseiro, violento e glutão, «bispo de Penafiel onde nunca esteve e arcebispo de Tessalónica onde não podia estar» — como dizia o marquês de Resende — espécie de almocreve com o *pallium* de prelado *in-partibus*, a mais soberba e portuguesa rajada de má criação que alguma vez entrou pela porta do palácio dos reis; o segundo foi D. José Maria de Melo, da família dos monteiros-móres, padre congregado, bispo do Algarve e inquisidor-mór, — aquele prelado que Beckford descreve, poucos dias depois da sua sagração episcopal, em casa do marquês de Penalva, sentado no estrado das mulheres *à la façon de Barberie*, de pernas encruzadas, com uns grandes óculos verdes atados

numa cabecinha negra de microcéfalo, cantando à viola lunduns e modinhas brasileiras.

As mãos grosseiras e brutais do arcebispo de Tessalónica souberam amparar sempre, com uma rudeza carinhosa, a alma vacilante da pobre rainha, constantemente mortificada de escrúpulos, perseguida de terrores religiosos e mergulhada nesse doloroso estado de consciência que era o pródomo da sua melancolia. Pombal, que sabia escolher homens, encontrára o confessor que convinha ao espirito doente da princesa: com duas palavras bruscas e alegres, com um encolher de ombros ou com uma gargalhada sonora, Frei Inácio de S. Caitano resolvia e desfazia todos os conflitos morais, tôdas as obsessões terrificantes que povoavam a consciência dessa triste «senhora de escada acima» — como êle pitorescamente chamava à rainha de Portugal. Arrieiro mitrado e omnipotente, Gargântua de pontifical, enorme em tudo, desde a sua ignorância até à sua gula diáriamente servida de sucessivos leitões assados em sucessivas bandejas de prata, — o arcebispo de Tessalónica não se apercebeu, não chegou a compreender talvez a obra de bondade, de beleza, quáse de ternura e de carinho, realizada pela sua arqui-brutalidade junto daquela alma frágil, inquieta, instável, cheia de hesitações dolorosas, de escrúpulos aflitivos, de estados de acédia, de pavores de Deus, — triste expressão da herança dos Habsburgos e dos Bourbons, muitas vezes multiplicada pela consaguinidade dos cruzamentos nas genealogias riais portuguesas.

Morto D. Frei Inácio, nomeado confessor de D. Maria I o oratoriano D. José Maria de Melo, bispo do Algarve, — tudo mudou. A rainha, que no depoimento inédito do viajante *sir* William Costigan, era então «uma senhora de um ar decente e ainda

fresca» (1); que se entretinha, de vez em quando, na pesca das pardelhas em Vila-Viçosa ou no jôgo do *revesino* no paço (2), — passou a viver encerrada no seu oratório, a extenuar-se em vigilias e em jejuns, embranqueceram-lhe os cabelos, o *sénium* acentuou-se-lhe bruscamente, parecia devorá-la um fogo interior, e caiu por fim nessa frenalgia profunda de que mal conseguiam acordá-la os cuidados da governação ou o bulicio dos serões de Queluz. Era a influência funesta do novo confessor. O bispo do Algarve, que em poucos anos de episcopado tinha ganho aquele «verniz de hipocrisia» que Beckford julgava indispensável aos prelados portugueses, trouxéra consigo, para junto da raínha, tôda a alma rancorosa e fanatica da *Viradeira*, todo o furor apostólico da reacção, os ódios de todos os fidalgos oprimidos, os interêsses de tôdas as casas confiscadas, as ambições de todos os jesuitas expulsos.

Os documentos que li na Academia esclarecem a acção sinistra do bispo do Algarve no ânimo da raínha; acusam-no de ter causado à pobre filha de D. José «todo o mal que nós deploramos» (3); explicam a sua insaciável sêde de oiro; atribuem-lhe propostas denunciadoras de processos da mais vergonhosa concussão, — e declaram-no, positivamente, o agente dos Távoras na demanda das suas honras e dos seus bens perdidos. O bispo D. José de Melo, que renunciára a mitra para ser inquisidor-mór, tinha de renda dôze mil cruzados; as propinas de

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *Pombalina*, cod. 682, fl. 69, v.

(2) *Pombalina*, cod. 692, fls. 156 a 191, — *Itinerário da jornada de Vila Viçosa, em outubro de 1778*. Parece escrito pelo conde de Oeiras, Henrique.

(3) *Pombalina*, cod. 686, fl. 544.

inquisidor, que eram o dôbro das do conselho geral do Santo Ofício; mais dôze mil cruzados de uma cadeira de principal da Patriarcal «que se suprimira para êle comer as rendas»; um benefício de quinhentos mil réis em Coruche; «tantas peças de 6$400 réis por cada ano, quantos eram os anos que completava Sua Majestade», — e, além disso, o palácio do Rocio para morar, sége e criados da Casa Rial. Mas não lhe bastava; queria mais. Por simples avareza? Não. Para comprar em Roma, pela corrupção, aquilo que constituía a ambição suprema da sua vida de medíocre vitorioso: a púrpura de cardeal. É William Costigan que o conta nas suas cartas inéditas: «tendo (o bispo do Algarve) uma ambição desmedida, aspirando ao capelo de cardeal e sendo preciso para isso ter dinheiro, prometeu a um oficial inglês de nome Séctor a mão duma linda mulher, o hábito de Cristo com uma bôa tença e o posto de coronel, se êle capitão Séctor se obrigasse a pagar para ouso e disposição do bispo cinqùenta mil cruzados sem escrito de dívida nem recibo algum» (1). Parece que o oficial inglês não aceitou. Foi então, naturalmente, que D. José passou a advogar junto da soberana o negócio dos Távoras, na esperança, de-certo, de que uma parte dos bens recuperados seria o natural prémio da sua solícita intervenção, — mais uma chapoirada de oiro que a sua ambição cardinalícia reservaria para a voracidade da cúria romana. Adivinham-se os torvos processos de que se serviu o confessor, na plena posse da alma transida e vacilante da raínha, para a mover, pelo pavor do inferno, a restituir bens e títulos aos assassinos do pai; adivinha-se todo o horro-

(1) Mss. da Bibl. Nac., *Pombalina*, cod. 682, fl. 73, carta 33.

roso conflito moral que se travaria naquela ruína de consciência, naquela sombra de razão, — e que, sem dúvida, foi a causa ocasional, a determinante próxima do brusco acesso de loucura, com intenso delírio alucinatório, que acometeu a raínha, na noite de 1 de fevereiro de 1792, quando quáse cadavérica, embrulhada numa mantilha negra, assistia à representação duma ópera de Metastásio no teatro do paço de Salvaterra.

Dez dias depois, os médicos palatinos, entre os quais encontrei os nomes dos drs. José Correia Picanço, António José Pereira e Inácio Tamagnini, assinavam um curioso documento, também inédito, cuja cópia se pode vêr num dos códices da colecção Pombalina (1): a resposta a quatro quesitos propostos pelo Govêrno, quanto à gravidade da doença da raínha, à sua curabilidade e à possível compatibilidade dessa doença com o exercício do poder rial. Por decreto de 10 de fevereiro, o príncipe D. João assumia a regência. Nos primeiros dias de março chegava a Lisboa e hospedava-se nas Necessidades, contratado por dez mil libras para tratar D. Maria I, o grande alienista inglês Willis, médico ilustre que tão bem estudou a circulação da base do cérebro, que deu o seu nome ao conhecido hexágono arterial, e que já tratára com algum êxito outro louco coroado: Jorge III da Inglaterra.

Mas o caso da raínha era um caso perdido: Willis regressou a Londres em agosto; os médicos portugueses abandonaram a doente, — e aquele pobre espectro duma rialeza fatigada extinguiu-se na idiotia terminal.

---

(1) Cod. 649, doc. de fls. 444 e 445. — Há ainda referências à doença de D. Maria I nos códices da mesma colecção n.os 464 e 653.

O FREIRÁTICO

O século XVII inventou o «freirático». O século XVIII fêz dêle um tipo. Foi no freirático que encarnou a quinta essência do platonismo setecentista. O amor, como todos os cultos, tem os seus mártires: os «devotos de freiras» encarregaram-se de escrever, no século de D. João V, a mais interessante página dêsse martiriológio. Nunca houve, em ámor, ninguêm mais escarnecido, mais explorado e menos exigente do que o freirático. Um olhar no côro, uma palavra na grade, um suspiro ao ralo — e nada mais desejava, nada mais pedia. Arruinava-se em jóias, em presépios, em capelas para os anjos, em capas para as irmandades; enfiava presentes às «comadres», cruzados às serventes e aos monazilhos; esvaziava a bôlsa, vendia a sege, empenhava a comenda, caia nas mãos dos quadrilheiros e dos meirinhos, do Ordinário e da Inquisição — e tudo isto só pelo prazer ingénuo, pelo inofensivo prazer de poder confessar a um amigo, entre dois risinhos sêcos e duas cortesias dançadas, que, como o marquês de Gouveia, como o conde de Tarouca, como o morgado da Oliveira, também tinha a sua freira na Rosa, nas Mónicas, no Salvador ou em Sant'Ana.

Mas não se julgue que era apenas a vaidade que levava o amoroso do século XVIII às portarias e às grades dos «conventos conversativos». É certo que

o delírio freirático estava na corrente da fidalguia e da moda: «não há taful de bom tom que não tenha a sua freira», — escrevia um poeta do tempo a uma religiosa de Chelas (1). Mas o verdadeiro freirático não o era nem por moda, nem por vaidade: era-o por temperamento, era-o por convicção. Para êle, o amor não existia sem êsse profundo sentimento do mistério e do respeito, sem essa intensa e absorvente espiritualidade, sem êsse encanto penetrante e religioso, que só se encontram na reclusão inviolada, na beleza oculta e inatingível, na comunhão imaterial de ânsias que não se confessam, de sorrisos que nem se suspeitam, de beijos cuja maior delícia está na certeza de que nunca se hão-de dar. Natureza sonhadora e tímida, o freirático não compreendia a mulher senão através da tortura voluptuosa de a adivinhar; não a desejava ardentemente senão depois de convencer-se de que a desejava em vão; não tinha olhos para vê-la senão quando o hábito cinzento de Santa Clara ou o escapulário negro de S. Domingos o impediam para sempre de a vêr. Na sua doentia concepção do amor, tôda a doçura nascia do impossível, todo o encanto provinha do mistério, — e mistério, e impossível, só os encontrava vivos, palpitantes, perturbadores, na escuridão dum locutório pobre de capuchas ou na meia luz duma grade doirada de bernardas ou de agostinhas ricas. O vão das grades era tão profundo, que dois braços estendidos não podiam tocar-se pelas pontas dos dedos; falava-se tão baixo, por causa das gradeiras e das «escutas», que o freirático precisava de ter ouvido de palmo para entender a

(1) *Fénix Renascida*, V, 72, — *Romance a uma freira de Chelas chamada Brites.*

freira à distância de dez varas castelhanas (1); todos os contactos eram impossíveis; chegava a ser um problema atirar-se uma flor; a luz era quáse sempre tão pouca que mal se distinguia, ao fundo do locutório, a sombra espêssa dum hábito ou o rengo branco duma toalha. Mas o freirático não pedia mais. O que para os outros era nada, era tudo para êle. Bastava-lhe a contemplação, o êxtase, o múrmurio, um movimento que trouxesse consigo um perfume de água de Córdova (2), uma palavra que arrastasse na sua asa um pouco de infinito, — a flôr dum sentimento que tudo da e nada pede, que tudo sacrifica porque diviniza tudo. A's vezes, nem mesmo a grade lhe permitiam; a própria contemplação lhe era vedada; tinha de resignar-se ao tôrno e à roda, a ouvi-la sem a vêr, a adivinhá-la sem a ouvir, colava os lábios de encontro à placa de ferro do ralo, e ficava ali, horas esquecidas, na ilusão dum beijo que só terminava com o rodar dalguma berlinda no pátio ou com a entrada dalguma cadeirinha na portaria.

Mas — dir-se-há — quantas vezes o pecado violou, nos séculos XVII e XVIII, os muros dos conventos! Quantas portarias se abriram, furtivamente, para deixar passar o manto negro de sua alteza o Amor! Em quantos catres humildes de franciscana desfolhou

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, *F. A.*. cód. 8581, fl. 9.

«Que é daquele estender de palmo o ouvido
(Que o de todo o freirático é de palmo)
Por ouvir o escarrinho fementido?»

(2) Mss. da Bibl. Nac., *Pombalina*, cód. 129, fl. 114, — *Quartel de Desenganos, advertências freiráticas para todo o padecente da grade*, etc.

a virgindade a sua corôa de rosas! Quantas vezes os próprios reis, em Santa Clara ou em Odivelas, na Conceição ou em Via Longa, deixaram marcadas, num escapulario ou num véu de bernarda ou de clarissa, o banco de pinchar de oiro de três pendentes! Escaladas, raptos, fugas, seduções, escândalos. — de tudo viram essas pequenas célas de bentas e de agostinhas, de brigidas e de capuchas, de dominicas e de cónegas. sôbre cujo atril dormiam antifonarios iluminados, emquanto uma nuvem de amores côr de rosa corria discretamente as cortinas dum leito... Agora, é o conde do Rio, que entra no Mosteiro das Mónicas e passa uma noite com sóror Catarina da Trindade (1); logo, é D. Luís da Silveira, que escala o convento do Salvador e é prêso por ordem do rei (2); hoje, o velho D. Martinho de Mascarenhas visita a Gamarra na sua cela; àmanhã, o conde de Valadares põe manto e touca para ir falar a uma leiga de Santa Clara; um dia é o médico do convento da Rosa que, surpreendido na cama duma das madres, puxa duma faca para a abadessa (3); outro dia é D. Luís de Sousa, que faz tirocínio para a púrpura de cardeal violando uma noviça no Pôrto (4); mais tarde, é o infante D. Francisco que, no regaço da freira de Sant'Ana, esquece a carapuça de veludo das saloias de Queluz (5); por fim, são os próprios

---

(1) Mss. da Bibl Nac., *Pomb*, cód. 129, fl. 210, v. — *Carta de um amigo a outro, que lhe pediu novas da côrte.*

(2) Mss da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. B-9-2, *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 22 de 30 de maio de 1744.

(3) *F. A.*, cod. 512, fl. 45, — *Gazeta de Joseph Soares da Silva.*

(4) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, pag. 45.

(5) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F A*, cod. 862, fl. 329. — *Diabrura em fórma em que se descobriu quererem dar feitiços ao senhor rei D. João V.*

frades, são os próprios reis; é o procurador geral de S. Domingos, apanhado de noite num convento e desterrado para cem léguas da côrte (1); é o arcediago de Braga, D. António, prêso em flagrante com a abadessa de S. Bento de Barcelos (2); é D. Afonso VI, que promete a sóror Ana de Moura fazê-la rainha de Portugal (3); é o próprio D. João V, que se apeia do seu côche doirado, em Odivelas, para lêr papeis de solfa com as freiras sentadas nos joelhos (4).

Mas não façamos aos verdadeiros freiráticos o ultraje de os confundir com os vulgares *coureurs de femmes*, — que passavam, com a maior facilidade, dos braços duma freira para o leito duma cómica do patio das Arcas, da pia de água benta para a viola da *Cirne* e da *Martinha* (5), dos tapêtes do paço para os do Mocambo e da Madragôa, procurando por tôda a parte, indistintamente, — a mulher. O freiratico de convicção, o freirático «que se prezava de discipulo de frei Joânico» (6), não profanava, não caía na baixeza dos amores vulgares; adorava de longe, suspirava de longe; se a freira sorria, baixava os olhos; se a freira avançava, recuava êle; era o D. Quichote das grades, o Palmeirim de Inglaterra das portarias; o seu namôro era um êstase, a sua alma um lausperene, o seu delírio uma beatitude. Nos conventos menos rigorosos, nas grades

---

(1) *F. A*, cod. B 9-2, — *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 38, de 21 de setembro de 1743.

(2) *Ubi sup.*, — *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 44 de 31 de outubro de 1744

(3) Tôrre do Tombo. *Mss.*, cod. 817.

(4) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. 8.599. fl. 485.

(5) Mss da Bibl. Nac., *Pombalina*, cod. 129, fl. 114 e seg.

(6) *Ubi sup*, fl. 215, — *Carta a uma freira.*

menos profundas, sempre que eram possíveis os contactos furtivos, a maior temeridade que a si própria permitia era um ingénuo, um tímido apêrto de mão, dado com o supersticioso respeito com que se toca uma relíquia, a princípio com a manga do hábito de permeio (1), depois num longo e comovido contacto, cuja maior volúpia estava, precisamente, na sua infinita espiritualidade. O freirático puro, o freirático de vocação, era essencialmente platónico. Foi por isso — sôbre tudo por isso — que dois séculos inteiros se riram dêle. Não compreendiam, não podiam compreender na sua grosseira e prática sensualidade, o encanto imaterial daquele anseio sem esperança, o êxtase divino daquela paixão sem desejo, a resignação suprema daquele amor sem posse.

Daí, todo o ridículo, tôdas as perseguições que cáem sôbre o freirático nos séculos XVII e XVIII. Caçam-no os bispos, injuriam-no os frades, escarnecem-no os poetas. Durante duzentos anos, chovem sôbre êle cartas, versos, folhetos, turinas, sátiras, bulas, ladainhas. Troçam-no, lastimam-no, aconselham-no. «O amor quer união — diz-lhe um —; e vós amais a freira tão longe de vós como o diabo da cruz, que quando chega um suspiro estendido por uma grade, vai duro como uma pedra e frio como um mármore» (2). «Ah, loucos, loucos, — escreve outro — deixai já essas mortalhas de Vénus, essas borracheiras de Baco, quando não, sereis escárnio das grades, motejo dos ralos, zombaria

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, *F. A.*, cod. 8609, fl. 102, v., e seg. — *Estatutos e ordenações feytas ás madres Discretas e mais Religiosas do mosteiro de Santa Ana de Coimbra, sôbre o bom governo e trato dos amantes.*

(2) *Anatómico Jocoso*, II, pag. 101.

das rodas e taramela das portas!» (1) «Oh lástima da cegueira freirática! — protesta um terceiro — antes namorar a negra dos medronhos, abrir os braços a uma velha pediguenha, do que estar remoendo o dia inteiro atado à manjedoira duma grade!» (2) E o bom senso comenta: «Há maior parvoice do que esta! Andais na roda como numa galé, fazeis-vos torto para vêr a freira no ralo, e por fim de contas persegue-vos a justiça, pagais oitenta mil réis e fazeis termo no Desembargo do Paço!» (3) Mas o freirático não desiste, não se convence; continua. Atravessa, com um desdêm soberbo, tôdas as perseguições e tôdas as troças. Tem a volúpia do sacrificio e a obstinação dos crentes. Ronda os conventos, devassa os córos, espreita às grades, suspira aos ralos, julga-se o homem mais amado do mundo, e com o lenço na bôca, os olhos em alvo, o tricórnio a «mamar» no sovaco, o espadim doirado entre as coxas, dança cortesias, namora a freira, manda bilhetinhos, oferece jóias, arrufa ciumes, fala em falsete, cái em contemplação, — e durante dois séculos não há lei que o tolha, meirinho que o espante, devassa que o assuste.

E' precisamente D. João V, o galo sumptuoso de Odivelas, que se torna o seu pior inimigo. Numa rusga geral aos freiráticos, feita em 1742 pelos corregedores dos bairros, são presos oitenta e tantos, «entre êles pessoas de distinção» (4). O rei, em 1744,

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *Pombalina*, cod. 129, fl. 114 e seg.

(2) Mss. da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. 8581, fl. 9, — *A huma freira de Odivelas na quebra de um amante.*

(3) *Anatómico Jocoso*, II, p. 101 a 105.

(4) Mss. da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. 8066 — *Folheto de Lisbôa*, n.º 32, de 11 de agosto de 1742.

manda chamar o geral de Alcobaça e recomenda-lhe a reforma dos mosteiros de bernardas e a perseguição inexorável de todos os freiraticos que os freqùentam (1). E' ordenada uma devassa; as cadeias povoam-se de fidalgos, de frades, de baetas, de faceiras, de michos, de bandalhos, de estudantes; a quási todos se encontram, presos do pescoço em escapulários, retratos e escritos de freiras. «O próprio Cupido — diz uma carta do tempo, arrisca-se a ser metido por freirático na cadeia da côrte» (2). Não se limitam a prendê-los; véxam-nos com a publicidade do seu pretendido delito. O rei, nas Caldas, já paralítico, com o barrete de Santo André Avelino na cabeça (3), o óculo de oiro encostado à órbita, saboreia, nome a nome, a relação de todos os freiráticos apanhados no mosteiro de Odivelas, mandada publicar por um gracioso de bom gôsto à maneira «das listas dos que sáem do Santo Oficio em auto de Fé» (4). E' pelos versos do gracioso Francisco de Faria que nós conhecemos um dos maiores freiráticos do tempo, o «doutor Bostelinha», a quem os amigos mandam certo dia, como sendo da sua «freira», uma caixa de doce que o obriga a tapar imediatamente o nariz (5). A *blague* fradesca das *Côrtes de Cupido*, manuscrito espirituoso que correu, para cópia, as casas fidalgas de Lisboa, denun-

---

(1) Mss. da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. B-9-2, — *Mercurio de Lisbôa*, n.º 44, de 31 de outubro de 1744

(2) *Pombalina*, cod. 129, fl. 215 — *Carta a huma freyra.*

(3) *F. A.*, 8066, — *Folheto de Lisbôa*, n.º 20, de 19 de maio de 1742.

(4) *Pombalina*, cod. 131, fl. 105, — «*Hum Autor formou hũa lista, como as que sahem do Santo Oficio na occasião de Auto de Fé, dos culpados nas Devassas que se tiraram pela culpa de Freyraticos do Mosteiro de Odivellas...*»

(5) *F. A.*, cod. 8.581, fl. 15.

ciou às justiças o nome de todos os freiráticos de Santa Clara (1). Eram o doutor Manuel de Sousa, de Almada, «sempre com as contas na mão sem ser sabado da Esperança, cantando: *ay amor loco, yo por vos e vos por otro»;* o doutor Pereira de Melo, médico do convento; o doutor Luís Lôbo, muito paciente, «com sapatos franceses e grandes fitas», D. Luís de Sousa, «descocado, fazendo vizagens, vestido duma béca velha»; João Rebêlo de Campos, «de óculos redondos, superflùamente alegre»; Frei João Pita, «a rir sempre sem saber de quê»; o gigantesco licenciado Francisco de Leão Pedrosa, «muito humilhado de ombros, tipo de namora-paredes»; o padre Manuel de Aracéle, «com um enorme capelo, muito pequeno de corpo, espécie de boneco de Flandres»; Frei António Martins, «sempre com uma chave na mão à procura da senhora Abadeça», — e outros, muitos outros, caricaturas rápidas, perfis flagrantes dos freiráticos do principio do século XVIII, pobres diabos ingénuos, tímidos platónicos, que expiaram na cadeia e no Desembargo do Paço a gloriosa pena de terem amado muito e a doce ilusão de terem sido infinitamente amados...

Lembrar-se a gente de que esta espécie de tolo existiu só em Portugal!

---

(1) *Pombalina,* cod. 129, fl. 148, v. a 163.

AUTÓPSIAS DE REIS

Li um dia, por acaso, o interessante relatório médico-legal do dr. Silva Amado àcêrca da autópsia do rei D. Carlos. Foi D. Carlos de Bragança o quarto rei português cujo cadáver pôde ser aberto por cirurgiões. Nos meus apontamentos encontro relações de mais três autópsias, documentos que se conservam inéditos e que há interêsse em conhecer como valiosos subsídios que são para a história da medicina e para a nosografia das dinastias portuguesas: a autópsia de D. Pedro II, a de D. João V e a de D. Pedro IV. Segundo a designação consagrada, «fez-se anatomia» nos corpos dêstes três reis, não só para esclarecimento dos médicos palatinos, em completo desacôrdo quanto à natureza e ao capítulo das doenças que os vitimaram, mas também pela necessidade de proceder ao embalsamamento dos cadáveres, rigorosamente precedido sempre do esvaziamento das grandes cavidades. Tanto D. Pedro IV como os dois arquí-avós foram anatomizados, desventrados segundo o ritual cirúrgico dos séculos XVII e XVIII, lavadas as cavidades esplâncnicas com terebentina e cheias depois com gômas cheirosas pelos processos do embalsamamento a sêco. Em todos os cadáveres riais se encontraram lesões importantes, que a ingénua anatomia patológica do tempo conseguiu caracterizar e descrever com relativa precisão.

As relações que conheço não são, infelizmente, tão completas, tão minuciosas e tão oficiais como, por exemplo, os autos de autópsia de alguns reis de França, — Carlos IX, Henrique III ou Luís XIII. A prática da abertura de cadáveres era, entre nós, extremamente rara. Pela *Luz verdadeira e recopilado exame de tôda a cirurgia*, de António Ferreira (1), se vê a imperfeição dos processos de córte e da técnica de embalsamamentos. Curvo Semmedo, médico dos mais ilustres do paço, queixa-se, a propósito dum caso mortal de litiase biliar e de uma necrópsia feita excepcionalmente pelo cirurgião Jacques Henriques, de não ser uso entre nós a prática de autópsias: «Prouvéra a Deus que em Portugal se usasse abrirem os corpos dos que morrem de doenças rebeldes! porque assim se colheriam grandes utilidades para os vindouros, e se taparia a bôca aos que atribuem todos os maus sucessos a êrro dos médicos, queixando-se dêles porque não prolongam os termos da vida que Deus tem decretado a cada um» (2). Os cadáveres que se abriam para estudo no Hospital de Todos os Santos, eram, em geral, os dos enforcados: foi no corpo dum homem morto pelo garrote que o mestre cirurgião D. António de Monravá fez, em 1720, uma célebre lição de anatomia a que assistiram, de óculo de punho encostado à órbita e grandes cabeleiras de França, muitos turinas do tempo de D. João V (3). Nos cadáveres riais, o embalsamamento era sempre a justificação da autópsia; mas, êsse mesmo, foi excepcional nos reis,

---

(1) Pag. 505 e 506 da edição de 1705.
(2) *Polianthéa*, pag. 365.
(3) Manuel da Silva Leitão, *Arte com vida ou vida com arte*, Lisbôa Ocidental, 1738, pag. 112.

pela consideração de que a majestade da rialeza se reputava gravemente atingida com a intervenção dos cirurgiões, — e não me consta que tivesse sido feito alguma vez em cadáveres de raínhas ou de infantas, invioláveis na sua religiosa nudez e no seu pudor póstumo. Era tão escrupulosa a preocupação da inviolabilidade das múmias de princesas, que na exumação de Santa Isabel, formalidade necessária no processo da canonização, o bispo não consentiu que se descobrissem mais do que os peitos incorruptos (1); e na trasladação de Mariana de Áustria, mulher de D. João V, não foi permitido que os médicos vissem o cadáver da raínha, sem que a camareira-mór constatasse primeiro que não havia indecência no exame e que só restavam ossos (2).

D. Pedro II, contagiado duma espirilose, segundo tôdas as probabilidades pela própria mulher, a raínha Maria Francisca Isabel de Sabóia, que viéra já infectada da côrte de França, morreu, ao que parece, admitidas as conclusões a que cheguei numa comunicação há anos feita à Academia das Sciências, dum sifiloma pleuro-pulmonar, no decurso de um terciarismo visceral intenso com fenómenos cerebrais. A relação da autópsia, encontrada entre os papeis do duque do Cadaval D. Nuno e até hoje inédita, diz o seguinte: «Achou-se tôda a região vital inficcionada com vários achaques; o fígado tinha uma grande inchação e a cútis que o cobria pela banda das costas estava branca e se destacava com os dedos; o bofe estava todo negro e na concavidade ti-

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, — *Autos do processo sôbre a execução da remissoria e compulsoria que se fizerão na causa da canonisação da rainha Santa Isabel, etc.*

(2) Tôrre do Tombo, doc. da gaveta 16, maço 3.

nha um receptáculo que teria três onças de matéria com tôdas as qualidades que se requerem para o cozimento da matéria; no fel se acharão trinta e cinco pedras da feição de dados maiores e menores; a pleura da parte esquerda estava esfacelada com uma grande porção de sangue grumoso; o cérebro tinha algum sangue extravazado e o ventrículo esquerdo alguma aguadilha» (1). Como se vê, é uma relação sucinta, que apenas acrescenta um elemento novo àqueles que a sintomatologia e a evolução da doença nos fornecem: a litíase biliar.

Ainda é mais insuficiente a relação da autópsia de D. João V, feita pelos cirurgiões Pedro de Arvelos, António Soares e Manuel Ferreira. O rei, cardíaco, ferido de hemiplegia esquerda alguns anos antes da morte, tem ataques sucessivos de epilepsia jacksoniana e sucumbe a uma nova hemorragia cerebral com invasão ventricular. «Observou-se que não havia lesão nas partes interiores e principais dos intestinos. Viu-se o coração, que era de grandeza extraordinária. Similhante ou maior grandeza se admirou no cérebro, porque excedia ao comum dos outros homens; porêm, o que pareceu mais estranho foi a grossura e fortaleza do casco, sem dúvida a maior que se viu ou se acha nas observações anatómicas. Tanto no cérebro como no ventre, vagava um licor morboso em tanta quantidade que então se conheceu acabára S. M. de uma hidropisia no ventre, mas não totalmente consumada» (2). É curioso o carácter panegírico desta relação necrópsica: no cadáver do sumptuoso «rei de Mafra» tudo era grande — até a ascite.

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa. *F. A.*, cod. 749, fl. 314, v.
(2) *Relação* de Inácio Barbosa Machado, pag. 31 e 32.

D. Pedro IV foi, como se sabe, um tuberculoso. O seu auto de autópsia, ainda inédito, refere o seguinte: «Hidrotórax do saco pleuritico direito, contendo duas e meia libras de um liquido turvo e sanguinolento. A pleura esquerda nada continha de liquido; mas aderência da pleura pulmonar à costal em grande extensão, alterada em côr para muito mais escura. Pulmão esquerdo aderente à pleura costal em grande extensão, de côr denegrida; friável; cortado, não crepitava; e sem aparência vesicular quáse todo: — apenas uma pequena porção na parte superior era permeável ao ar, e esta parte nadava, em tanto que o todo afundava-se. Coração um pouco maior que no estado normal, flácido e descòrado, com alguma aderência na sua parte posterior: — as válvulas examinadas achavam-se em estado natural. Rins alterados para esbranquiçados, e na substância cortical, que estava em estado de amolecimento, encontrou-se um cálculo no rim esquerdo» (1).

Foram estas, segundo parece, com a do rei D. Carlos, as únicas autópsias de cadáveres riais que se fizeram em Portugal. Estas páginas de arqueologia médica são pouco agradáveis, — mas são interessantes e necessárias, hoje, que a história procura estudar, antes de tudo, o seu factor essencial: o homem.

---

(1) Tôrre do Tombo, doc. da gaveta 16, maço 3, n.º 12.

O PANO VERDE

O português, definido por Montesquieu nesta frase que é uma caricatura: «uma grande espada, uma grande guitarra e uns grandes bigodes», pôs ao serviço do jôgo, com uma constância digna de melhor causa, tôda a sua hereditariedade de fatalista e todo o seu sentimento de vadio. Quem diz o português, diz o peninsular: as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso o *Sábio*, códice admirável do século XIII, estão já cheias de jogos de parar: o jôgo surge nas próprias iluminuras; atiram-se dados marcados e as «senas al terce» são o maior golpe. Nós imitámos — e continuámos. Mas durante muito tempo, ao jôgo de azar, aos dados e aos trebelhos que os clérigos trazem no saco dos capelos e os frades no fundo das cogulas, — prevalece o xadrez, o nobre xadrez meditado no silêncio dos paços e no campo das batalhas. Durante muito tempo, é sôbre a «távola de acedrenche» que se curvam, jogando, as cabeças coroadas. No *Nobiliário do Conde D. Pedro* onde, de quando em quando, com a ingénua frescura de pequenos quadros holandeses, aparecem as intimidades da vida antiga, Mécia Lopes joga, amorosamente, com Alvaro Pires. Entretanto, as tavolagens de dados abrem-se nas alfurjas dos burgos; o burguês e o judeu começam a viver das távolas; o vício de jogar, a que até ao século XVII

se há-de chamar «tafularia», torna-se uma instituição nacional. Surgem as primeiras tentativas de repressão. As *Ordenações Afonsinas* proibem o jôgo sob penas graves. O doutor Mangaancha, cujo capelo vermelho se desentranha em belas iniciativas, não admite no seu colégio de S. Jorge os gagos, os bêbedos, os barregueiros e os «tafuis», — quer dizer, os jogadores. Só o xadrez, jôgo intelectual, perdura como nobre ocupação do espírito. São especialmente as mulheres que o jogam, raínhas, infantas, de pernas cruzadas sôbre o seu estrado, à moda árabe, com os taboleiros descansados nos joelhos. Em poucos enxovais, dotes ou testamentos de grande dona, deixa de encontrar-se um tavoleiro de xadrez. No enxoval da sumptuosa mãe de D. Manuel, lá está «um tavoleiro de enxadrez e de távolas» (1); na relação do dote de Beatriz, duquesa de Sabóia, filha do mesmo rei, «um tavoleiro de enxadrez de cristal guarnecido a prata dourada» (2). Mas emquanto, nas recâmaras forradas de panos de Arraz, as raínhas e as infantas meditam, gravemente, sôbre os tavoleiros de cristal, — nas varandas do próprio paço os escudeiros e os moços de câmara jogam um terrível jôgo de azar, muito em uso no século XVI, o «tintinini». Êsse jôgo dá ocasião a tantos escândalos, a tantas desordens e a tantas mortes, que é preciso publicar um alvará proibindo expressamente o jôgo do tintinini nas varandas do paço da Ribeira (3). Lá fóra, nas tavolagens que as *Ordenações* não tinham conseguido fechar, ciganos, vadios, escravos, moiros corriam cartas, dados e jogavam a corriola. A

(1) *Provas da Hist. Geneal.*, I, pag. 589.
(2) *Op. cit.*, II, pag. 455.
(3) Leão, *Leis Extrav.*, 2, comp. p. 4, tit. 4. pag. 418.

repressão começa a fazer-se duma fórma violenta nos últimos anos do reinado de D. Manuel. Um alvará de 1513 manda chamar às ordens os culpados no jôgo de dados e cartas; outro de 1521 manda açoitar os escravos que jogam na côrte; em 1526, os ciganos são expulsos do reino; em 1544, um alvará de D. João III ordena que os corregedores do crime devassem, de seis em seis meses, dos que dão tavolagem. As devassas semestrais conseguem, por algum tempo, extinguir o jôgo em Lisboa. Mas no fim do século XVI, princípio do século XVII, a fúria de jogar volta com maior intensidade ainda. Nas hortas, nos *mauvais lieux*, nas «hostarias», como então se chamava às tabernas, à moda italiana, — o *trunfo*, as *vaias*, as *parsoletas* e o *quinze* eram os jogos preferidos dos tafuis. «Jogava-se por grangeria e por tafularia», — diz Martim Afonso de Miranda nos *Tempos de Agora*; quer dizer, — jogava-se por vício e por modo de vida. A horta do Ducado era a grande tavolagem lisboeta do século XVII (1). Roubos, motins, espadas fóra, mortes, provocaram as mercuriais do tempo e o alvará de 1656, que terminantemente proibiu as cartas de jogar, determinando que nunca mais na horta do Ducado houvesse beliches e se jogassem dados sêcos.

O século XVIII foi muito menos moral, e, portanto, muito mais tolerante. Mas a tolerância setecentista revestiu, perante o jôgo, um carácter especial de excepção e de privilégio, que não a tornou simpática. A introdução, com D. João V, dos costumes

---

(1) Alvará de 24 de maio de 1656 proíbindo o jôgo de dados sêcos e beliches na horta do Ducado e em qualquer outra parte. Alvará de 25 de Janeiro de 1677, proíbindo os jogos de parar.

franceses na côrte; a liberdade, tão combatida pelo conde de Vimioso e até então desusada, de homens e mulheres poderem dançar, comer e divertir-se em comum nos serões do Paço (1); a necessidade de preencher as longas noites das grandes casas fidalgas, e, sôbre tudo, a manifesta dificuldade de habituar o português ao delicado prazer de conversar, — determinaram a aristocratização do jôgo de azar e de parada na primeira metade do século XVIII. «Em casa do snr. Marquês de Cascais se abriu jôgo há um pouco de tempo, e nesta assembleia assistem muitos senhores que se divertem em várias mesas (2), — diz Brochado para Londres ao conde de Viana. Em casa do conde dos Arcos, onde todas as noites se jogava o «truque», conta um jornal manuscrito do tempo, o *Mercúrio de Lisboa*, que o correio-mór perdeu em duas horas dezoito mil cruzados (3). O escândalo — que então se media na proporção ao dinheiro — foi tão grande, que D. João V não teve remédio senão mandar chamar o conde à secretaria de Estado e recomendar-lhe, por intermédio do cardeal da Mota, que, para a outra vez, roubasse os seus parceiros com um pouco mais de moderação (4). De resto, os jogos de parar, quer de

---

(1) Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, Liv. 25, fl. 88 e 89, v., — *Carta de Brochado ao conde de Viana, de 1 de dezembro de 1708.*

(2) *Col sup.*, Liv. 25, fl. 24, — *Carta de Brochado ao conde de Viana, de 28 de janeiro de 1708.*

(3) Mss da Bibl. Nac., — *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 12, de 20 de março de 1745. — «O correio-mór perdeu em casa do conde d'Arcos ao jogo do truque, 18$ crusados, que lhe ganharam 8$ o Mons.or Manuel Gonçalves da Camara; 8$ D. José de Noronha filho do mesmo conde, e 2$ traveças».

(4) *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 15, de 10 de abril de 1745.

cartas, quer de dados, continuaram nas casas fidalgas, sem que os meirinhos se julgassem no direito de perturbar os jogadores. O pior é que a tolerância concedida aos nobres não se estendia ao povo. Nem ao povo, — nem aos cónegos e beneficiados da Patriarcal, que eram duramente castigados se se lembrassem de correr umas cartas. Em 1740, o alcaide do crime da Rua Nova leva umas poucas de noites a prender e a meter no Tronco os criados e môços de tocha que se entreteem a jogar as «chapas» à espera dos patrões (1); em 1745, o cardeal Patriarca manda para o Aljube o beneficiado António Luís e para o Limoeiro o célebre Filipe sacristão, acusados ambos de dar casa de jôgo aos cónegos e monsenhores da basílica Patriarcal (2).

Com Pombal, a tolerância é já quáse absoluta. As cartas inéditas de Goubier de Barrault contam-nos a alegria da nora do grande ministro, mulher do conde de Oeiras, por ter ganho quarenta moedas, uma noite, à banca francesa (3); o cardeal da Cunha, D. João Cosme, dá tôdas as quartas-feiras, no palácio do Inquisidor, ao Rocio, partidas de jôgo de parar à côrte e ao corpo diplomático, — em que os criados servem refrescos com o hábito de Cristo ao pescoço (4); o poeta Manuel de Figueiredo, na sua

---

(1) Mss da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. n.º 8 065, *Folheto de Lisbôa*, n.º 30, de 23 de julho de 1740.

(2) *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 49, de 4 de dezembro de 1745.

(3) «*M^de votre Epouse à gagné hier ou soir quarante monnaies d'or, et dans le même moment M^de Dona Marie Fraiçoise perdoit le fruit des veilles et des travaux de son mari: la nouvelle de la fausse couche est venue a M.^de votre mère à 11 heures du jour*». — Mss. da Bibl. Nac., *Pombalina*, cod. 619, fl. 334.

(4) Gramosa, *Sucessos*, pag. 124.

peça *Mapa da Serra Morena*, admirável quadro de costumes da segunda metade do século XVIII, pinta-nos ao vivo o jôgo lisboeta; a mania de falar francês emquanto se jogava (1); os expedientes dos «gregos», que eram os batoteiros de então (2); as espanholas que montavam banca nas *casas holgonas* de Lisboa, e o tipo eternamente cómico do fidalgo depenado, vendendo a comenda para jogar o último dobrão, empenhando a camisa para perder o último real. E o que é mais curioso, é que o vício do jôgo invade as graves comunidades monásticas e as próprias casas dos prelados provincianos. O prior de S. Domingos dava partidas de *whist* aos frades na sua cela e comia as rendas do mosteiro em chás e doces (3); o bispo de Castelo Branco, — conta o viajante Costigan nas suas cartas inéditas, — tinha em casa duas mulheres bonitas, que fazia passar por sobrinhas, e cujos encantos distraíam os parceiros e o ajudavam a ganhar todos os *robbers* que jogava (4). O exemplo vinha do próprio paço — onde não se fazia senão jogar: Mariana Vitória, o *quinze* e o *trinta e um;* o príncipe D. José, o *quarto;* D. Maria I, o *revezino*; tôda a gente, — o *sete* (5). Em 1789, o grande luxo das senhoras — diz um fo-

---

(1) Acto I, scena 3.ª:
«*Je joue. – Et moi aussi. – Jusque à deux pièces.*
J'en suis — Carte. — Mon reste — Doucement.
Voulez-vous carte ou non?»

(2) Acto II, scena 4.ª: — Nota no fim da página: «Grego, sinónimo de ladrão de jôgo entre os tafuis».

(3) Diniz, *Hissope*, 18

(4) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *Pombalina*, cod. 682, fl. 13. — *Carta datada de Castelo Branco, de 1778.*

(5) *Pombalina*, cod. 692, fl. 169. — *Itinerário da Jornada de Vila Viçosa, em outubro de 1778.*

lheto intitulado *Cartas sôbre as modas* — «era apresentarem as bôlsas nas mesas do jôgo e mostrarem muitas peças» (1); o vício do jôgo começava a embotar o próprio sentimento do pudor feminino; confundia-se, perante as serpentinas de prata das mesas verdes, tôda a hierarquia social; e o mesmo Costigan conta que «numa assembleia de gente nobre vira apontar e conversar com o banqueiro e outros cavalheiros os mesmos domésticos que tinham servido o chá...» (2).

E no século XIX? Mas o século XIX já fica muito perto de nós. Falar do jôgo romântico, do jôgo casaca-de-briche, do jôgo das Laranjeiras, do jôgo do Manteigueiro, do jôgo do Rato; dizer como e o que jogavam a *jeunesse-dorée* de 1840 ou a aristocracia plutocrática de 1860, — era fazer a história completa da sociedade portuguesa do tempo...

---

(1) *Cartas sôbre modas*, folheto de cordel, — carta V, pag. 54 — Datada de 1780.

(2) *Pombalina*, cod. 682, fl. 57, v. — *Carta do Porto*, de 1779.

CAPELOS AMARELOS

Supus, a princípio, mal informado por frei Alexandre da Paixão, cuja cogúla de frade bento era uma *pépinière* de escândalos, que D. Pedro II só tivesse sentido as primeiras manifestações da espirilose crónica de que enfermou, e de que veio a morrer, depois duma célebre caçada em Pancas. Investigações ulteriores convenceram-me do contrario. As responsabilidades da grave doença do rei devem ser atribuidas à própria rainha. Fortaleceu-me nessa convicção uma informação curiosa, que me foi fornecida há tempo pelo snr. dr. Júlio de Vilhena. Era sua ex.ª ministro da justiça e ministro do reino o falecido poeta Tomás Ribeiro, quando vieram a Lisboa, recomendados pelo Govêrno inglês, dois súbditos britânicos portadores dalguns documentos de singular importância, pelos quais se provava à saciedade que a rainha Maria Francisca Isabel de Saboia ja viera para Portugal atingida pelo mesmo mal de que, um ano depois, enfermava o seu segundo, — de facto o seu primeiro marido. Suponho que êsses documentos pertenceriam ao espólio do célebre médico Fernão Mendes, que seguiu para Londres com a filha de D. João IV; que conseguiu juntar na Inglaterra uma grande clínica e uma considerável fortuna, e por cujo intermédio foi agenciada a vinda a Lisboa do doutor Crikton, contratado para colocar uma placa de prata no céu da bôca de D. Pedro II. O caso foi

a conselho de ministros, mas os papeis não chegaram a ser adquiridos porque os ingleses pediam por êles uma quantia exorbitante — dôze contos, creio eu — e porque a comprovação do desagradável estado de saúde em que a côrte de França costumava expedir as suas princesas para os tálamos riais da Europa, não valia, seguramente, um tão avultado preço.

Mas se, pela falta dos papeis em questão, podem restar-nos dúvidas quanto aos antecedentes patológicos da rainha, — os documentos existentes sobram para nos provar a ingenuìdade e a ignorância dos médicos do tempo. Um episódio só, que daria uma excelente pintura a um mestre holandês, basta para caracterizar a medicina portuguesa do fim do século XVII. Vale a pena conhecê-lo, porque é muito curioso.

No dia 2 de março de 1705, pela manhã, o rei, doente de cama, já em pleno terciarismo com fenómenos cerebrais, fabricando insidiosamente uma osteoperiostite gomosa da abóbada palatina, eliminou um sequestro pelo nariz (1). Imediatamente o duque de Cadaval, alarmado, mandou recolher o pequeno osso na tapadoira dum cântaro de prata, e convocou para dali a duas horas uma junta de médicos. Os capêlos amarelos do paço não se fizeram esperar. Todos os médicos, cirurgiões e boticários de D. Pedro II se reùniram na sala chamada «das juntas», pequena câmara forrada de panos de Arrás e rodeada de tamboretes rasos, contígua aos aposentos

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa. *F. A.*, cod. 749, fl. 263, v, — « . *lançou por hua venta do nariz hum pedaço de carne, tamanho como metade de hum dedo meiminho, com hum bocadinho de osso*».

que o rei enfêrmo ocupava nas casas do conde de Vimioso (1). Ia resolver-se um grave problema clínico. Em volta do velho cirurgião António do Prado (2), que encavalára no nariz os seus quevêdos de coiro e esbrugava entre os dedos o pequeno corpo sanguinolento donde parecia surgir uma esquírola, todos os arquiàtras de palácio estendiam os pescoços ávidos, examinando, gesticulando, discutindo. O gentilhomem de semana correu a guarda-porta e recomendou que se falasse baixo para o rei não ouvir: D. Pedro II estava cada vez mais irritado com os médicos, que não faziam senão sangrá-lo e que tinham acabado de matar com sangrias o deão da Sé de Lisboa (3). Logo, entre os médicos e os cirurgiões presentes, as opiniões se dividiram quanto à natureza e à proveniência do osso expelido. Era um osso humano? Não era um osso humano? Era do rei? Não era do rei? O doutor Lopo Gil (4), o médico que o pai de D. João V detestava menos, mas a quem sistemáticamente não obedecia — o seu assistente como diríamos hoje — homem risonho, cortesão, optimista, inclinou-se à segunda hipótese: o rei costumava lançar muitas vezes o comer pelo nariz (5); nada mais natural do que expelir qualquer ossículo que tivesse ingerido na véspera. O magrís-

---

(1) Tôrre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 60, — *Carta de Manuel Dias a D. Luís da Cunha*, de 19 de fevereiro de 1705.

(2) Sousa, *Hist. Geneal.*, V, pag. 381. — *Anti-catástrofe*, pag. 279.

(3) Tôrre de Tombo, *Mss.*, cod. n.º 60, — *Carta de Mendo de Foyos a D. Luís da Cunha*, de 18 de fevereiro de 1705.

(4) *Cod. ant.*, — *Carta de Manuel Dias a D Luís da Cunha*, de 3 de janeiro de 1705.

(5) Mss da Bibl Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. 749, — *Relação da Doença de D. Pedro II*, etc.

simo boticário francês *monsieur* de Dono Dei (1), que se conservava a um canto, enfiado na sua lôba negra, lembrou, timidamente, que não podia talvez ser assim, porque o rei não tomava senão leite e os caldos que lhe fazia Manuel Dias com a aveia que vinha de Londres (2). O doutor Duarte Madeira, o «*doctissimo Madeyra*» (3), como lhe chama o escriba do duque de Cadaval, prático brutal que revolucionára a dietética e a terapêutica setecentistas, fez, sem reticências, o verdadeiro diagnóstico: tudo era pudendagra (4), — e só havia meter o rei na estufa para suores, ou deixá-lo morrer. Dos restantes, uns — o maior número — seguiam o parecer do doutor Lopo Gil; outros, com o cirurgião Caudio Vélier, o operador da cataracta (5), inclinavam-se, sem comentários, à opinião de que o osso era humano, lembrando a ferida que o rei trazia na bôca (6); outros ainda, limitavam-se a encolher os ombros e a julgar conveniente a consulta dos médicos espanhóis de Carlos III e do príncipe António de Lettestin, que já tinham melhorado o rei dando-lhe a «essência de oiro» (7); e por detrás de todos, múmia decrépita

---

(1) Curvo Semmedo, *Polianthéa*, pag. 319.
(2) Tôrre do Tombo, cod. n.º 60, — *Cartas de Manuel Dias*.
(3) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. n.º 749.
(4) *Ubi supra*
(5) *Polianthéa*, p. 223.
(6) «*Aquy se fez ante onté por ordem de S. Mg.de junta dos Medicos sobre o achaque da chaga que El Rey tem ha tantos tempos no céo da bocca*», — Torre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 60, *carta de Manuel Dias*, de 24 de julho de 1704.
(7) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. 512, fl. 13, Gazeta de Joseph Soares da Silva, de 9 de janeiro de 1705. — Tôrre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 60, *Carta de Mendo de Foyos*, de 3 de janeiro de 1705, e de Manuel Dias, da mesma data.

e irrascivel, com a fita vermelha de Cristo sôbre o mantéu liso de Holanda, o doutor Rêgo (1), físico-mór do reino, quàse surdo e quàse cego, batia no sobrado com a ponteira de prata do bastão e dizia que não a tudo.

Quando chegou o duque de Cadaval, a discussão já ia tumultuosa. O duque, que tinha, como quàse tôda a gente no comêço do século XVIII, uma consideração muito limitada pelos médicos portugueses, pobres diabos que no dizer do desembargador Brochado «curavam por ignorância e matavam por experiência» (2), pôs-lhes a questão duma fórma precisa e categórica; perguntou-lhes se no crânio humano havia ou não algum osso igual ao que o rei expelira pelo nariz. Mas os sábios doutores, confundidos, titubiantes, tiveram de confessar que não estavam bem certos na osteologia da cabeça. Foi preciso mandar buscar uma caveira para se proceder ao exame comparativo (3), — e como ainda assim os cirurgiões da càmara não se entendiam, teve de recorrer-se ao expediente de chamar ao paço um anatómico do Hospital de Todos os Santos, homem sisudo, de capa e volta negra, que depois de longo e maduro exame declarou «não achar que nela havia cousa semelhante ao que El-Rey botou» (4). Foi só então que *monsieur* de Dono Dei se lembrou de dizer que sua Majestade comèra havia três semanas uma perna de tordo. Tòdas as fisionomias se ilumi-

(1) Tòrre do Tombo, *Col. de. S. Vicente*, Liv. 25, fl. 95, v., 41, fl. 48, v.

(2) Tòrre do Tombo, *Chancel.*, Liv. 26, fl. 366, v, e seg. — *Carta de Brochado ao conde de Viana, para Londres.*

(3) Mss. da Bibl. Nac., *F. A.*, cod. 749, — *Relação da doença*, etc.

(4) *Cod. cit.*

naram. Inquiriu-se na cozinha e na copa; um *Te Deum* jubiloso encheu a pequena sala; mandaram-se repicar os sinos; os cirurgiões e os doutores caíram nos braços uns dos outros. Para a medicina portuguesa de 1705 já não havia dúvidas; o pequeno osso, que de novo rolava, numa posta de sangue, sôbre a tapadoira do cântaro de prata, era do tordo que o rei comêra há três semanas (1)! Todos os capêlos amarelos se precipitaram para a câmara do rei, a dar-lhe a grande notícia. Mas D. Pedro II, ao vê-los entrar de tropel, cuidando que a junta resolvêra sangrá-lo outra vez, empalideceu, agarrou-se à batina negra do jesuita confessor, enfiou-se na cama, metéu a cabeça debaixo da roupa e deitou a gritar como um possesso:

— Querem matar-me a facadas! Querem matar-me a facadas! (2)

Não é certo que êste episódio, verdadeira pintura da medicina do tempo, vale por todos os comentários?

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. 749, — *Relação da doença*, etc.

(2) Cod. cit.

COMO SE COMIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Um dia, um colega meu, condiscípulo desde os bancos da Escola Médica e bromatologista distinto, pediu-me que lhe dissesse o que se comeu e como se comeu em Portugal no século XVIII, século que passa, e com razão, por ter sido aquele em que se comeu mais, — e pior. Vou satisfazer o desejo do meu amigo, e estou certo de que lhe darei elementos para continuar a afirmar, com o dr. Combe, de Lausanne, que o maior mal do homem é o intestino; com o dr. Bourget, também de Lausanne, que o verdadeiro flagelo do género humano é o estômago; — ou com o dr. Metchnikoff, de Paris, o admirável *blagueur* dos *Études sur la nature humaine*, que a humanidade só será decididamente feliz no dia em que fôr possível a amputação universal do intestino grosso.

Nós somos, evidentemente, um país de intoxicados. Não erraria muito quem fôsse até ao extremo paradoxal de atribuir aos erros e às exuberâncias seculares da cozinha portuguesa todos os desastres políticos que nos teem afligido. A nossa planturosa cozinha de artríticos, duma abundância monacal, com leitões e vitelas inteiras nadando em môlho dentro de bandejas de prata, tem, pelo menos, graves responsabilidades nas grandes catástrofes nacionais. Ainda há-de aparecer um filósofo de bom hu-

mor que demonstre, quando finalmente se der valor aos infinitamente pequenos da história, que Tanger e Alcacer-Kibir, por exemplo, foram dois casos vulgares de hiper-intoxicação alimentar.

O português comeu sempre muito, — com a agravante de ter comido sempre mal. Afonso III foi o primeiro a dar por isso. Em 1258, por ordem do rei, o chanceler Estêvão Anes decretava: 1.º — «*que na cozinha d'El Rey nom adubem senom de duas carnes, e a uma seja de duas guisas e aquesto seja em no paço*»; 2.º — «*que no dia de pescado para o jantar dê tres pescados ou dê dous, e um pescado seja adubado de duas guisas*». Quer dizer: um máximo de três pratos, — de carne ou de peixe. Mais tarde, Pedro I, degeneradão viandeiro, gago, raça de carnívoro rial, atira com os decretos de Estêvão Anes por cima dos moinhos e come sôfregamente, embrulhado na sua samarra de pano de Gales, com um açoite de pontas de ferro entalado na cinta. São ainda, decerto, os excessos de mesa de D. Duarte, artritico profundo, que concorrem para a sua grave doença de estômago e o obrigam, já depois da crise de cerebrastenia, a adoptar o regimen minucioso que o físico judeu Mossém Johão Morsala houve do senescal de França, e que se encontra no códice inédito da Cartuxa de Évora (1): é ainda a auto-intoxicação de Nun'Álvares, braditrófico acentuado também, que o faz resvalar nesses acessos de melancolia terrivel em que o pobre condestável chora

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, cod. L, 6, 45, pag. 203, v. — «*Regimento que o homem deve de ter para aver em pouco tempo boa sena. e he este o qual deu a El Rey N. S. Mossê João Morsala e lhe disse que o houvera do senescal da França*».

pelos cantos, não pode vêr papeis e foge de tôda a gente.

D. João II — diz o viajante Nicolaus von Popplau — era mais sóbrio: não bebia vinho: não queria mais de quatro ou cinco pratos à sua mesa: mas comia devoradoramente, sem se servir de garfo nem de faca, «trincando com as mãos ou partindo com os dedos como o faria o rei da Polónia», e rodeado de môços fidalgos que lhe enxotavam as moscas com abanos de sêda. Entretanto, as especiarias da Índia vinham condimentar a cozinha monástica e a cozinha secular do século XVI; à gula bárbara dos primeiros tempos substituiu-se a intoxicação elegante servida em escudélas, bátegas e barnegais de oiro; D. Manuel jantava durante longas horas, rodeado de chocarreiros e de bôbos castelhanos; tornaram-se freqüentíssimas as apoplexias e as hemiplegias, os homens — diz Garcia de Resende — acabavam todos «entrevados e gotosos». Mais um século, em que aparece a gulodice grosseira de D. João IV e a hiperéxia doentia de Afonso VI, de quem o embaixador inglês Robert Southwell dizia para Londres: «*il dine dans son lit et mange prodigieusement*» (1), — e chegamos à *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, mestre dos cozinheiros de D. Pedro II, obra publicada em Lisboa em 1693, livro doirado da gula nacional, que fornece, daí por diante, os *menus* de todos os grandes jantares diplomáticos, leva a todos os lares fidalgos as receitas célebres da «tijelada moirisca», da «galinha de Fernão de Sousa» e dos «pombos de

---

(1) *Cartas de Robert Southwell, embaixador inglês na Côrte de Lisbôa*, pag. 25 e seg. (trad. francesa). Há uma trad. portuguesa em manuscrito (Tôrre do Tombo, *Mss.*, cod. 987).

salsa rial», e ensina a todo o século XVIII a arte suprema de se envenenar uma pessoa o mais agradávelmente possível.

Tudo quanto o século XVIII comeu está no livro de Domingos Rodrigues. Na magnificência das inúmeras cobertas dos jantares de embaixadores encontra-se o gérmen da grandeza de D. João V, — príncipe frívolo e guloso, que, como o desembargador Brochado diz para Londres ao conde de Viana, «comia muito, não fazia exercício e passava o dia a ouvir histórias da carochinha» (1). Nos pratos de «fricassé à romana com mãos de porco emborraçadas de carvonadas»; nos «perús assados relhanos guarnecidos de linguiça rial»; na «potagem de coelhos flamengos com cartuxas de alcaparras» — dormem o seu sono secular as mais sumptuosas indigestões que alguma vez honraram as salas doiradas do paço da Ribeira. O pior, é que tudo isto se comia com «garfos de ferro, sem volta na pá nem no cabo, que não se limpavam nem areavam», — diz o irmão de Manuel de Figueiredo (2); que nos *mauvais lieux* elegantes de Lisboa, onde se ceava e dançava, não havia garfos nem facas, — refere Goubier de Barrault contando nas suas cartas inéditas, a fórma por que comeu um «*rosbef furieux*» com uma rapariguita «*en robe rose Dorante*» (3); que o copo por onde se bebia água era só um, de vidro, sujo de moscas, lascado no bordo e com as armas riais pintadas; que só nos grandes jantares de circunstância havia,

---

(1) Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, Liv. 25, fl. 25, v., — *Carta de Brochado ao conde de Viana*, de 12 de maio de 1708.

(2) *Teatro de Figueiredo*, XIV, pag. 299.

(3) Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, *Pombalina*, cod. 619, fl.

excepcionalmente, um talher para cada conviva; que em casa do próprio marquês de Marialva, o mais patriarcal de todos os fidalgos do reino, o mesmo cangirão de prata, cheio de vinho espumante, passava de bôca em bôca à hora religiosa do jantar. Mas, de ordinário, a gula maciça do português dispensava as delicadezas do *cordon bleu* Domingos Rodrigues: comia leitões assados uns sôbre os outros, com muito doce de ovos por cima, como o arcebispo de Tessalónica; ou fazia como o prior da Castanheira, que, segundo conta um jornal manuscrito do tempo, «assistente em casa do monteiro-mór do Reino, comendo seis arráteis de carne de vaca, foi assaltado de um acidente de apoplexia e levou logo a extrema unção» (1).

O marquês de Pombal, mais sóbrio, vendo que no próprio paço se comia desordenadamente, voltou a fazer o que já no século XVIII fizera Estêvão Anes, e publicou, em 1765, o regulamento da ucharia e cozinha da Casa Rial. Mas dêsse regimen de sobriedade, que êle estabeleceu também na sua economia doméstica, resultou pouco depois um episódio curioso, quando o abade de Alcobaça, que oferecera ao marquês um jantar formidável, foi convidado, por seu turno, para jantar na casa da rua Formosa. Já no fim do banquete para que Sebastião José de Carvalho mandára preparar uma coberta de principios de copa, outra de potagens, outra de massas, outra de assados e outra de doces e frutas, com dez pratos diferentes cada uma, o marquês notou com estranheza que o gigantesco abade, espécie de *Gnathon* de Terèncio com o hábito e a cogúla de monge bernardo, tinha

---

(1) *Folheto de Lisbôa*, jornal manuscrito, n.º 19 de 12 de maio de 1742.

comido devoradoramente de todos os cinqúenta pratos sem beber um só gole de vinho, e fez-lho notar, com a maior cortesia, apontando o Xerez, o Pôrto, o velho-Rheno e o Lachrima-Christi que o rodeavam em garrafas de vidro doirado:

— Vossa Reverência não quis honrar os vinhos da minha frasqueira...

O abade acabou de mastigar um bocado de lombo, poisou o garfo de prata sôbre a toalha de rendas, e costumado aos intermináveis jantares do convento, respondeu, com a maior naturalidade do mundo:

— É que eu, senhor marquês, só começo a beber vinho do meio do jantar em diante...

Todo o poema da gulodice monástica do século XVIII está nesta ingénua frase do dom abade de Alcobaça.

AS DOBRAS DE DUAS CARAS

É conhecida a sensualidade de D. João V. É proverbial o seu delírio de grandezas. Mas o que em geral se ignora é que êle foi tão cruel como o irmão D. Francisco. Vários episódios, narrados em memórias inéditas que chegaram até nós, dão-nos a impressão exacta dessa doentia crueldade de degenerado, que, com o beiço grosso e as adenites cervicais, já era hereditária na casa ducal de Vila Viçosa. Um dêsses tristes episódios merece ser conhecido, embora seja doloroso contá-lo.

D. João V, como se sabe, punha no amor a mesma magnificência que consagrava ao culto divino. Sumptuoso *coureur de ribaudes*, mandava vir mulheres de França e de Espanha, com a mesma facilidade com que chamava bispos e diáconos do Oriente para cantarem na Basílica Patriarcal os Evangelhos em grego. Com tanta freqüência como marchavam agentes para Roma ajoujados de presentes de loiça do Japão para Suas Eminências, — voltavam cómicas para Madrid com dezenas de machos carregados das riquezas que êle lhes dava. Com a mesma voluptuosa grandeza com que revestia de chapéus e capas cardinalícias os Principais vermelhos da Patriarcal, — mandava armar de ricos damascos de Flandres a recâmara amorosa de madre Paula. Mas o que mais caracterizava a sua sumptuosidade de *noceur*, era

o singular costume, que tôda a vida manteve, de mandar cunhar moedas especiais com que pagava as mesadas às freiras, às cómicas e às «damas» das suas relações. Essas moedas, «tôdas de caras», quer dizer, com a efígie rial em ambas as faces, eram dobras de oiro de três mil e duzentos réis, que lhe vinham todos os meses da Moeda em duas alcôfas de esparto.

Certo dia, Sua Majestade, que rasoirava pelos trinta anos, acordou mal disposto. Tinha tido na véspera um dêsses «acidentes de flatos» que o apoqùentavam desde a puberdade. Os médicos do Paço suplicaram-lhe repouso naquele dia; mas D. João V, que fazia sempre, sistemàticamente, o contrário do que êles diziam, limitara-se a mandar vir o cirurgião Pedro de Arvelos para lhe tratar das unhas dos pés, calçára as servilhas e as meias-calças, vestira uma daquelas camisas de holanda fina que custavam em França dez moedas cada uma, — e emquanto um môço da guarda-roupa escondia o bispote de prata que espreitava por debaixo dos alparavazes do leito, Sua Majestade sentára-se num tamborete português de coiro pregado, a vêr como lhe iam ao pé uns sapatões novos de duas solas, cortados adiante, com o tacão pintado de encarnado, à moda dos sapateiros de França, que lhe fizera mestre André judeu, da rua Nova. Quando o cabeleireiro veio — era aquele cabeleireiro francês que atravessaram com uma estocada à esquina da rua dos Ferros — encontrou já Sua Majestade a pé, batendo gloriosamente sôbre um tapête de Arraiolos os tacões vermelhos dos sapatos. Ia começar a complicada ceremónia da cabeleira. Mestre Polin, depois de se curvar em três mesuras completas e mais duas meias-mesuras, alinhou sôbre uma credência doirada frascos, ferros, pentes, borlas de arminho, caixas de polvilhos;

tirou da boneca a imensa cabeleira de Paris, de topete alto, *bor-de-front* enorme, com mais aneis do que berbigões traziam os botes da Trafaria, — e encaixou-a, com três cortesias em *Gloria Patri* e dois puxões valentes, no crânio largo do rei.

O mestre recuara e olhava ainda de longe, pelo seu óculo dum vidro só, o efeito da peruca, — quando entrou na câmara o velho João Correia Manuel de Aboim, guarda-roupa que era de D. João V e fôra já de D. Pedro II, honradíssimos setenta anos de pobreza que uma lôba negra vestia, ajoujado com duas alcôfas de esparto cheias de dobras de oiro de duas caras. Era, como diziam no Paço, o «dinheiro das fêmeas» que vinha para Sua Majestade. D. João V mandou poisar as alcôfas sôbre um escano; e como visse que o velho, com as lágrimas nos olhos, tentava um gesto de súplica, perguntou-lhe duramente o que queria.

— Tenho muitas necessidades, meu senhor, e dois netos à morte. Queria que Vossa Majestade, pelo amor de Deus, me deixasse levar uma mão cheia dêste dinheiro...

O rei levantou-se, de repelão. Olhou o velho João Manuel, desceu o olhar às alcôfas, cruzou os braços sôbre a toalha de pentear que lhe caía do pescoço, pregueada como uma sobrepeliz de cónego, e ordenou, arreganhando o beiço:

— Tira.

João Manuel titubeou, hesitou, encolheu-se, coseu-se com a parede, arrependido já do que tinha pedido; mas perante o olhar imperioso do rei, as mãos trémulas do velho avançaram, timidamente, para aquele oiro de volúpia que lhe tiniu entre os dedos, e esbeiçou da alcôfa, e escorreu tinindo sôbre o largo banco de castanho...

— Tira mais! — insistiu o rei, cuja voz se des-

compôs e cujos olhos se turvaram como duma névoa de sangue. — Tira mais, cão!

O pobre João Manuel quis fugir; as pernas trôpegas vacilaram-lhe; ia gemer um perdão; mas D. João V caiu sôbre êle aos pontapés, abateu-o de bôrco, e perante o cabeleireiro perplexo, que fincava os dedos na credência e olhava, pálido como a morte, — agarrou as pesadas alcôfas cheias de oiro, deu com elas na cabeça do velho, uma vez, duas vezes, três vezes, malhou, remalhou sôbre os cabelos brancos já empastados de sangue, e quando as últimas moedas se espalharam pelo chão e as alcôfas bateram vazias como capachos, o rei fincou-lhe o pé na arca do peito, pisou aquele arcaboiço frágil de setenta anos com os tacões fortes dos seus sapatos novos, ferrou-lhe o joelho em cima, como para atar um fardo, e... — e três dias depois o velho João Correia Manuel de Aboim morria, torcendo-se com dôres horríveis, pelo crime de ter desejado para a sua pobreza uma mão cheia do oiro que pagava a sensualidade do rei.

Isto vem narrado, duma fórma brutal e insusceptível de transcrever-se, numas memórias inéditas, a fls. 179 do códice 686 da colecção de Mss. do Marquês de Pombal. Tem o único interêsse de revelar um aspecto novo e imprevisto da personalidade de D. João V. Quem mexe em papeis velhos encontra destas páginas tristes.

BRUXARIAS

A bruxaria foi, no século XVIII, uma verdadeira obsessão. Sobretudo durante o tempo de D. João V, houve em Portugal o invencível terror da bruxa e do feitiço. Não era só o povo obscuro que se enchia de «alambres brancos», de cruzes de S. Bento, de vintens furados de S. Luís; era o alto clero, era o rei, era a côrte, eram os próprios médicos, espíritos superiores alguns, os primeiros a reconhecer a existência da bruxaria e do malefício, a pretender determinar-lhes uma base scientífica e a instituir contra êles uma terapêutica rigorosa. D. Nuno da Cunha, inquisidor-mór do reino, espécie de bicho de sêda embrulhado a tremer na púrpura de cardeal, não deixava o rei para que conseguisse do papa que o livrasse dos espíritos malignos, e ia de côche «desligar-se» e desendemoninhar-se a casa da bruxa Catarina do Espírito Santo; D. João V, por causa das mulatas Salemas, bruxas em Alcácer do Sal, que quiseram, com a cumplicidade do padre Bartolomeu de Gusmão e das freiras de Odivelas, enfeitiçá-lo a êle e à madre Paula, fez reünir de madrugada o conselho de Estado e mandou pôr regimentos nas ruas; o doutor Curvo Semmedo, observador dos mais ilustres que tem tido a medicina portuguesa, médico insigne que num dos seus livros previu claramente a origem microbiana da tísica, não duvidou esboçar uma verdadeira teoria demoníaca das infi-

delidades conjugais, dando-lhes como remédio infalivel certa bruxaria feita às palmilhas dos sapatos da mulher e do marido (1).

Seria interessante estudar e inventariar todos os feitiços que povoaram Lisboa durante o século XVIII. Aparecem a cada passo nos processos do Santo Ofício, nas páginas da *Anacephaleosis*, nos livros de medicina, nas pastorais do clero, nos versos dos poetas, nas drogas das farmacopeias; nas credências doiradas dos toucadores. A bruxa é a alma oculta do século. Debruça-se sôbre os leitos quando as crianças nascem; mete-se pelos aneis de núpcias quando as mulheres casam; senta-se sôbre os gremiais de oiro, nos joelhos dos bispos; ladra como os cães nas alfurjas silenciosas; — preside a todos os destinos humanos, brinca com todos os corações descuidados, espreita a tôdas as portas felizes. Nos actos mais graves, nos momentos mais sérios da vida, — surgia a bruxa, era a bruxa o primeiro pensamento. Nascia uma criança numa casa: queimavam-se logo solas de sapatos velhos para sacudir as bruxas. A criança definhava, adoecia: penduravam-lhe uma espada nua à cabeceira para afugentar as bruxas que lhe chupavam o sangue. A última filha era bruxa quando não havia filhos: o último filho era bruxo quando não havia filhas. Comunidades inteiras, de cruz alçada, atravessavam as ruas, cantando, para exorcisar casas nobres. Boticários astutos, de capas negras pingadas e grandes fivelas de prata nos sapatos, faziam fortuna vendendo a erva «pombinha» defumada com dentes de defunto lançados sôbre tijolos em brasa, — estranho feitiço que

(1) *Observações medico Doutrinais*, p. 567.

despertava para o amor o organismo decrépito dos velhos e a frigidez desdenhosa dos môços (1). Havia sitios em Lisboa, como o da Pampulha, que no século XVIII eram viveiros de bruxas: o peixe que as pampulheiras vendiam, sobretudo os safios, não se podia comprar por causa dos feitiços (2). Procuravam-se e pagavam-se a pêso de oiro os filhos últimos, que tinham a singular virtude de curar alporcas e de ajudar as mulheres no trabalho do parto. Uma lagartixa metida na couceira duma porta tornava estéreis tôdas as fêmeas que havia na casa. Uma fava negra defumada pelas bruxas cegava quem a comia. Uns ossos de serpente dentro dum bizalho atado punham numa chaga o corpo dum homem (3). A liturgia do feitiço e do contra-feitiço, espécie de veneno e de contra-veneno, atingia o delírio e o inverosímil. A medicina armava-se; os capelos amarelos cogitavam; os cárceres da Inquisição enchiam-se. — «Sindromas da loucura, vozes da nequícia, apóstatas da Fé, feiticeiros e feiticeiras, benzedeiras e benzedeiros, bruxos e bruxas, mestres e mestras, tições do inferno, mulas do diabo, ministros de Satanás, frutos da figueira de Judas!» (4) — gritava o médico Brás Luís de Abreu, envesgando de cólera o seu ôlho de vidro. E as fogueiras rechinavam e a procissão amarela das mitras e das samarras seguia a caminho do Campo da Lã. Agora é o «tio de Massarelos», bruxo insigne, cujos ossos assobiam e estalam na fogueira; logo é sóror Inês de Jesus, freira

(1) Bernardo Pereira, *Anacephaleosis médico-teológica, mágica, jurídica*. etc., p. 229.
(2) Figueiredo, *Teatro*, XIV, 296.
(3) *Anacephaleosis*, p. 3.
(4) *Monarquia médico lusitana*. p. 590.

de S. Francisco (1), açoitada e degredada para Angola por fazer feitiços com as contas das camândulas; outro dia é sóror Mariana do Rosário, religiosa do Sacramento de Alcântara, que sai penitenciada no auto de fé de 20 de outubro de 1748 por ter dado à luz sete gatos (2); por fim, é uma leiga tonta de S. Domingos, são duas freiras de Sant'Ana possessas do demónio, é a bruxa «Dona Paula» que o Santo Tribunal relaxa em carne pelo feitiço oculto de atrair os homens, derramando mãos cheias de sal com uma oração diabólica capaz de tentar Santo Antão ermita. E o cardeal da Cunha tremia na sua púrpura; e D. João V, embuçado, no côche, a caminho de Odivelas, levava às nobres bernardas os processos dos penitenciados, e lia com elas, no intervalo de dois *Magnificat* tocados nas espinetas de xarão vermelho do convento, a oração da bruxa «Dona Paula», que já corria de bôca em bôca pela cidade e que as freiras repetiam, sorrindo, aplicada à pessoa do rei: «Esta mão cheia de sal eu deito por el-rei, para que me venha buscar, me venha falar, e logo logo me venha amar, venha e não se detenha, para barrabás, para caifás, e êstes sinais me hão-de dar cães a ladrar, bestas a passar, gatos a saltar... (3)

A noite caia sôbre a velha Lisboa do século XVIII. As sombras povoavam betesgas, vielas, calejas e praças; alastravam ao longo dos arcos, dos botaréus e dos ressaltos flamengos; adelgaçavam-se e estre-

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. *Col. Moreira*, cod. 862, fl. 290.

(2) Tôrre do Tombo, *Santo Ofício*, processo n.º 3.326.

(3) Sentença da inquisição de Lisboa contra a bruxa D. Paula Teresa de Miranda Sotomaior. a fl. 182 do cod. 862, Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, (*Col. Moreira*).

meciam na claridade vaga dos nichos e dos oratórios; enchiam-se de uivos, de gemidos, de pòças de sangue, — e um pavor vago infiltrava êsse coração de Portugal, que afrontára no fim do seculo XV o mar Tenebroso e que, cento e cinqüenta anos depois, tremia com mêdo de bruxas...

A MANIA DOS ÓCULOS

Já se fez, melhor ou pior, a história anedótica do chapéu alto e da saia de balão, das «moscas» de tafetá e da cabeleira de rabicho, — talvez as quatro coisas mais hilariantes que a humanidade tem posto em cima de si. Mas ninguêm se lembrou doutra mais ridícula ainda, doutra que o uso secular consagrou, que tôda a gente admite na própria cara e na cara alheia, que tem feito insensivelmente, através dos tempos, a caricatura e o descrédito do nariz humano, e que é hoje tão vulgar, que chega a revestir o carácter de um simples acidente fisionómico: os óculos. Entretanto êsse esquisito apêndice nasal também tem a sua história, o seu pitoresco, a sua evolução caprichosa, modas sucessivas, destinos vários, — e não merece menos as atenções eruditas daquela bôa e culta gente que descobriu num lipoma rial a origem da peruca, e numa tábua de Bruxelas do século XV a remota genealogia do chapéu alto. Os óculos dos nossos avós teem direito a uns minutos da nossa curiosidade, — se não sob o ponto de vista especial da arqueologia médica, ao menos sob o aspecto anedótico e pitoresco dos velhos usos e dos velhos costumes nacionais.

Os óculos dos portugueses foram, nos séculos XVII e XVIII, um motivo de troça para todos os estrangeiros. O nosso ingénuo feitio de amorosos e a invencível mania dos «quevèdos», grandes óculos de

môcho embutidos em coiro ou ponta de boi, conseguiram impôr-nos à atenção maliciosa da Europa. Onde se viam dois vidros redondos a cavalo num nariz cogitativo, — estava um português, La Brue, na *Voyage à Cacheu*, em 1770, descreve um salteador alentejano que antes de aperrar um bacamarte ou esmerilhão enorme ata às orelhas os seus grandes óculos portugueses de presilha de coiro. O conde de Algarotti, autor do *Congresso de Cithera*, espírito culto de italiano que floriu entre os *lazzi* de *Arlecchino* e a murça branca de Benedito XIV, pinta Lisboa como uma cidade de óculos e de mendigos. Nas *Lettres Persanes*, o galante Montesquieu, príncipe dos impertinentes do seu tempo, afirma que a nossa gravidade e o nosso carácter brilhante *se manifestent principalement de deux manières: par les lunettes et par la moustache*». Todos se assombravam da freqüência e da simplicidade com que os narizes portugueses — desde o nariz rombo dos beleguins até ao nariz purpúreo e tuberoso dos Principais da Basílica Patriarcal, desde o nariz sensual dos frades môços até ao nariz sêco e adunco dos académicos da Rial Academia de História — se deixavam cavalgar nas suas cartilagens pelas vidraças redondas dos ante-olhos. Beckford não pôde calar o seu fleumático reparo diante dos colossais óculos verdes do Arcebispo do Algarve, Dom José Maria de Melo, que o riquíssimo inglês foi encontrar em casa dos marqueses de Penalva, sentado no chão, cantando lunduns à viola. Era espantosa a quantidade de óculos que entravam em Portugal, vindos de Espanha e da Holanda. Os maiores consumidores eram os frades e, particularmente, os frades de S. Bento. «Os beneditinos de Coimbra fazem-se reparados por nenhum deixar de trazer óculos», — diz Frei José de Queiroz nas suas *Memórias*. Em Espanha sucedia o mesmo.

Quevedo, pintando o Grão-Tacanho em hábitos de frade bento, encaixa-lhe uns óculos no nariz. Cervantes mostra a D. Quichote, no campo de Montiel, «*dos benitos com sus anteojos de camino*». Só os frades marianos — única nota discordante — protestam contra os óculos e não os usam. — «*Esto en los portuguezes o es astro o es mania!*» — dizia, a quem o queria ouvir, frei João Crisóstomo de Carvalho. O uso estava de tal modo generalizado, que os próprios doutores da Egreja, o próprio Santo Agostinho surgia, pintado em retábulos portugueses do século XVI, sob o bicórnio de oiro da mitra, com um enorme par de óculos redondos encavalado no nariz.

Mas — perguntar-se-há — a que atribuir esta singularíssima predilecção do português pelos óculos? Ter-se-iam tornado freqüentes em Portugal as anomalias de refracção e as doenças de olhos, ou seriam os óculos um simples objecto de ostentação, um sinal distintivo de superioridade intelectual, um luxo dos eruditos, dos letrados, de todos aqueles que de facto tinham ou que afectavam ter uma vida de estudo e de gabinete? Montesquieu não hesita: diz que o português e o espanhol usam vidraças nos olhos «*parce que les lunettes font voir que celui qui les porte est un homme consommé dans les sciences et enseveli dans de profondes lectures*». O bispo do Grão Pará, que teria dado, no século XVIII, um admirável folhetinista, conta certo episódio entre dois frades, discípulos do beneditino frei Isidoro de Sant'Ana. Um dêles, vendo o companheiro de solidéu e óculos, perguntou-lhe se aquilo era enfermidade que êle trazia na vista. — «Isto é *propter farsollam*, amigo»!, — respondeu-lhe o outro, rindo e encavalando melhor os seus grandes «quevèdos» de coiro grosseiro. A presbitia dos frades bentos, que só

existia para a leitura do breviário e a miopia dos «faceiras», dos «bandalhos» e dos «peraltas» pintados de carmim, saltitantes, com brincos nas orelhas e voz de falsete, namorando através do seu óculo doirado as *Lauras* e as *Laurinas* do Rocio, eram anomalias de refracção *propter farsollam*. O «pisa-flores» português fazia-se miope, tal qual como o seu contemporâneo *muscadin* das pantalonas justas e gravata de garrote, ou como o *fashionable* inglês, cujo namôro fleumático, ditado pela elegância de Brummell, manejava hábilmente o *lorgnon à deux branches* ou o *face à la main* de punho de oiro. Os óculos dos «turinas» eram, como os óculos dos frades bentos, — um *truc*. Um *truc* policial foi também a célebre luneta de Pina Manique; um *truc* erudito, os grandes óculos de môcho de Ribeiro dos Santos; um *truc* profissional, os enormes óculos azúis daquela parteira Catarina Lopes, moradora no pátio do Xancudo, por detrás do Calçado Velho, que depois de velha se fizera cristaleira, ou seja mèzinheira, e de quem a literatura de cordel do fim do século XVIII dizia, maliciosamente: — «Para perto se mudou».

Os óculos portugueses, desde que aparecem, pela primeira vez, num quadro notável da Biblioteca de Évora, erradamente atribuido a Vasco Fernandes, no nariz de um dos doutores que olham o *Jesu bambino*, até que no princípio do século XIX surgem empoleirados no imenso, no interminável nariz do magro major Berman, — tomam várias fórmas, vários feitios e várias designações. Primeiro, véem as *gafas*, usadas já, talvez, pelos eruditos que rodeavam D. Duarte, — óculos incrustados em osso, em sola ou em chumbo; depois, no século XVII, «*en nuestro siglo*», — diz o notário do Santo Ofício Benito d'Açade Valdez, que em 1623 publicou em Sevilha um curioso livro intitulado «*Uso de los anteojos*, —

los an perficionado, y dadole nuevos colores, y si le puede decir nueva alma à la invencion». O ilustre D. Francisco de Quevedo, o soberbo artista de *La Casa de los locos de amor*, empresta o seu nome aos óculos redondos, enormes, com armas e guarnições de vaqueta ou sapatilha, incrustados em coiro, prata, búfalo ou carci, — os mesmos óculos que a Lisboa do século de 600 vê em todos os nasais de frade, em tôdas as caras de ministro, em todos os focinhos de desembargador. Só mais tarde, com a elegância joanina do princípio do século XVIII, vem o óculo de um vidro só, o óculo de punho doirado, — que, com o lenço de cambraia que se leva aos lábios, com o tricórnio holandês que se aconchega ao coração, e com o leque pequenino que esconde o sorriso e a que as «franças» chamam *marotinho*, completa o número dos utensílios indispensáveis à arte de bem namorar no ano da graça de 1730. Um século depois, o óculo romântico era ainda o mesmo óculo de punho e de um vidro só que se usára no antigo regimen: um figurino curiosíssimo do *Correio das Damas* (1840) empunha a sua *lorgnette borgne* pequenina e doirada, e outro não menos interessante, do *Jardim das Damas* (1848), leva à órbita direita um óculo quadrado. Só em 1851 o monóculo aparece, pendente duma fita de sêda preta, ou do mesmo fio de oiro fininho com que as elegantes das Laranjeiras, de *Bolivar* e de escarpins côr de rosa, prendiam às pulseiras os ramos de flores...

HISTÓRIA DUM ARCO

Entre o Campo Pequeno e Arroios existiu um arco,— e êsse arco, chamado, não sei porquè, «arco do Cego», deu o seu nome a êsse trôço de estrada que, nos subúrbios da Lisboa setecentista, ia do largo ou terreiro de S. Jorge até ao palácio Galvèas. Ainda há pouco se viam, embebidos num paredão, restos de cantaria que deviam ter-lhe pertencido. Era, ao que parece, um arco de pedra, de fortes aduelas, com um nicho gradeado ao alto, e tão estreito, que esbarravam nèle os tapadoiros das rodas dos côches, estufas, e calejas mais amplas. Nenhuma das obras, antigas e modernas, publicadas àcêrca da velha Lisboa e dos seus arredores, se refere a êste arco, nem mesmo por incidente. Desconheço a data da sua construção. Sei apenas quando foi demolido, e as condições em que o foi, — por que tive ocasião de encontrar, no decurso de investigações a que procedi para o estudo da última doença de D. João V, alguns documentos inéditos que dizem respeito à demolição do arco do Cego e à construção do trôço de estrada que vai de Lisboa a Loures (1).

São geralmente sabidas as circunstâncias em que

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *Pombalina*, cod. 421, fl. 22 e seg.; *F. A.*, cod. 8.066, *Folheto de Lisbôa*, n.º 37 de 15 de setembro de 1742.

D. João V adoeceu: no dia 10 de maio de 1742, pelas 5 horas da tarde, estando a despacho, foi súbitamente ferido de hemorragia cerebral, a que se seguiu hemiplègia esquerda, e depois, pelo espaço de oito anos, vertigens e convulsões jaksonianas. Foi um alarme, na côrte inteira. Ordenaram-se preces públicas; o Santissimo foi exposto à porta dos sacrários; os cardeais, os principais, os monsenhores, os cónegos, revestiram-se da sua púrpura, das suas cáligas, das suas opas de brocado de oiro para rezar orações *pro-infirmo:* as procissões de frades inundaram a cidade; franciscanos, loios, baltasares, carmelitas, barbadinhos, paulistas, erguiam relíquias e cantavam o *Bemdito* pelas ruas; a própria rainha foi descalça à Madre de Deus rezar pelo rei. Entretanto, no Paço, rodeando o leito de D. João V, arqui-médicos, cirurgiões, boticários, espagíricos, cristaleiras, sarjavam o enfermo, sangravam-no, lançavam-lhe bichas, queimavam-lhe com ferros em brasa as solas dos pés, punham-lhe na cabeça o barrete de Santo André Avelino, advogado das apoplexias, — e só interrompiam a tortura do tratamento quando o Núncio entrava com a bênção papal ou quando as guardas-portas se afastavam para passarem os frades marianos com o braço de prata de Santa Teresa, os domínicos com a Senhora do Rosário ou os religiosos terceiros com o Senhor dos Cardais. Depois dum mês de suplício, os médicos resolveram levar o rei para as Caldas, — guiados, sobretudo, pelos conselhos da patologia curviana, que aconselhava os banhos sulfurosos nas «paralisias por intemperança fria e húmida». Reüniu-se tôda a conferência dos capelos amarelos do Paço, — Francisco da Fonseca, José Ricord, Pedro Arvelos, Manuel Vieira, Pedro Soares Brandão; o rei foi violentamente purgado: e tendo em surpersticiosa con-

sideração o preceito de Zacuto — «*balnea sulphurea sunt præstantissima quorum ope humores frigidi, et humidi coquuntur, vacuantur, et partes nervosæ, quæ erant relaxatæ, exciccantur et roborantur*», expediram-se imediatamente ordens para concertar todos os caminhos, de Lisboa às Caldas, de fórma a tornar o mais curta e o menos violenta possível a jornada de Sua Majestade. Acordou-se em que seria mais conveniente seguir o roteiro por Loures, cabeço de Montachique, Póvoa, Enxára dos Cavaleiros, Mata da Guerra, Tôrres, S. Gião, Azambuja e Óbidos, — ou encurtar ainda o caminho metendo à direita para Runa, ao chegar à Enxára dos Cavaleiros, e vindo sair à Bugalheira com menos uma légua de jornada. Preferiu-se êste roteiro ao das vilas, pela margem do Tejo, por ser menos longo e menos fatigante; autorizaram-se despesas para concêrto e feitura de caminhos; mandaram-se alargar em estradas riais as carreteiras de Santo António do Tojal; uma onda de trabalhadores e de calceteiros povoou os campos desertos, e o timorato cardeal da Cunha, embrulhado a tremer na sua púrpura, com mêdo dos trovões e das chuvas, meteu-se num côche da Casa Rial e partiu para ir benzendo, até às Caldas da Rainha, as estradas por onde havia de passar el-rei. Foi então que se reconheceu, à passagem do cardeal pelo arco do Cego, que a larga estufa de viagem em cujos almadraques D. João V se recostava, não poderia, de modo algum, caber por um arco tão estreito, e que não só os tapadoiros das rodas, mas a própria caixa esbarrariam de encontro aos pilares laterais. As ordens não se fizeram esperar, e a demolição começou em 7 ou 10 de setembro de 1742. Entretanto o rei piorava; sucediam-se as vertigens, repetiam-se as convulsões; o braço de prata com a relíquia do Patriarca S. Bento era tra-

zido para o Paço da Ribeira; a Virgem das Necessidades ia em procissão até à alcova rial; os médicos recusavam-se a dar mais remédios ao rei, convencidos de que os boticários o matavam; e por fim, a jornada das Caldas era definitivamente ordenada, — mas pelo rio acima, em bergantim até Vila Nova da Rainha, e daí em côche à Castanheira, Moinho Novo, Ota e Cercal.

O velho arco caíra sob o picão dos alvaneis para D. João V passar; mas o sacrifício dos seus braços de pedra foi inútil. A estrada alargou-se; o côche rial nunca passou.

BOBOS

Não tivemos, infelizmente, um grande pintor que imortalizasse na tela os nossos bôbos. O «*Don António Inglês*», o «*Don Juan d'Austria*», o «*Pablillos de Valladolid*», conhece-os todo o mundo pelos quadros de Velasquez; ao passo que o nosso «D. João da Falperra», a nossa «bôba Rosa», se não fôssem às cartas de Beckford, nem mesmo pelo nome teriam chegado até nós.

E, entretanto, houve no século XVIII alguns bôbos da rua e das casas nobres, que pelo seu espírito, pelo seu pitoresco, pela sua monstruosidade, conseguiram interessar vivamente a Lisboa setecentista, e que hoje dariam um curioso capítulo de história anedótica. Conhecemo-los através de cartas, de jornais manuscritos, de memórias inéditas do tempo. Um curioso manuscrito da *Pombalina*, intitulado *Sonho que fez Anostómia religiosa* (1), revela-nos *Frei Joánico*, «aquele devoto monge que no deserto do Rocio foi propagador de lanternas e restaurador de velhacarias», pobre diabo que uns tinham por louco, outros por santo, e a quem os garotos chamavam «patriarca dos maganos», «idiota de perrilha», «ribeirinho de barbas», «desafôro à

---

(1) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *Pombalina*, cod. 129, fl. 140 e seg.

capucha». Trazia barba crescida, pés descalços, braços nús, e surgia à noite da sombra dos arcos do Rocio, tocando uma campaínha e prégando sermões. As regateiras davam-lhe pão, para que êle rogasse a Deus que as ajudasse na amassadura; outras pediam-lhe remédios para conceber; outras, exactamente o contrário. Caminhava à frente das procissões, cantando e pedindo padre-nossos, com uma reliquia na mão; e sempre que os padres jesuitas iam ensinar doutrina para as escadas do Hospital Rial, era êle que dava os coques nos rapazes. Antes de vestir o burel de capucho tinha sido ferrador e afinador de guitarras. Um dia, meteu-se com as rascôas do conde dos Arcos e levou uma sova tão grande, que durante muitos mezes, no soalheiro do Rocio, ninguêm soube de *Frei Joânico*. Mais tarde, um frade xabregano, *Frei João Redondo* (1), outro bôbo das ruas, quis imitá-lo e apareceu também debaixo dos arcos, com um relicário de Nossa Senhora nas mãos, tròpego de gordo, as avarcas arrastando no terreiro, um bando de garotos atrás. Era o célebre *Poeta de Xabregas*, que D. João V teve de mandar desterrar um dia para quarenta léguas da côrte (2), porque

(1) Existe um retrato dêste frade, em téla, corpo inteiro, no gabinete do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, na Biblioteca Nacional. Há também, no mesmo gabinete, outra téla de pequenas dimensões representando Frei João Redondo depois de cadáver.

(2) Mss. da Bibl. Nac. de Lisbôa, *F. A.*, cod. B-9-2, fl. 419, — *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 49, de 4 de dezembro de 1745. «O P. Frei João de Nossa Senhora, bem conhecido nesta côrte pela sua devoção a Maria Santíssima, religioso xabregano, que no dia de Santa Bárbara do ano passado disse havia de haver um trovão medonho que se ouviria por todo o Reino, agora advertiu, também por editais públicos, que concorresem hoje todos ao seu convento, onde se devia dar

amotinava o povo com as suas bobices, com os seus editais e com os seus sermões.

Mas o histrião mais interessante das ruas de Lisboa no século XVIII, foi, sem dúvida, o *Bento António*, anão divertidissimo que teve a honra de ser bôbo dos marqueses de Gouveia e do infante D. Francisco (1), e que Alexandre António de Lima cantou num poema intitulado *Benteida, ou nova metamorfose*. Era um homúnculo risonho, monstruoso, hidrocéfalo, barrigudo, de testa olímpica, orelhas enormes, grande exoftalmus, que ora rebolava como uma péla nos tapêtes das casas fidalgas, brincando com os gatos e apanhando moscas, ora prègava sermões burlescos nas escadas do *Hospital de Todos os Santos*, entre os cegos das folhinhas e os mariolas de capote que dormiam ao sol. «Pelas luas se lhe observava uma palpitação como sorvedoiro no sítio onde as crianças teem a moleira» — diz uma nota do poema de António de Lima. Foi, sobretudo, a imperfeita ossificação das fontanelas, que o tornou o brinquedo dos «faceiras» e das «franças» nos serões dos marqueses de Gouveia. Depois que o infante D. Francisco o tomou para seu bôbo, deixou crescer

---

esmola a todos, e a mayor que nunca se deu. El-Rey, que previu o tumulto que poderia suceder em Xabrégas, mandou ordem aos corregedores dos Bairros, que cada um advertisse aos moradores do seu não concorressem a tal esmola. O P. Frei João foi mandado permudar para 40 léguas longe desta côrte».

(1) *Mercúrio de Lisbôa*, n.º 6, de 8 de fevereiro de 1744. Tendo aparecido um livro que disseram «indigno», escrito por Frei Francisco da Cunha ao elogio da Rainha da Hungria, publicaram-se várias sátiras, a que o frade respondia por apologias da obra. Uma das sátiras era um soneto «em nome de Bento António, bôbo do sr. infante dom Francisco.»

os bigodes e trouxe sempre «um vestido verde com muitos laços e enfeites, guarnecido de prata, espadim, bengala e cabeleira». Foi nesta *toilette* que o marquês de Gouveia o mandou retratar por um pintor e que uma regateira, Joana de Samóra, o deitou certo dia a um charco de água, quando êle ia bêbado atravessando o Rocio. A popularidade do Bento António chegou a ser de tal ordem, que para alguns livros terem venda publicaram-se com o seu nome. A *Gazeta de Lisboa*, anunciava no seu n.º 27, de 7 de julho de 1750: «*Advertência. Bento António, bem conhecido dos melhores da côrte, deu à luz um livro em que contrafaz a fábrica do grande Francisco Rodrigues Lobo, fazendo a Aldeya na côrte, e os seus colóquios em noites de verão, nos quais em tom de graça dá muitos documentos importantes. Vende-se na rua Nova, na loja de Joaquim Ferreira Coelho, livraria da Serenissima casa de Bragança*». O que ninguêm esperaria é que o pobre bôbo tivesse também picado toiros: pois toireou, — e toireou a cavalo. É, pelo menos, o que se infere dos versos de Tomás Pinto Brandão, insertos sob esta rúbrica, a pag. 250 do *Pinto Renascido:* «Primeiro dia de Touros, que mandou vir Sua Alteza de Castela, na festa de Nossa Senhora do Cabo, que se celebrou no Terreiro do Paço. Toureou Bento António, e outro que por nome não perca». O que o infante D. Francisco conseguiu fazer dêle!

Pelo mesmo tempo houve também uma bôba célebre em casa da viscondessa de Vila Nova da Cerveira: era a anã *Mariquita*, sempre metida no meio de cães e de cadelas. Uma carta, datada de 15 de julho de 1710, que o conde de Tarouca mandou de Haya à viscondessa, refere-se com muita graça a êsse pequenino monstro: «...a senhora Mariquita anãn, aquela Dama, que serve a V. Ex.ª com acertos

de mulher e donaires de menina, porque pondo todo o esfôrço em crescer na formosura se esqueceu de crescer no corpo...» (1). É ainda uma carta inédita de Goubier de Barrault que nos revela a existência dum bòbo negro do marquês de Pombal, o «Dom Tissão»: «*Lundi matin j'ai envoié a V. S., par Bruno, les vers que j'ai faits a Dom Tissão, et qui on fort divertis mr. votre Père*» (2). Foi, como disse, o inglês Beckford, nas suas cartas, que nos deixou memória do bòbo «D. João da Falperra», exemplar teratológico que atravessou as salas do paço de D. Maria I com o peito coberto de comendas de tòdas as Ordens, e da bôba mulata da rainha, a *Rosa*, vivo demónio que corria e brincava com as açafatas entre os alegretes de buxo do jardim de Queluz. No fim do século XVIII, já não é no paço e nas casas nobres que os bòbos se refugiam: vivem em plena liberdade nas ruas. Agora, é o *Torto de Belém*, frade jerónimo, meio doido, que tem a mania de se baptizar todos os dias; logo é o riso do *Dom Félix* e do *Caturra*, que atrôa o «café do *Grego*»; hoje o *Pax Vobis* passeia ao sol, na Lisboa pombalina, a sua casaca encarnada; àmanhã, o *Joánico*, bòbo do «Nicola» e das «Parras», cheio de penachos e de bentinhos, cái, numa pôça de sangue, fuzilado por ordem dos franceses, aos pés da estátua de D. José...

---

(1) Tòrre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 1647.
(2) Mss. da Bibl. Nac., *Pombalina*, cod. 619, fl. 333, v.

A BERNARDICE

Entre uns papeis velhos, provenientes de conventos extintos, fui encontrar há dias um interessante manuscrito, letra do princípio do século XVIII, intitulado *Curiosa relação de várias parvoices de frades bernardos*. Li-o de um fôlego, — e não perdi o meu tempo, por que não me lembro de ter visto nunca uma tão viva e tão saborosa colecção de anedotas. Conhecidas muitas delas, — decerto. Ingénuas quáse tôdas, — sem dúvida. Mas com mais três ou quatro colecções destas — que belo livro se faria, como os «*Moines, Nonnes et Curés*», de Pradels, colhido em flôr na alma do povo e remuçante da melhor graça portuguesa!

Com razão ou sem ela, os frades bernardos tiveram em Portugal fama de parvos. Podia um religioso de outra Ordem ou comunidade permitir-se o luxo de dizer um disparate: era certo que se encabeçava logo a asneira em qualquer pobre e inofensivo bernardo de Bouro ou de Tarouca, de Lafões ou de Alcobaça. Durante o século XVIII, capuchos, arrábidos, bentos, agostinhos, néris, carmelitas, jerónimos, dominicanos, franciscanos, paulistas, brunos, xabreganos, teatinos, levaram a vida a capitalizar anedotas em proveito dos frades de Cister, espécie de gargântuas gulosos, azevieiros e abastados, cuja cogula parda amealhava o melhor oiro de Portugal. Em Lisboa, em se vendo um frade do Destêrro em

cima da sua mula, o capelo entestado para os olhos, as camândulas a ramalhar na volta de um albardão moirisco, — tôda a gente ria. O hábito de S. Bernardo era a giba de *Pulcinella*, o mantéu de *Pantalone* de Veneza. E a bernardice instalou-se, fixou-se em todos os mosteiros cistercienses, cresceu por tôdas as estalas de côro bernardo, de S. Cristóvão a Santa Maria, da Conceição ao Espírito Santo, alastrou, galgou aos conventos de freiras, Lorvão, Arouca, Almoster, Odivelas, fulgiu no gremial e no báculo de tôdas as Abadessas, — e viva, picante, saborosa, risonha, grosseira às vezes, simples e infantil sempre, ei-la a rebentar, a florir por tôda a parte onde espreite uma estamenha de Cister, assome um capelo de S. Bernardo ou tairoque uma sandália velha de Alcobaça!

Quem quiser, um dia, estudar o carácter e a evolução da graça portuguesa, tão particular e tão nacional; quem se lembrar de fazer a filosofia do cómico — cómico de situação e cómico de palavra — na anedota dos séculos XVII e XVIII em Portugal, — tem no manuscrito que encontrei um admirável elemento de estudo. É êle que nos fornece, com o tipo da parvoice bernarda, inventada por *tout le monde et son père* para divertir o ócio das comunidades e os serões patriarcais da nobreza setecentista, uma ideia geral, mas perfeita, do género de graça que por volta de 1690 a 1730 fazia rebentar de riso as ilhargas solenes dos nossos arqui-avós. Vale a pena, por curiosidade, conhecer algumas anedotas da colecção. São quáse tôdas atribuidas a seis frades bernardos, que passaram por ser os mais notáveis Calinos do tempo de D. Pedro II: frei Pedro de Alemcastre, frei Pedro de Sousa, Frei Marcos, frei Manuel de Macedo (de alcunha *frei Colherão)*, frei João de Castelo Branco e frei António de S. José. Que os

seus nomes fiquem na imortalidade dos grandes mártires da tolice alheia. Quáse todos os casos, os ditos, os episódios, os *lazzi* se referem, ou a sermões que os bernardos fizeram, ou a mulas em que os bernardos montaram. É dos púlpitos e das manjadoiras cistercienses que nasce a melhor graça portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

Um dia, frei Pedro de Alemcastre prèga em S. Bento de Castris o sermão da Paixão, descrevendo, com truculência, os tormentos por que Cristo passou. A multidão, na arqui-nave, rompe em soluços; as freiras, no côro, desmaiam; o bernardo inflama-se de eloqüência sagrada e continúa: — «Sabei que os judeus em casa de Anás deram com uma cana muito grossa e cheia de nós na cabeça do Senhor cinco canadas contadas. Ora vêde, fieis, como estaria o Senhor, com cinco canadas na cabeça!» Doutra vez, frei Marcos, frade vermelho, rotundo, imbecil e formidável, prega em Odivelas, diante da Abadessa, — aquela brèjeira D. Feliciana de Milão, que fôra nos seus tempos amante *in partibus* de D. Afonso VI; o bernardo ronca, remanga o hábito, assôa-se, faz vénia à prelada e principia: — «Nossa reverenda Abadessa, tenho três coisas para mostrar daqui a Vossa Maternidade!» A prelada córa, sorri, levanta-se muito depressa e diz para o prègador, no meio do riso de todo o côro:

— Guarde-as Vossa Reverência, que eu não quero vêr nada...

O sermão não continuou, — nem êsse, nem outro que o mesmo frei Marcos prègou em Santa Maria de Almoster, na festa das onze mil virgens, imitando certo sermão de Vieira aos bons anos, que principia: «Em um tempo tão pouco abundante de bens, que apenas se acha um, querer dar bons anos dificultosa coisa é...» Logo o bernardo, puxando o

escarrinho do alto do púlpito, limpando o cachaço de toiro a um lenço vermelho de Alcobaça e encarando nas freiras:

— Em tempo tão pouco abundante de virgens, que apenas se acha uma, querer prègar de onze mil, que dificultosa empresa, amadas irmãs!»

Mas as anedotas mais pitorescas, mais vivas e mais célebres não são as do púlpito; são as da estrebaria. Não são as do bernardo prègador; são as do bernardo viajeiro, caminhando, numa raçada de sol e de poeira, estradas fóra, escarranchado na sua mulinha choutôa, a abençoar cada liteira que passa, cada ave que canta, cada sombra que alastra, o alforje à garupa, as sandálias às costas, as camândulas à cinta. É êle que na pessoa achamboirada e alegre de frei Pedro de Sousa increpa um ferrador de Portalegre que se nega a ferrar-lhe a mula: — «Você sô mestre está aqui ferrando a Deus e a todo o mundo e não me quer ferrar a mim?» É êle ainda que conta ao conde de Vimioso as suas jornadas de noite por maus caminhos, emquanto mastiga sôfregamente um leitão loiro numa bandeja de prata: — «Quando íamos de Arouca para S. Cristóvão de Lafões, eu e mais o meu macho levávamos o credo na bôca...» É finalmente, ao mesmo bernardo caminheiro, que o geral de Alcobaça, de mitra e báculo, sudário e gremial, repreende um dia em capítulo, pelo grave crime de montar num cavalo em vez de montar numa mula: — «Vossa Paternidade bem sabe, que quem diz frade bernardo diz bêsta muar!» E os casos, e os ditos, e as parvoíces sucedem-se, ingénuas, grosseiras, infantis, sacudindo de riso o chióte dos franciscanos, inimigos natos dos bernardos ricos, invadindo paços e portarias, conventos e côrros de comédias, correndo de bôca em bôca, de mão em mão, florindo nos lares de tijolo

onde crepita a brasa de azinho, passando, na tradição, de pais para filhos, de avós para netos, como velhos diamantes, como velhas jóias de família...

E hoje, dois séculos andados, já não é bem riso que a graça do século XVIII acorda em nós; é ternura.

ARTE E ARTISTAS

COLUMBANO

Acabo de passar quáse duas horas no *atelier* de Columbano. Ainda o não tinha abraçado depois do seu sucesso de Paris. Como se sabe, o mestre acaba de expôr no *Salon* um retrato de mulher — madame B. de M. — que a critica francesa, a mesma critica exigente que sorriu de Wagner e chamou a Ibsen «um Sandeau engarrafado de novo», coloca acima de Boldini, seu companheiro na sala XIV. Não se ignorando que Boldini é um dos maiores retratistas contemporâneos, émulo de Besnard e de Sergent, o triunfo alcançado por Columbano tem uma alta significação e põe numa situação de honrosa evidência o mestre português.

Quem não conhece bem os baixos do antigo convento de S. Francisco da Cidade, onde está instalada a Academia de Belas-Artes, penumbra de escadas de azulejo e de relíquias entaipadas de claustro, não chega fácilmente ao pequeno *atelier* onde o pintor admirável de «Santo António» tem realizado tantas obras primas. É uma quadra elegante, pintada a sépia, com um friso alto de misulas, em cuja atmosfera luminosa os móveis, as telas, as figuras parecem mergulhadas numa tenuíssima poeira de oiro, que se move, que flutua, que palpita em volta de nós, e que, quando o artista sái, o acompanha e o envolve ainda como uma auréola. Nos primeiros instantes, os olhos, costumados à sombra dos corredores, olham sem vêr. Em frente, pregado na parede,

está o velho Arraiolos azul, dum magnífico desenho persa, que serviu de fundo para o retrato de madame B. de M.; perto, um sofá império, Récamier de mogno e bronze onde a retratada «pousou» e onde fez alastrar as suas soberbas peles de *chez Revillon Frères;* por tôda a parte, cavaletes, fogões de aquecimento para os estudos de nu, e a longa teoria de cadeiras de estilo que tantas vezes espreguiçam, nas télas de Columbano, os seus altos espaldares de coiro armoriado ou a linha joanina dos seus braços entalhados e curvos. Já afeito à luz, começo a vêr à roda de mim caras conhecidas, figuras familiares que se debruçam e espreitam na janela doirada das télas: aqui, é o velho poeta Bulhão Pato, face óssea, ôlho arguto e negro, barba branca e inculta como uma onda revôlta de prata oleosa; ali, João Rosa, que sorri, apoiado à bengala, como a perguntar-me pelo seu velho cardeal Gonzaga; mais além, assentado numa cadeira Directório, de casaca, Augusto Rosa, o grande artista que, como George Brummel *squire,* conhece as cinqùenta maneiras diferentes de enrolar ao pescoço a sêda duma gravata; a um canto, numa pequena téla, quáse de perfil, barba loira, luneta de oiro, fisionomia inteligente, um «vencido da vida», — Jaime Batalha Reis; mais adiante, a barba branca em ponta, o bigode aparado descobrindo a ironia do sorriso, o torso elegante a pedir o gibão de veludo de Filipe IV, — Teixeira Gomes, nosso ministro em Londres, o ourives da palavra, cuja prosa dextra, como diria Nietzsche, tem ritmos de dança; no chão, quáse à entrada, uma engraçada *pochade,* — o retrato do pintor Adriano de Sousa Lopes; junto a uma cadeira D. João V, onde deixou o *pardessus* e as luvas, Henrique Monteiro de Mendonça; perto, Vicente Arnoso, José de Figueiredo, — e ao fundo, seguramente modelada, obra prima

de sobriedade e de simplicidade, a firme e sólida cabeça de mestre Firmino Ribeiro, uma das mais belas páginas da pintura portuguesa contemporânea.

Em todos êstes quadros, Columbano não esconde a intenção de surpreender a fisionomia moral dos retratados, valorizando acidentes, acentuando modelações, fazendo, talvez mais claramente do que nunca, aquilo a que se conveio chamar o retrato psicológico. Na reprodução de cada um dos seus modelos está escrito o que Columbano dêles pensou. Como o *Greco*, a quem a moderna crítica quer atribuir influências directas sôbre Velasquez, o mestre português sebrepõe a figura invisivel à figura visivel, — e a primeira, para quem não saiba apreender a suprema beleza da sua obra, perturba às vezes a grosseira exactidão que vulgarmente se pretende encontrar nas interpretações da máscara humana. Mas, nos seus retratos, não é apenas à máscara que Columbano procura transmitir o máximo de expressão; também às mãos, infinitamente eloqùentes em quáse tôdas as figuras reveladas, — mãos longas, nobres e transparentes de alemã no retrato de M.me Alda Lino, mão deformada, nodulosa e enérgica de velho em Bulhão Pato, mãos de raça, ao mesmo tempo delicadas e fortes em Vicente Arnoso, mãos de jóias, afusadas e nervosas, em D. Alda Lopes de Mendonça: — também às roupas, dum tão forte carácter, sobretudo nos retratos de homem; também aos acessórios, duma tão sóbria delicadeza, especialmente nos retratos de mulher. Entre os detalhes mais vulgares, há um que o mestre português valoriza sempre: a luva. É interessante a predilecção de quáse todos os pintores de retratos por êsse farrapo eminentemente expressivo de camurça ou de pelica, farrapo que reveste em cada retrato uma fisionomia e um carácter próprio, que ajuda a marcar uma iu-

dividualidade, e que, abandonado na sêda de um sofá ou caído na dobra de um tapête, tem qualquer coisa de humano, de vivo, — espectro dum gesto crispado ou duma atitude que se imobilizou. Como Franz Hals nos retratos de Albert von Nierop, do gordo William Groes ou da plácida Aletta Hanemans; como Velasquez na bela «Dama do rosário» ou no Principe Carlos, irmão de Filipe IV; como o próprio Goya, no Carlos III ou na heráldica dona Tadéa Arias de Enriques; como tantos outros mestres da pintura que souberam arrancar a máxima expressão ao mínimo acessório, — Columbano trata amorosamente o detalhe da luva em quáse todos os seus retratos, desde o de sua irmã, D. Maria Augusta, que calça tranqùillamente na mão esquerda uma luva de pelica branca, até aos retratos de João Rosa, de Teixeira Gomes, de José Figueiredo, de Batalha Reis, de Henrique de Mendonça, em que a luva descalça, amarfanhada, vazia, atirada sôbre uma cadeira ou comprimida de encontro ao castão duma bengala, adquire em cada uma das télas uma expressão própria e uma fisionomia característica.

É precisamente êsse poder de dar vida e expressão às coisas inanimadas, que torna admiráveis as naturezas mortas de Columbano. O mestre português é tão grande nessas pequeninas tábuas, como no maior dos seus quadros de género ou no mais feliz dos seus retratos. Vinte centímetros quadrados de tábua ou de téla; um púcaro de barro, dêsses deliciosos pucarinhos portugueses que D. Sebastião pedia quando lhe traziam água em picheis de oiro; uma fôlha de couve fresca, — e dos dois mais simples motivos que se podem oferecer a um pintor, Columbano faz uma obra prima. Ainda há poucos dias, em casa de Manuel Emídio da Silva, um elegante e culto espírito que é dos maiores admiradores de Colum-

bano, eu tive ensejo de tornar a vêr essa maravilhosa «melancia aberta», uma das célebres naturezas-mortas do artista; com a mesma graça, com a mesma transparência, com a mesma frescura, com a mesma simplicidade de processos acaba êle de pintar os seus pêssegos de polpa vermelha, os seus bagos de tangerina descascada ao sol, os seus limões, as valvas húmidas das suas ostras, — tôdas essas pequenas tábuas espalhadas pelo *atelier*, em cujo fundo da penumbra espreita sempre, amorosamente, a mesma cabeça de mulher.

O que não é vulgar na obra de Columbano é a paisagem, — a grande comédia da natureza esplendente e viva. O campo, o sol, as árvores, a terra escaldada e fecunda, os largos horisontes religiosos parecem interessar menos a sua nobre arte, que quáse exclusivamente se compraz na dolorosa análise da alma humana. Por isso me surpreenderam os dois belos estudos, feitos em Bruges, na última viagem do pintor à Bélgica: um trecho dos canais, na névoa doirada dêsses longos crepúsculos da Flandres, e um recanto da Bruges do século XIV, da Bruges velha de Van Eyck, da «*Bruges la morte*» de Rodembach, — recanto infiltrado de mistério, de crepúsculo, de silêncio, onde apenas o vidro distante duma janela scintila batido dos últimos raios do sol.

Quando, depois de folhear uns singulares desenhos de Rodin, já tarde, deixei Columbano entre as obras primas que o seu talento criou, — modesto, simples, taciturno, quáse indiferente, envolvendo tudo num sorriso triste, êle, que é uma das maiores glórias da pintura contemporânea, pensei nessa frase amarga que o grande Corot tantas vezes repetia, nervoso, emquanto pintava:

— Que diabo de arte é esta, que não nos faz alegres?

O «GRECO» ERA UM PARANÓICO?

Com o seu recente estudo àcêrca do *Greco*, o professor Ricardo Jorge acaba de acrescentar um nobre e definitivo capitulo à história da pintura espanhola.

Há muito tempo que o *grequismo* preocupa a critica moderna, até ao ponto de se pretender afirmar a decisiva influência do *Greco* na genealogia da obra de Velasquez. Desde 1902, espanhóis como Domenech, Miguel de Utrillo e Cossio; franceses como Lafond e Maurice Barrés; ingleses como Ricketts e Stendart; alemães como Mayer e Max von Bohen; gregos como Bikelas e Ana Lynch, — em obras de mais ou menos forte análise, teem procurado explicar o *maneirismo* do mestre de Toledo, justificando as cacoplastias, as aritmias morfológicas e as discromias das suas figuras. Entretanto, a despeito das vivas suspeitas de anormalidade psíquica que envolveram sempre Doménicos Theotocópuli, quer em Veneza onde foi discipulo de Ticiano, quer em Espanha onde não conseguiu as simpatias de Filipe II, talvez por ter retratado com demasiada exactidão o seu prognatismo austríaco na sala capitular do Escurial (retábulo denominado *El sueño del rey Filipe)*, — não há na vasta bibliografia do *Greco* um único capitulo de uma só obra em que o critério médico e, em especial, o critério psiquiàtrico interfira nas tentativas de crítica interpretativa da obra

de mestre Doménicos, das suas condições de poiése e da sua singular maneira de visionar e de compreender a figura humana. É o professor Ricardo Jorge o primeiro a trazer êsse elemento novo e decisivo para o estudo do *Greco* e da sua pintura. A fórma imprevista por que o faz, cheia de originalidade nos conceitos, de rigor scientífico nas deduções, de lucidez na crítica e de esplendor na expressão verbal, coloca a monografia do professor português entre as mais belas e mais nobres páginas que àcêrca da pintura espanhola tem produzido a crítica moderna.

Ricardo Jorge marca, na evolução do génio de *Greco*, duas fases: uma fase de progenerescência, em que a eucromia e a euritmia dos mestres venezianos se sobrepõem às qualidades fundamentais de emoção do artista, e de que o *Espólio de Cristo*, (museu do Prado) é a expressão máxima, — e uma fase de degenerescência, em que as monstruosidades surgem e a dispoiése se instala. Nesta última fase, diz o eminente professor, a degeneração não fere por igual tôda a obra do mestre de Toledo, — obra que pode dividir-se em dois grupos: o grupo dos retratos, em que o artista, pintando do natural, se mantem dentro dos limites duma relativa normalidade, e o grupo das agiografias, — Cristos, evangelistas, virgens, mártires, apóstolos, teorias de anjos, — retábulos, paineis, tríptícos, políptícos encomendados por cabidos, irmandades, comunidades, capelas, em que o *Greco*, pintando manifestamente de cór, fixa e reproduz incessantemente aquilo a que Ricardo Jorge chama a «figura grècóide». É no estudo dessa figura grècóide, de que são admiráveis exemplares o «Santo André» da colecção Vogel, o «São Bernardino de Sena» do museu do Prado, o «São Pedro» da sacristia do Escurial,

o «São Tomás», o «Santiago Menor» e o «São Bartolomeu» do *Museu Grêco*, e ainda, como supremas expressões, a *Visão do Apocalipse*, da colecção Zuloaga e o «São Sebastião» do Marquês de la Vega Inclan, — que o ilustre médico mais amorosamente se demora no seu estudo sôbre Doménicos Theotocópuli. O tipo humano grècóide das figurações agiológicas, materializa-se numa figura alongada, esticada, aguda, enorme, de mãos pitècóides, cabeça e pés pequenissimos, ordinariamente assimétrica, plagiocefálica ou escafocefálica, freqùentemente prognata inferior, os feixes musculares dissociados, as carnes tocadas de tonalidades cinzentas, doiradas ou roxas, iluminada sobrenaturalmente, envolvida em panejamentos inverosimeis ou brutais, — negação de todo o cánon, de tôda a academia, de tôda a harmonia humana, verdadeira monstruosidade, verdadeiro teratoma cuja criação aberrante pressupõe um desvio psico-fisico, e que evidentemente relega para os dominios da psiquiátria a glória do mestre de Toledo.

Comparados com as produções artisticas de certos alienados, com os documentos picturais coligidos por Ales Hrdlicka in *The American Journal of Insanity (Baltimore, 1899)*, com a própria iconografia de Rilhafoles recolhida num desvalioso trabalho do autor destas linhas (1900), a que aludo por que a êle Ricardo Jorge generosamente se refere, — os paineis do *Greco* dão a mesma inconfundivel impressão da arte manicomial, cujos cultores se recrutam, de ordinário, entre os paraliticos gerais na primeira fase de cérebropatia, os maniacos crónicos, os epilépticos, e, designadamente, os paranóicos. Como os desenhos e as pinturas dêstes últimos, a arte de mestre Doménicos é uma manifestação claramente regressiva; regresso aos *primitivos*; regresso aos

góticos, aos bisantinos, às formas de arte rudimentares e ancestrais; numa palavra, — anacronismo. O carácter monstruoso e anacrónico das obras do *Greco*, conjugado com o que se conhece do artista, criatura inadaptada, extravagante, egocêntrica, grandiosa e querelante que deixou aos sacristães de Toledo a impressão dum louco e que por pouco não entrou na *Casa del Nuncio*, — conduzem Ricardo Jorge, através de brilhantes páginas, ao diagnóstico de paranóia *sine-delirio*. Se a obra tão completa e tão notável fôsse permitido acrescentar qualquer pormenor, eu chamaria ainda a atenção do professor Ricardo Jorge para um estigma que se verifica na pintura imortal do *Greco* e que muitas vezes encontrei ao estudar as produções da arte manicomial. Êsse estigma, a que, à falta de designação melhor, pode dar-se o nome de «auto-reprodução somática», consiste na tendência de certos alienados artistas para esteriotipar, para reproduzir, invariável e inconscientemente, em tôdas as figuras criadas na sua pintura, a própria *facies*, a própria expressão, os acidentes e as malformações da própria fisionomia. Vi isto nos documentos picturais de alguns paranóicos e epilépticos internados, — e tive ocasião de o observar também num artista não manicomial, que apresentava o *ictus* epiléptico e que constantemente reproduzia o seu tipo em tôdas as figuras que pintava de cór, — reduzindo inclusivamente ao mesmo denominador fisionómico (permita-se-me a expressão) os próprios estudos de modêlo. No velho mestre de Toledo é freqùente a auto-reprodução, — mesmo na fase de progenerescência. Conhece-se o retrato do *Greco;* é, no sumptuoso painel do «Entêrro do conde Orgaz» (igreja de S. Tomé, em Toledo), a terceira cabeça de gentil-homem que tem gorjeira branca enrocada, a contar das figuras dos

frades, — precisamente aquela que se encontra na vertical da cabeça do diácono que sustenta o cadáver. Pois não só tôdas as cabeças de gentis-homens do mesmo painel se parecem duma fórma impressionante com o retrato do *Greco*, mas também a máscara característica do pintor se estereotipia e reproduz em duas figuras da «Conversão de S. Maurício» (Escurial), no Cristo da «Ressurreição» (Prado), no «Santiago» de Toledo e em muitas outras agiografias, — com o mesmo alto frontal, o mesmo achatamento lateral do crânio, o mesmo aumento do diâmetro vertical da face, a mesma assimetria, o mesmo *nasus aduncus*, o mesmo lóbulo da orelha aderente, o mesmo lábio fino e linear, o mesmo desenho ósseo das órbitas. Êste estigma, cuja interpretação e cujo valor diagnóstico teem de ser estudados, parece-me mais um elemento de aproximação entre a arte dos paranóicos hospitalizados e a pintura secular de Doménicos Theotocópuli.

AZULEJOS

Durante dois séculos, Lisboa encheu-se de azulejos. Desde os painéis dos nichos até aos alegretes dos jardins, desde as escadas solarengas até aos cláustros dos mosteiros, o esmalte azul, branco, verde dos fornos do Monte e de Santa Catarina, cantou, floriu, iluminou tôdas as paredes, todos os vãos, todos os silhares, todos os retábulos. Não houve casa humilde da Alfama e do Bairro Alto que entre as suas rótulas verdes e os seus ferrolhos carinhosos não abrisse, em azulejos frescos e alegres, a graça ingénua dum painel da Virgem ou de S. Roque, de S. Vicente ou de Santo António de Lisboa; não houve sacristia de igreja nem casa capitular de convento onde as estalas de castanho e os arcazes de forte ferragem não batessem de encontro a um roda-pé de azulejo florido; não houve buxo e murta tosquiada de jardim do século XVIII, entre os quais não cantassem, como um pequeno pedaço de céu, o vidrado branco e azul dos ladrilhos do Rato; não houve sanca lavrada de teto de madeira que não espreitasse, nas grandes salas paceiras do tempo de D. João V, os altos fraldelhins de azulejo onde corriam, lampejando nos clarões brancos do esmalte, as fábulas de La Fontaine. O azulejo animou-se, falou, palpitou, viveu em todos os cantos, em todos os patins, em todos os eirados, em tôdas as janelas, fresco, lavado, colorido, luminoso, como

um tapête de barro vidrado desdobrado ao longo das paredes, abrindo um sorriso, pedindo uma oração, contando uma história aos séculos que fogem e passam. E as figuras, e os gestos, e as sombras, e a humanidade de outro tempo braceja, desfila, move-se nos silhares, nos canteiros, nos oratórios, nos bancos de jôgo da bola, sob as cabeceiras altas dos azulejos joaninos, — dançando diante de nós os minuetes de David Peres, cortejando-nos de dentro dos côches bamboleantes, atando, nos bosques cheios de sol, a fita azul duma liga... O azulejo não será a história; mas é a anedota. Não será a epopeia; mas é a pastoral. Não será a alma do passado; mas é o seu sorriso.

Vem isto a propósito do último livro de José Queiroz. Êste homem singular, êste anotador beneditino em cuja alma devota a história das velhas indústrias humildes se veste de ternura e se turva de lágrimas, — responde, numa linguagem simples e comovida, cheia de sinceridade e alheia a literatura, a duas perguntas que todos nós temos feito muitas vezes, diante dum painel ou dum roda-pé de azulejos, ao percorrer os cláustros de S. Vicente ou ao subir a escada do Hospital de S. José, ao entrar no palácio da *Rosa* ou ao descobrirmo-nos na *Casa das Lages* de S. Domingos: — Que fornos de oleiro teriam cozido aqueles ladrilhos? Que mão ignorada, que mão perfeita de artista os teria pintado? Nessas páginas simples e eloqùentes balbucia a história desconhecida duma indústria. Pela primeira vez, as olarias do Monte Sinai surgem, para aquêm de Valverde, opondo os seus ladrilhadores aos das olarias ocidentais da cidade. Cozendo os picheis, os potes, as albarradas e os ladrilhos, arde e crepita a chama sagrada dos fornos. Esboçam-se as primeiras conjecturas; aparecem os primeiros nomes. Agora, é o

ilustre Francisco de Matos, que pinta os azulejos admiráveis de S. Roque; logo é o oleiro Domingos Jorge, que reveste de ladrilhos esmaltados o palácio do marquês de Cascais, ao Pôço do Borratêm: aqui, é o ceramista Padralvares, modelando, afeiçoando, cozendo o barro vermelho de Lisboa; alêm é o ladrilhador José Fernandes, que ilumina, sôbre os velhos ressaltos da Alfama do século XVI, debaixo dos telhados flamengos da Mouraria turbulenta, revoante de balandraus e de aljubas brancas, uma imagem de S. José ou um ingénuo painel das Almas... Cento e setenta e sete nomes ignorados de oleiros e de pintores de louça, extraídos dos preciosos registos de testamentos que fiz incorporar na Tôrre do Tombo, aumentam, enriquecem o elenco dos artífices portugueses dos séculos XVI a XVIII. José Queiroz não evoca; mas anota admiravelmente. Não constrói; mas reùne materiais soberbos. Nas entrelinhas do seu livro simples, sente-se fermentar, tumultuar tôda a vida das olarias de S. Gens e de Santa Catarina, arder os fornos, remangarem-se braços felpudos e lambuzados de barro, empilharem-se os ladrilhos coloridos, em silêncio, gravemente, como numa olaria holandesa do século XVII. Tôda a indùstria carinhosa da argila vive nessas cento e vinte páginas. Sem que José Queiroz nô-la descreva, assistimos à pintura dos azulejos, às fornadas gloriosas de onde sáem as côres e os esmaltes, à formação dos paineis, à sua colocação paciente nos patins das escadas solarengas, nos retábulos dos nichos humildes, nos alegretes risonhos dos jardins. Tudo se movimenta, se anima, se ilumina, a uma simples nótula, a uma simples frase. E a ternura do artista pelo azulejo, como por uma criatura viva, como por um animal perseguido que sofre, — ganha, infiltra, penetra tôda a obra, enche-a de sentimento e de intenção, de hu-

manidade e de beleza. É a sua nota pessoal. É a sua maior originalidade. José Queiroz consegue que nós todos, cultos e incultos, ao cerrar o seu livro sôbre a última página, tenhamos vontade de gritar, de pedir, de suplicar por tôda essa Lisboa, por todo êsse Portugal, que não se quebre um azulejo, que não se mutile um painel, que não se derrube um nicho, — que se deixe viver por tôda a parte, brancos, verdes, azúis, floridos, cantantes, roxos de vinho, doirados de sol, êsses pequenos ladrilhos pintados onde lateja e palpita um pouco da alma portuguesa.

A FACE AUSTRÍACA

A necessidade de me referir, numa conferência realizada na Sociedade Nacional de Belas-Artes, aos documentos mais notáveis da pintura portuguesa primitiva, chamou de novo a minha atenção para as admiráveis tábuas de S. Vicente, do grande Nuno Gonçalves. A inspecção atenta dessas tábuas e o estudo demorado de determinadas figuras da dinastia de Aviz nela reproduzidas, sugeriram-me algumas considerações, que julgo interessante fixar, àcêrca da genealogia e evolução de certos estigmas somáticos de degenerescência constantes nos príncipes da casa de Áustria, e, em especial, da origem do prognatismo inferior característico dos Habsburgos.

É sabido que na raça rial de Habsburgo e nas estirpes suas derivadas, ou com ela fortemente entroncadas, se foi caracterizando e fixando, de geração para geração, um certo número de estigmas de degenerescência, e que êsses estigmas, pela fatalidade da sua transmissão e pela homologia da sua reprodução, criaram e mantiveram, no decurso de séculos, o tipo fisionómico a que se tem convencionado chamar *facies austriaca*. Êsse tipo é caracterizado, em geral, pelo achatamento latero-posterior do crânio, determinando a obliqüidade da linha bi-auricular e traduzindo-se por uma plagiocefalia mais ou menos apreciável, por um certo grau de assimetria facial, pelo aumento do diâmetro vertical e di-

minuição do transverso da face, e, sobretudo, por um prognatismo inferior acentuado, acompanhado ou não de macrognócia, e tornado ainda mais fortemente fisionómico pela hipertrofia quáse constante do lábio inferior. A iconografia dos Habsburgos é larga e eloqùente na afirmação das suas distrofias familiares. Em muitos exemplares, aos estigmas constantes alia-se o exorbitismo; em alguns, a face adenoidéa. O Carlos V do pintor alemão Cristóvão Amberger (1560); o Rodolfo II, de Martinus Rota; a Maria de Áustria da iconografia numismática; o príncipe D. Carlos, de Sanches Coelho (galeria do duque de Oñate); o cardeal Alberto, de António Wierx; o Filipe II, de Moro; o D. Sebastião, dos retratos de Cintra, Évora e Coimbra; e, superior a todos, o Leopoldo I, de Benjamim Block, — realizam, talvez, os tipos mais completos da fisionomia austríaca, e, em todos êles, às distrofias características da estirpe corresponderam estigmas funcionais e psíquicos de degenerescência.

A insuficiência de documentos iconográficos relativos à casa de Áustria, anteriores ao meado do século XV, tem tornado difícil determinar qual a geração precisa em que surgiram e se fixaram os estigmas cujo conjunto realizou a fisionomia célebre dos Habsburgos. Êsses estigmas anatómicos, ou se produziram espontâneamente na própria família por dissolução de hereditariedade, isto é, por degenerescência, ou a aritmia morfológica que os determinou foi transmitida à casa de Áustria por via de cruzamento com qualquer outra casa soberana, reconhecido como está que a mulher, mesmo quando não apresenta muito nítidos os estigmas característicos da sua estirpe, nem por isso deixa de ser um admirável agente transmissor de tôdas as malformações somáticas familiares. Na curta prefacção

dum livro recentemente publicado, (1) Henri Bouchot parece inclinar-se à segunda hipótese, considerando a estigmatização e, especialmente, o prognatismo inferior dos Habsburgos, como originário da casa ducal de Borgonha, que o transmitiu à casa de Áustria pelo casamento de Maximiliano I com uma prognata, Maria de Borgonha, filha de Carlos, o *Temerário*, prognata também. A elegante afirmação de Bouchot — «*la bouche tombante est, comme la Toison d'Or, une création française*», — seria verdadeira se Maximiliano I não fôsse já um admirável exemplar de prognatismo inferior, como o afirma o retrato atribuido a Ambrósio de Prédes e existente no *Kunsthistoriches Hofmuseum*, de Viena. O prognatismo de Borgonha reforçou, sem dúvida, o prognatismo de Habsburgo; mas não se pode considerar êste como derivado ou transmitido daquele, porque as malformações do esqueleto da face já se achavam instaladas na casa de Áustria antes do cruzamento com o veio ducal de Borgonha.

Na minha opinião, os estigmas austríacos e borgonheses tiveram uma origem comum e foram transmitidos aos Habsburgos e aos descendentes de Filipe, o *Bom*, por intermédio das raças riais portuguesas. É êste o ponto de vista que julgo novo e que desejo fixar.

A origem comum das distrofias mencionadas remontaria a Fernando, o *Santo*, de Leão. Parece ter sido no ramo leonês que se produziram os primeiros estigmas acentuados de degenerescência de tôda a grande família dinástica europeia. Fernando, o *Santo*, como se vê da estátua do cláustro de Bur-

---

(1) V. Galippe, *L'hérédité des stigmates de dégénerescence.*

gos, era já fortemente estigmatizado. Seu filho Afonso, o *Sábio*, segundo se infere da estátua votiva da catedral de Toledo (reproduzida na *Iconografía Española*, de Carderera y Solano), da miniatura das *Cantigas de Santa Maria* e da efigie do *Livro do Xadrez*, era prognata, plagiocéfalo, platirríneo, e tinha hipertrofia do lábio inferior. Os primeiros reis portugueses, a acreditar nas características somáticas tradicionais, tinham todos a «bôca grossa». A efigie de Afonso IV, reproduzida num sêlo de cêra abetumada que existiu na Tôrre do Tombo (1), aparece já dotada duma forte mandíbula; mas a degenerescência só se instala amplamente nas genealogias riais portuguesas com a figura de Pedro I, gago, epiléptico, cruel, crivado de psicopatias sexuais (2). Sabendo-se que o retardo na evolução da linguagem, a gaguez, a bradilália, são caracteres funcionais dependentes de anomalias de estrutura que estão por determinar (3), e que a gaguez coincide, freqüentemente, com malformações do maxilar inferior e dos dentes (4), não repugna acreditar que houvesse em D. Pedro um certo grau de prognatismo, ou quaisquer outras anomalias do esqueleto da face, tanto mais quanto é certo que os cronistas o apontam como tendo uma «grande bôca» (5). D. Fernando, glabro, imbecil, infanticida (6), apresenta, segundo tôdas as probabilidades, uma forte estigma-

---

(1) Casa da corôa, gav. 13, m. 11.
(2) Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, cap. VIII.
(3) J. Wyllie, *The discorders of speak*, p. III.
(4) Féré, *Famille névropathique*, p. 196.
(5) *Hist. Genealógica*, t. I, pag. 374. — Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, parte II, p. 186.
(6) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap CI..

tização somática. É, pelo menos, o que se conclúi da inspecção das efígies numismáticas conhecidas. Num tornez de prata (1), o rei aparece coroado, imberbe, pescoço alto, delgado, face comprida, exorbitismo, hipertrofia do lábio inferior, manifesto prognatismo; noutra moeda (2) não é tão nítido o exoftálmus, mas é mais evidente ainda a procidência do maxilar. É certo que não devem admitir-se, sem grandes reservas, os subsídios da iconografia numismática; entretanto, tratando-se, como se trata, dum degenerado profundo, cuja anormalidade ressalta das páginas de Froissart e de Fernão Lopes (3), e dada a acumulação da hereditariedade na dinastia pelos sucessivos cruzamentos consanguíneos, é mais do que provável que o prognatismo, evidente na efígie do tornez de prata, se tivesse de facto instalado, com D. Fernando, nas raças riais portuguesas. Entretanto, embora a iluminura da crónica de Azurara fizesse suspeitar no Infante D. Henrique um certo grau de macrognócia e uma duvidosa assimetria facial, não havia, até à vulgarização das tábuas de S. Vicente, elementos para afirmar que os estigmas físicos já verificados ou supostos nalgumas figuras da primeira dinastia, tivessem perdurado na descendência de Filipa de Lencastre.

Foi a tábua de Nuno Gonçalves, hoje conhecida por «painel do infante», que inesperadamente veio confirmar em D. Henrique e em seu sobrinho Afonso V

---

(1) *Hist. Genealógica*, t. IV, pr. B das moedas, 14. — Teixeira de Aragão, *Numismática*, tomo I, p. 35.

(2) *História Genealógica*, t. IV, pr. C, 15.

(3) Froissart, *Chroniques*, liv. III, cap. III. — Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CLXXII.

a existência de malformações do esqueleto da face, e, por conseguinte, a permanência da estigmatização somática, em especial do prognatismo, no ramo dinástico de Aviz. Com efeito, a figura identificada com o infante de Sagres, envolvida no seu mongil roxo e no seu característico chapéu amantado de Borgonha, tem uma mandíbula brutal, manifestamente proeminente, assimetria facial e aderência bem visível do lóbulo da orelha. Na figura de D. Afonso V, cuja identificação foi feita, há tempo, pelo dr. José de Figueiredo, a proeminência do maxilar é por igual eloqùente. Não podem, pois, subsistir dúvidas àcêrca da existência do prognatismo inferior nas raças riais portuguesas da primeira metade do século XV.

Quanto a mim, foram precisamente duas irmãs dos dois príncipes figurados na tábua de S. Vicente, que transmitiram êsse estigma distrófico às casas soberanas da Europa. D. Isabel, irmã do infante D. Henrique, casa com o duque de Borgonha, Filipe, o *Bom*, — e começam a aparecer prognatas na estirpe ducal borgonhesa: o primeiro é Carlos, o *Temerário*. D. Leonor, irmã de D. Afonso V, casa com Frederico III, imperador da Alemanha, — e começam a aparecer prognatas na estirpe imperial dos Habsburgos: o primeiro é Maximiliano I. Antes dêstes cruzamentos, similhante malformação não foi verificada nas duas famílias. Mas a hereditariedade acumula-se. Êste último príncipe, que era um belo prognata, casa com Maria de Borgonha, filha de Carlos, o *Temerário:* — de modo que a casa de Áustria recebe por duas vezes o prognatismo da casa de Aviz, primeiro directamente, por intermédio de uma infanta portuguesa, depois indirectamente, por intermédio duma princesa de Borgonha. E — coisa curiosa — as duas princesas portuguesas, que foram admiráveis agentes transmissores, eram mediocremente estigma-

tizadas: D. Isabel aparece no retrato do Louvre (1), que se supõe ser o de Van Eyck, como uma criatura quáse bela, face comprida, altura considerável do lábio superior, hipertrofia do inferior, ausência pelo menos aparente de prognatismo; D. Leonor, de que restam algumas efígies numismáticas e algumas frases dos embaixadores mestre Riederer e von Volckerstorf sôbre a sua beleza, era uma infantasinha anã, «*statura medioeri virgo, lauta fronte, nigerrimus atque illustribus oculis, ore parvo, genis ad gratiam, rubescentibus, cervice candida* (2), dotada de certo exorbitismo, mas sem qualquer malformação do esqueleto da face. É sabido que os estigmas anatómicos, nas famílias degeneradas, ferem menos as mulheres; que estas herdam as perturbações funcionais de preferência às perturbações plásticas (3); que, finalmente, quando originárias de ascendentes fortemente estigmatizados, transmitem os estigmas familiares característicos, ainda mesmo que não sejam portadoras dêles. (4)

As cacoplastias assim transmitidas foram-se fixando, revestindo um carácter de permanência, combinando com a plagiocefalia e com outras perturbações do ritmo morfológico que, de geração para geração, se acumularam na família de Habsburgo; a *facies austriaca* constituiu-se pela sobreposição do

(1) Baron Hervyn de Lettenhove, *La Toison d'Or*, Bruxelles, 1907.

(2) Aeneæ Silvii, *Hist. Frid III Imp.—Germ. Ber. script.* (*Schilteri*).

(3) J. Orchansky, *L'hérédité dans les familles malades*, in *Memorias da Acad. Imp. das Sciencias de S. Petersburgo*, 1894, t. XLII, n.º 8, p. 69.

(4) Von Galippe, *L'hérédité des stigmates de dégénérescence*, pag. 69.

tipo adenoidéo, tão notável em Carlos V, — e quando, mais tarde, a casa de Aviz se cruza de novo com a casa de Áustria, os produtos dêsse cruzamento, D. João, heredo-diabético, D. Maria, idiota, D. Sebastião, epiléptico, são já exemplares de fim de raça e Habsburgos típicos.

UM VAN DER WAYDEN

Há cêrca de um ano, quando, a convite do juiz que presidia ao respectivo inventário, examinei a livraria do falecido rei sr. D. Carlos, no palácio das Necessidades, o meu amigo dr. José da Figueiredo, que tão assinalados serviços está prestando à arte nacional, teve a bondade de chamar a minha atenção para um pequeno álbum onde se viam, a lápis, rápidos *croquis* de monumentos, de detalhes de arquitectura, de peças de ourivezaria religiosa, de quadros, de cabeças, apontados com a segurança, a frescura, a largueza de um artista de raça. Êsse álbum pertencêra a um grande pintor português, que encheu com o seu talento o último quartel do século XVIII e que morreu velho no segundo quartel do século XIX: Domingos António de Sequeira. Eram apontamentos colhidos ao acaso, numa viagem do artista pelos mosteiros e pelas velhas cidades de Portugal. Um dêsses apontamentos, sem dúvida o mais interessante de todos, reproduzia certo quadro que, ao tempo de Domingos Sequeira, existia ainda no mosteiro dos Jerónimos; que tinha todo o carácter das composições dos mestres flamengos do século XV, e que de lá desapareceu, não se sabe como, nem se sabe quando. O quadro perdêra-se; mas sobrevivia alguma coisa dêle no lápis fresco e, dir-se-ia, ainda húmido, do grande mestre dos «carvões». Seria uma pintura da escola portuguesa,

então fortemente impressionada pela escola de Flandres? Seria um António Florentim? Seria um Van Eyck?

Passou-se tempo, e há poucos dias, todos os jornais de Paris publicavam a notícia de que Salomão Reinach, o erudito crítico francês, transmitira ao Instituto de França uma imprevista e interessantíssima comunicação do dr. José de Figueiredo àcêrca do quadro da Batalha perpetuado pelo *croquis* de Sequeira, atribuindo a tábua perdida ao mestre flamengo Van der Wayden e identificando devidamente as duas figuras ajoelhadas e cobertas de pesadas opas de brocado de oiro. Essas figuras seriam o duque de Borgonha, Filipe, o *Bom*, e uma princesa portuguesa, a infanta D. Isabel, admirável exemplar de delírio de ciúme que Van Eyck já retratára em Portugal. O ilustre director do Museu de Arte Antiga soube fundamentar com nobre erudição e delicado escrúpulo as suas conjecturas. Segundo tôdas as probabilidades, perdemos um excelente Van der Wayden, que ainda no fim do século XVIII ou princípio do século XIX se encontrava no mosteiro da Batalha. Resta saber quando e como êle teria saído do país. Duas hipóteses podem ter-se dado: ou o quadro saiu por ocasião das invasões francesas, levado pela avidez de pilhagem dum Kellermann, dum Junot, dum Cambacères, dum Margaron, — ou foi desviado, como tantas outras riquezas, quando em 1831 se extinguiram as ordens religiosas.

É sabido que Leiria e tôdas as vilas e mosteiros dos arredores foram saqueados pela divisão do general Margaron, mandado por Junot ao encontro dos insurgentes do norte, de 5 a 8 de julho de 1808. As tropas desceram a Vila Franca, espantaram no caminho o círio da Ameixoeira, dispersaram côches, tochas, imagens, e juntas à divisão de Loison, sar-

gentão maneta, coberto de oiro, que corrêra a Beira sôbre o seu chabraque de pele de tigre, embarcaram para Lisboa. Os boletins do chefe do Estado Maior, Thiebault, que acabo de consultar, esclarecem-nos sôbre os movimentos das duas divisões. O mosteiro da Batalha estava na área saqueada. Não podia escapar à pilhagem. Da importância das riquezas roubadas fala o *Observador Português histórico e político de Lisboa* (pag. 373), descrevendo o desembarque das tropas no cais das Colunas, debaixo do sol quente de julho: «Voltavam carregados com o saque nas moxilas e carros, e os habitantes sendo espectadores pálidos de similhantes ultrajes. O saque desta expedição (Margaron), avaliado pelo menor e sem maior cálculo das miudezas preciosas, avultou a mais de meio milhão de cruzados, além dos ultrajes a freiras, a solteiras e casadas, morte de eclesiásticos e seculares, etc. A divisão do *Maneta*, apesar de ser batida pelos habitantes da Régoa e de ter perdido muita bagagem, contudo, como, por onde passou, roubou e saqueou, chegou ainda com bastantes preciosidades que ao depois se venderam para reduzir a moeda». Os franceses atravessaram a região como uma revoada de corvos. Houve, por um instante, o delírio da rapina. Claparede, que fez a sua vergonhosa fortuna em Portugal, numa campanha de roubos e concussões, levou para Paris um museu inteiro. O próprio Kellermann, filho do vencedor de Valmy, êle mesmo vencedor de Marengo, possuido do contágio do roubo em Portugal e em Espanha, fez construir mais tarde uma igreja com o produto das pilhagens da invasão e encheu-a de obras de arte religiosa, quadros, paramentos, ourivezaria, roubadas no nosso país. É quáse certo que as tábuas de Van der Wayden, acidentalmente reveladas pelo lápis de Sequeira, saíram nessa ocasião de Portugal. O grande mestre

português da *Conversão de S. Bruno* e do carvão do *Juizo Final*, que nasceu em 1768, tinha tido tempo, até 1808, para realizar a sua viagem e colhêr os admiráveis *croquis* do álbum das Necessidades.

Resta a hipótese de qualquer desvio, em 1834, no movimento de inevitável dispersão a que deu logar o decreto de Aguiar. Os inventários nessa data feitos de todo o espólio das casas religiosas extintas, encontram-se hoje em excelente ordem no novo Arquivo de Santa Joana. Se as tábuas de Van der Wayden ainda existissem, em 34, no convento da Batalha, o respectivo inventário devia fornecer-nos suficientes elementos de identificação. E, ao que numa superficialíssima inspecção pude colher, não nô-los fornece. A nobre pintura do mestre flamengo devia ter sido desviada em 1808, por mãos francesas.

RAFAEL BORDALO

Nos longos serões patriarcais da família Bordalo, serões em que, sob a presidência do grande velho, probo e admirável mestre que o duque de Palmela comissionára em Madrid para estudar a obra de Velasquez, todos os filhos se reùniam desenhando em volta da mesa até à hora do chá, aquele para quem se inclinava a predilecção paterna, o mais indisciplinado e o mais vivo, o mais tumultuoso e o mais brilhante, era precisamente o môço Rafael. Incapaz de tôda e qualquer disciplina mental, cheio de generosidades e de entusiasmos, impersistente e extremamente impressionável, com uma tendência manifesta para surpreender o lado inédito e pitoresco das coisas, as atenções do pai Bordalo voltavam-se de preferência para êle, na esperança de conseguir orientar e dominar aquele espírito insubmisso e vertiginoso onde fulgurava um verdadeiro talento. Manuel entrára na Politécnica, tentando os preparatórios do curso médico; Feliciano, já cadete, sonhava os galões de segundo tenente de artilharia; os outros, com excepção de D. Maria Augusta, eram apenas crianças que a mão amiga de Herculano acariciava. Só Rafael continuava sem destino na vida, cheio de horror aos livros, agarrado à caixa da aguarela, passeando pelas ruas a sua elegância pernalta de lindo rapaz. Um dia, acordou radiante: tinha encontrado a sua vocação. Foi-se ao espelho, rapou o

buço insolente que lhe apontava no beiço, abotoou o fraque, procurou o pai e disse-lhe à queima roupa:

— Meu pai, eu quero ser actor.

O velho Bordalo olhou o filho, cresceram-lhe ânsias de o desancar, atou as mãos à cabeça, e mandou-o saír imediatamente da sua presença. Mas Rafael não desanimou. O grande actor Rosa, um gentilhomem, amigo da família e freqùentador assíduo da casa, estava em pleno triunfo: deslumbrado pelo exemplo, que via de perto, o sonho de Rafael era ser um pequeno Rosa Pai. Daí a pouco representava pela primeira vez num teatro fidalgo que havia à Costa do Castelo, o teatro *Thalia*, — exígua caixa de amêndoas que chegou a ter tradições, onde Garrett foi algumas vezes, onde representavam rapazes da mais pura costela de oiro, e onde a orquestra, de que fazia parte o conde de Redondo, era regida pelo conde de S. Vicente. Mas, ou porque fôsse viva a oposição paterna, ou porque o próprio Rafael se reconhecesse inferior aos merecimentos de comediante que julgava ter, o certo é que a mania passou, — para dar logar a outra mais inofensiva ainda, e tão efémera como a primeira: a mania da literatura. Ao sarampo cómico sucedeu o sarampo literário. O *Curso Superior de Letras*, havia pouco instituído, inaugurava a sua primeira matrícula e com ela o seu primeiro ano lectivo: Rafael Bordalo correu a inscrever-se, e ao lado de António Enes, de Cordeiro Feio, de Gomes de Brito e de seu irmão Feliciano, ajudou a povoar os bancos quáse desabitados do Curso de D. Pedro V. Mas o seu feitio combativo e insubmisso não podia adaptar-se à disciplina mental duma escola: tinha de explodir por fôrça — e explodiu. As sátiras ao conselheiro Viale marcaram o fim da primeira e única aventura literária de Rafael, — e o velho Bordalo, inteiramente desiludido, valeu-se

das suas relações políticas para conseguir um emprêgo para o filho. Rafael foi nomeado amanuense da Secretaria da Câmara dos Pares, onde o pai servia de 1.º oficial, e depois de ter tentado o teatro, a pintura, e de as ter abandonado sucessivamente, iniciou com promessas solenes de juízo a vida burocrática, — para daí a pouco tempo a abandonar também.

Surgiu então o infalível episódio amoroso. Rafael tinha 22 anos; era um belo rapaz cheio de seiva, exuberante de vida, com uns grandes olhos profundos e negros, uma pele dum trigueiro doirado e macio, um perfil voluntarioso e dominador, um mento forte de romano; vestia com elegância, falava com vivacidade, trasbordava de *verve*, de alegria, de saúde. Era natural que o amor viesse ao encontro dêle. Um dia conheceu a ilustre senhora que hoje é sua viúva, e que ainda, agora, quarenta anos depois, conserva a relíquia gloriosa da sua incomparável beleza. Iam ambos de Cacilhas para o Alfeite, numa burricada ingénua, floridos de papoulas vermelhas, afogueados do sol que os cobria como uma poeira de oiro, quando de burro para burro — prosa eterna do Amor! — Rafael fez à futura noiva a confidência do seu afecto. Tudo ia já no melhor dos mundos quando a mãe deu pelos amores da filha. Achou que um amanuense que fazia bonécos não poderia dar um bom marido, e opôs-se ao casamento com a ferocidade duma verdadeira sogra. Rafael Bordalo viu-se obrigado a tirar a noiva por justiça, e daí a pouco casava na Igreja dos Jerónimos, numa terrível manhã de tempestade, sendo padrinho o folhetinista Júlio César Machado. Estávamos em 1866. Casado, com família constituída, ia começar para o grande artista uma vida nova. Era preciso lutar, trabalhar, viver. Meteu na mala os seus carvões, a

sua caixa de aguarela, e *bras-dessus, bras-dessous* com a espôsa, alegremente, partiu para a Quinta do Relvas, na Golegã, a passar a lua de mel. Foi aí que compôs o seu grande quadro *Bôdas na Aldeia*, que o conde de Casal Ribeiro veio mais tarde a adquirir em Madrid. Foi ainda em pleno Ribatejo, no meio de campinos de barrete vermelho, niza de belbute, polaina e espora de ferro, entre picarias de potros e manadas de bois ruivos pastando na lezíria, que Rafael, das janelas da *casa da Brôa*, encheu as páginas soberbas dos seus álbuns inéditos, algumas das quais, datadas e assinadas, teem já hoje um valor inestimável. Percorrendo as fôlhas dêsses álbuns, donde os tipos regionais ressaltam vivos, cheios de imprevisto, de movimento, de verdade e de côr, vê-se como Rafael Bordalo estudava do natural, e com quanto escrúpulo, durante longos anos de trabalho, preparou a sua obra angulosa e tumultuária de caricaturista.

Quando regressou a Lisboa, já entre a roda dos rapazes amigos — a *jeunesse dorée* de 1868 — se dizia em segrêdo, à bôca pequena, que o Rafael trazia consigo uma colecção escandalosa de caricaturas, nada menos de que os jarrões ilustres de então nas letras e na política, o que, para a severidade do tempo, constituía um arrôjo capaz de levar um homem aos ferros do Limoeiro. A notícia correu com insistência, os amigos não o deixavam, e um dia, Rafael Bordalo, cautelosamente, misteriosamente, olhando em volta com receio de que o visse alguêm, tirou de entre o colete e a camisa uma grande pasta preta, e folheando à pressa, entre as gargalhadas convulsas dos amigos mais íntimos, revelou a colecção admirável que dois anos depois, em magníficas águas-fortes, devia ser publicada com o tituto de *Calcanhar de Aquiles* (1870). É esta data que marca

o início da verdadeira caricatura política em Portugal. Infelizmente, nem tôdas as páginas puderam ser reproduzidas, devido a melindres respeitáveis que os preconceitos do tempo justificavam. O *portrait-charge*, que hoje representa uma consagração, era então pouco menos do que um insulto. Todos sabem quanto Herculano amuou com uma caricatura inofensiva de Rafael, e conhecem o curioso diálogo, travado a êsse respeito, entre os dois grandes homens, na loja de livros do velho Bertrand. Havia ainda, nesse tempo, o terror da exibição e o pânico da caricatura. O grande actor Teodorico, célebre pelo seu cachaço enorme, glabro e róseo de alemão, e pelos seus imensos pés, que calçariam os sapatos de fivela de Tolentino, levou êsse pudor ao ponto de não tirar um único retrato em tôda a sua vida e de dizer com a maior gravidade a Rafael Bordalo que só lhe permitia que o pintasse — de costas. Não admira que Castilho, ao anunciarem-lhe que ia aparecer em caricatura numa das águas-fortes do *Calcanhar de Aquiles*, tivesse chamado a sua casa o velho pai Bordalo e lhe dissesse, numa voz sufocada de comoção, pondo-lhe a mão tacteando sôbre o ombro: — «Peça lá a seu filho que não se meta comigo». O glorioso cego pensava, como de resto todos os burgueses austeros de 1860, e como ainda há pouco em França o próprio Maupassant, que «*nos œuvres appartinnent ao public, mais pas nos figures*».

Apesar de todos os embaraços e de tôdas as dificuldades, — ou talvez por isso mesmo, — Rafael começou, pela primeira vez na sua vida, a ser persistente nalguma coisa. Tinha encontrado a sua vocação. Fundamentalmente combativo, essencialmente irreverente, sentia um prazer imenso em meter a ridículo a gravidade de todos os pavões políticos e de todos os pontífices literários. As suas eminentes

qualidades de observador, a sua fantasía diabólica, a scintilação do seu lápis, o movimento, a graça, a intenção, a vida de tôdas as suas figuras, a originalidade das suas legendas e dos seus conceitos, talhavam-no expressamente para essa arte que não se ensina nem se aprende, e dentro da qual é simultâneamente preciso ser-se um artista e um homem de letras, um filósofo e um *clown*: a caricatura. No mesmo ano em que deu à estampa o *Calcanhar de Aquiles*, publicava Rafael Bordalo o seu primeiro jornal, o *Binóculo*, para onde escrevia o Leoni da Trindade e de que saíram apenas 4 números, irregularmente, no longo período que vai de fevereiro a novembro de 1870. Foi no *Binóculo* que apareceu a célebre caricatura do velho *Price*, obeso, de pé sôbre um cangirão de cerveja, e a não menos célebre *charge* ao *Dente da Baronesa*, comédia de Teixeira de Vasconcelos, representada no teatro do Ginnásio em 19 de fevereiro do mesmo ano, e onde se vêem todos os jornalistas e críticos do tempo, — Ramalho, Biester, Santos Nazaré, Pinheiro Chagas, Vieira de Castro, Silva Gaio, Santos Pitorra, Tomás de Carvalho, Luís Augusto Palmeirim e o Sampaio da *Revolução*. Não se pode fazer hoje a mínima idéa da impressão de assombro produzida pelas primeiras caricaturas de Rafael Bordalo. Costumados aos bonecos inofensivos do *Rabecão* e do *Duende*, para onde desenhava um sujeito ingénuo chamado Manuel Vitor Ribeiro, que morreu professor de desenho em Faro, os homens de letras só então sentiram e compreenderam todo o imenso prestígio da caricatura. O môço Rafael começou a ser olhado como uma criatura perigosa, que era preciso acariciar de vez em quando. O sucesso deu-lhe alentos, e no ano imediato (fevereiro de 1871) lançava o seu segundo jornal, *A Berlinda*, de que saíram 7 números, espé-

cie de fôlha volante de caricaturas coloridas onde a política representava um largo papel. Foi aí que Rafael Bordalo publicou o seu «mapa da Europa», soberba página de política internacional comentada em verso por Clemente José dos Santos, — onde a Grécia é um caranguejo, a Inglaterra um marinheiro bêbado que vomita navios, a França um magro Rochefort, de barrete de dormir, dando um clistér a Napoleão III. Foi igualmente nos cartões da *Berlinda* que apareceu a glosa caricatural à conhecida frase de Saraiva de Carvalho — «o manto rial é capa de ladrões», com um Loulé, um Mendes Leal, um Carlos Bento admiráveis; a troça sangrenta ao barão de Rio Zêzere por ocasião da *Chiadinha:* a alusão à série de conferências democráticas iniciadas por Antero, Batalha Reis, Eça de Queiroz, Soromenho, Gomes de Brito, Luciano Cordeiro, e abafadas pelo cache-nez do conde d'Ávila, então ministro; e, finalmente, a *charge* hilariante do *Mercado dos Melões* (episódio do 19 de maio) onde Saldanha, acocorado sôbre a Tia Consciência, toma o pêso aos melões célebres do tempo, — marquês de Valada, o Carlos Bento, o barão de Lagos. Mas a *Berlinda*, publicação cara, não dava interêsses apesar do seu êxito enorme, e Rafael viu-se obrigado a suspendê-la para tentar os folhetos soltos de caricatura, de ordinário comentados pela pena alegre de Júlio César Machado. Vieram então os *Provérbios e Anexins* (1871), os *Apontamentos sôbre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa* (1872), e a *História trágica duma empresa lírica* (1873), folheto graciosíssimo, alusivo a uma das épocas mais agitadas do teatro de S. Carlos. Neste último ano, o ilustre artista publicava também a série litográfica dos nossos grandes actores, que pode considerar-se a obra-prima do *portrait-charge* em Portugal: António

Pedro, Rosa Pai, Teodorico, Delfina, Santos Pitorra, Rosa Damasceno, Manuela Rey, etc. Um acontecimento aparentemente simples, mas que podia ter tido sôbre a vida de Rafael Bordalo uma decisiva influência, veio interromper aquela série magistral que prometia prolongar-se ainda com o mais extraordinário êxito: a sua viagem a Espanha. Em 1873, o grande artista partiu para Madrid como correspondente da *Ilustração Inglesa*, e as suas páginas de reportagem caricatural obtiveram na Inglaterra um tal sucesso, que Ingram, director da *Ilustração*, ainda hoje vivo, propôs-lhe levá-lo consigo para Londres, a título de colaborador efectivo, com um ordenado fabuloso e comparticipação nos lucros da empresa. Mas Rafael — eterno sonhador! — atirou a sua luva branca, como um desafio à sorte, e preferiu voltar para Portugal.

Em 1875, já de regresso, a luta recomeçou com mais persistência, com mais tenacidade. Tinha dois filhos, uma família constituida, hábitos e necessidades de *grand-seigneur;* atravessava a crise romântica das aventuras e do chaile-manta, dava-se ao luxo de ter paixões, — precisava de dinheiro. O jornalismo tentava-o: lançou-se ainda no jornalismo. Nesse mesmo ano aparecia a *Lanterna Mágica* (1875), o primeiro grande jornal português de caricaturas. Foi um acontecimento. Rejubilou a rua; alarmou-se o Paço. O director artístico era Rafael, os colaboradores literários, Guerra Junqueiro e Luís de Andrade. Tudo parecia anunciar que o novo jornal seria próspero, — tudo, menos a sua administração. Um belo dia, inesperádamente, do mesmo modo absurdo por que morrera o *Binóculo*, porque morrera a *Berlinda*, em pleno êxito, em pleno sucesso, — a *Lanterna Mágica* morreu. Rafael encontrou-se, de repente, reduzido ao seu logar de amanuense da Câmara dos

Pares — e à mais orgulhosa pobreza. Arrependeu-se mil vezes de não ter aceitado a proposta de Ingram, de ter dado um pontapé na fortuna, fez as malas, abraçou a mulher, beijou os filhos, e na ilusão de que partia ainda para Londres, como quem foge, como quem se liberta, como quem finalmente respira, embarcou no *Potosi*, a 19 de agosto de 1875, a caminho do Brasil.

Começou então o seu período faustoso. Uma vez no Rio, depois duma terrível viagem que deixou comentada nos desenhos dum álbum e em que o acompanhou um pobre rapaz da família Berquó, expedido pelo pai com destino ao comércio, Rafael Bordalo, recebido com as honras a que já lhe dava direito o seu nome ilustre, instalou-se principescamente no palácio do visconde de Faro e Oliveira e fundou, com mais onze bons rapazes, a tradicional república das Laranjeiras. Êsses rapazes, todos portugueses, eram o grave Tomás de Aquino, por êles eleito «presidente da república»; o Cunha Vasco, o Mateus de Magalhães, filho do grande José Estêvão; o Ávila; o Adriano; o Ciríaco de Cardoso, então na plena floração do seu talento; o Modesto Ribeiro, a quem se deve a fotografia que hoje existe do grupo; o Manuel da Silva; o dr. Raymundo; o Arthur Napoleão e o guarda-livros Luís Canedo. Ao contrário de tôdas as boémias clássicas onde há bancos de pinho e jaquetões de veludo, muito talento e pouco dinheiro, muito coração e poucas mulheres, — a boémia de Rafael Bordalo, com uma sumptuosidade insolente, dava concertos e *après-soupers*, montava *douches* nos tanques de mármore do jardim e permitia-se o luxo de fazer arrastar sôbre os seus tapêtes a cauda de sêda de tôdas as mundanas internacionais. Pelas fôlhas de álbum do nosso Daumier, relativas ao primeiro ano do Rio de Janeiro, passam

fugitivamente, em breves apontamentos a lápis que o tempo desmaiou, as figuras dessas freqüentadoras galantes das Laranjeiras — umas sentadas ao piano, outras recostadas em poltronas, a perna traçada, o *bout-de-jambe* a entrever-se sob os folhos tufados de *gros* de Nápoles. Rafael, que com o seu trabalho ganhava rios de dinheiro, era o mais pródigo e o mais elegante de todos, o Jorge IV de Inglaterra, o *Sir* George Bryan Brummell da república de Tomás de Aquino; usava quáse sempre calça de duraque côr de ganga, rabona de pano, bengala à *pomme d'or*, e tinha as suas gavetas atafulhadas de tanta e tão magnífica roupa branca, que durante um ano todos os seus 11 companheiros vestiram só as camisas dêle. Foi na república das Laranjeiras, fazendo uma vida intensa de arte e de dissipação, que o grande artista lançou, baptizado pelo Champagne duma ceia, o seu primeiro jornal de caricaturas — o *Besouro* (1876). Colaboravam-no José do Patrocinio, Lopes Trovão, Artur Azevedo, — nada menos do que os principes dos escritores e dos oradores novos. O sucesso foi de tal ordem, que os números do jornal eram disputados na rua a sôco e o nome de Rafael pronunciado com verdadeiro pavor nas camadas conservadoras, que viam no seu génio estupendo um elemento de dissolução e de desorganização. Ao passo que o povo, as mulheres, os artistas o adoravam, — os politicos olhavam-no com mal disfarçada antipatia. Um dia, certo senador velho, ou porque o irritasse o janotismo e a prodigalidade agressiva de Rafael, ou porque o *Besouro* lhe tivesse publicado a caricatura, levantou-se com solenidade na Câmara, pediu a palavra, e visando manifestamente o artista, declarou que o Brasil acolhia de bom grado os portugueses quando êles vinham de jaléca de briche de trinta botões oferecer-lhe o seu

braço e o seu trabalho, mas que não precisava de janotas que ainda por cima lhe pagavam a hospitalidade com a agressão e o escândalo. Dois dias depois, Rafael aparecia na rua do Ouvidor, às 4 horas da tarde, vestindo um extraordinário casaco de mescla azul e branca, abotoado — horror! — com trinta enormes botões!

Entretanto, da reprimenda do senador brasileiro alguma coisa ficou no espírito do ilustre artista: a consciência de que similhante vida de dissipação estava atraiçoando as intenções da sua viagem. Compreendeu que a república das Laranjeiras era faustosa de mais para um rapaz que ia buscar fortuna, e resolveu-se, ao fim dum ano, a mandar seguir para o Rio a espôsa e os filhos. Começou então para Rafael Bordalo um período de trabalho regular, metódico, fecundo. Depois do *Besouro* publicou o *Mosquito* (1877), outro jornal de caricaturas que fez época, e em seguida o *Psi* (1879), sempre com um êxito público que tornava a sua vida de jornalista largamente remuneradora. Mas, quando já todo o Rio tinha por êle uma verdadeira adoração, quando já todos os brasileiros se orgulhavam de Rafael Bordalo como dum génio nacional, um acontecimento imprevisto e extremamente grave veio tornar impossível a sua permanência no Brasil. Representavam-se, em dois teatros do Rio de Janeiro, simultâneamente, duas óperas de sucesso: — o *Guarany*, do maestro brasileiro Carlos Gomes, e o *Eurico*, do maestro português Miguel Angelo. Por um dêstes movimentos bruscos de chauvinismo, que são quáse sempre, sobretudo nos países novos, a expressão dum nobre sentimento nacional, os brasileiros correram em massa a patear o *Eurico;* os portugueses pagaram-se na mesma moeda pateando o *Guarany;* a questão azedou-se, generalizou-se na imprensa,

apaixonou a opinião, — e Rafael, que admirava Carlos Gomes, que já lhe dedicára no *Mosquito* páginas de saùdação fervorosa, viu-se obrigado a comentar o incidente, no seu jornal, duma fórma àspera para os brasileiros. Daí por diante, a sua situação no Rio tornou-se insustentável. Chegaram a persegui-lo, a ameaçá-lo de morte, e uma bela noite, altas horas, quando recolhia a casa atravessando o jardim, um mulato vibrou-lhe uma navalhada que lhe rasgou a calça de lado a lado. Salvou-lhe a vida uma cigarreira de prata que trazia no bôlso. A espôsa, os amigos, os próprios indiferentes aconselharam-no a que partisse, a que saisse do Rio, a que evitasse uma desgraça, e Rafael, obrigado, arrastado, sem coragem para deixar aquela linda terra em que vivera com o fausto dum grande de Espanha, regressou em maio de 1879 a Portugal, onde logo à chegada lhe ofereceram — ironia amarga do destino! — a sua reintegração no antigo logar de amanuense da Câmara dos Pares.

— Se tenho aceitado, — dizia o ilustre artista já no fim da vida — era a estas horas conselheiro!.

Uma vez em Lisboa, impunha-se a necessidade de recomeçar. Dir-se-ia que na adversidade Rafael encontrára novas energias. Tinha chegado em maio de 1879; em junho do mesmo ano, um mês depois, já os garotos desciam o Chiado, numa algazarra, apregoando o primeiro número do *António Maria*. Era o sétimo jornal de Rafael Bordalo. Colaboravam Ramalho, Junqueiro, Guilherme de Azevedo, com um brilho, uma vivacidade admiráveis. Alguns números, duma irreverência que atingia a própria rialeza, tinham o ar de verdadeiros panfletos. O grande artista atravessava uma nova fase. Á caricatura de situações, que enchera de movimento e de graça as páginas de oiro da *Berlinda*, do *Binóculo*, dos folhetos,

— sucedia a caricatura de costumes, de tipos, agredindo, achincalhando, demolindo. A caricatura-pantomima cedera o passo à caricatura-libelo. Foi então que Rafael encontrou ensejo para retomar e ampliar êsse tipo supremo que deixára apenas apontado numa pagina imortal da *Lanterna Mágica:* o *Zé Povinho*. Criação do grande artista, como o *Débordeur* é criação de Gavarni, como a *Tête de Poire* é criação de Phillipon, como o *Robert Macaire* é criação de Daumier, símbolo eterno do português sofredor, humilde e pé de boi, herdeiro directo do bom senso de Sancho Pança e da filosofia secular dos franciscanos pedintes, o *Zé Povinho* foi, daí por diante, desde a fúria *sans-culotte* do *António Maria* até ao pessimismo amável dos últimos tempos, o comentador predilecto da obra de Rafael Bordalo. Aparece em tôda ela, com a sua face larga e risonha, o seu chapéu braguês, o seu jaquetão de saragoça, a sua bonomia e a sua albarda; surge inclusivamente no *Álbum das Glórias* (1880-1881), onde o artista reúne tôdas as sínteses e todos os tipos célebres, desde a transparência de Braamcamp até à meia azul da Ratazzi; revive nos *Pontos nos ii* (maio de 1885) ao lado da velha de capote e lenço, outra figura que acompanha como motivo acessório a obra de Rafael; reaparece na *Paródia* (janeiro de 1900), inglês e scintilante, de sobrecasaca e chapéu alto, pedindo *wishy and soda;* e por último, tendo invadido a literatura e a indústria, o Carnaval e o teatro, o jornalismo e o Parlamento, consubstanciando em si todo o feitio, tôda a alma duma raça, todo o sentimento dum povo, é ainda êle que surge diante de nós, modelado no barro fidalgo das Caldas, — soprando a bochecha vermelha no fundo vidrado das faianças, transformado em malga, em bilha, em cinzeiro, em púcaro, companheiro fiel da obra assom-

brosa do oleiro, como já o fôra da obra imensa do panfletário. Mas como se deu essa transfiguração? Como transitou êsse símbolo eterno da caricatura para o barro? Como foi que, na volta do Brasil, Rafael nos apareceu ceramista e *potier d'art?*

Uma ida às Caldas, por acaso; uma conversa rápida com o rei D. Fernando, que mostrára, em experiências já feitas, que com a faiança nacional se podia imitar Palissy; os estudos de seu irmão Feliciano no sentido da resurreição do azulejo português e da criação industrial dum novo tipo de telha; sôbre tudo isto uma inspiração de momento, — e de repente, quáse sem preparo, quáse por instinto, tocado da fulguração do génio, Rafael executava, em 1884, na fábrica do Avelar, a primeira peça de faiança que se conhece firmada pelo seu nome: um prato pequeno, modesto, com as bordas de vidrado verde e uma figura de mulher, de guarda-sol vermelho, levemente pintada no fundo. Já a êsse tempo (1883, 1884) pelo prestígio do artista, pelo impulso dos seus amigos, pela perseverança de Feliciano, pela convicção geral de que uma grande olaria seria um filão precioso num país tradicional na indústria do vasilhame cerâmico, — começava a escolher-se terreno, a formar-se uma companhia, a lançar-se os fundamentos do que daí a pouco deveria ser, simultâneamente, a grande escola e a grande manufactura de faiança portuguesa das Caldas. A partir de então, inaugurada a fábrica, a actividade de Rafael Bordalo tornou-se prodigiosa. Enfiado num blusão de linho, as mãos lambusadas de barro, a face congestionada do calor dos fornos, o grande artista, príncipe dos artistas do seu tempo, trabalhava mais rudemente do que o último dos seus operários. Jornalista e oleiro, panfletário e ceramista, tendo de dividir as suas horas pelas duas profissões que se criára, an-

dava de Lisboa para as Caldas, das Caldas para Lisboa, desdobrava-se, multiplicava-se, modelava, ensinava, dirigia, estudava e combinava as preciosas argilas da região, ressurgia as velhas fórmas do vasilhame nacional, criava modelos, educava operários, — e ao fim de três anos de fadigas extremas, a que não resistiria uma compleição menos robusta, tendo de cuidar ao mesmo tempo da sua obra de jornalista e do engrandecimento industrial da sua fábrica, organizava, com o assombro de todos, uma exposição de faiança portuguesa no Ateneu Comercial do Pôrto (1888) e concorria, com não menor assombro e não menor triunfo, à Exposição universal de Pariz (1889). O sucesso feito pelo homem e pelo artista na grande capital, onde a olaria das Caldas se bateu, brilhantemente, com a moderna faiança dinamarquesa, afirmam-no bem a medalha de oiro então concedida à fábrica, e a admiração incondicional de homens como o velho Charcot, que todos os dias, para poder ver e estudar de longe Rafael — «*c'est un type, le portugais!*» — ia tomar pontualmente um cálice de Madeira à nossa instalação.

Daí por diante, a obra do grande artista é um prodigio. Desde as páginas da *Paródia* até às figuras magistrais da capela do Bussaco; desde a terra-cota de Eça de Queiroz até à baixela de prata do Visconde de S. João da Pesqueira; desde as *barbotines* ligeiras até à sumptuosa jarra Beethoven, — quantas maravilhas deve a arte nacional aos últimos anos de vida de Rafael Bordalo! E como essa vida foi produtiva e fecunda, cheia de nobreza e de scintilação, de seiva e de mocidade, quáse até à hora amarga em que seu filho Manuel, piedosamente, lhe cerrou os olhos! É a êsse filho, a quem ficou como herança não só o maior dos nomes mas a mais pesada e a

mais esmagadora das tradições, que hoje se impõe continuar, com a serenidade do dever cumprido, a obra eterna de seu pai. O seu talento e o seu culto nos recordarão que o País deve ao grande Morto uma estátua, — e que essa dívida, tarde ou cedo, é necessário pagá-la.

ASPECTOS E TIPOS

CIGANOS

Ainda pude assistir êste ano, em Évora, ao levantar da feira de S. João. Levou-me à velha cidade o estudo do arquivo do cabido eborense, — que depois do seu congénere de Braga, é o mais rico do país em monumentos paleográficos. Os mais antigos pergaminhos avulsos, de que organizou uma «suma» o cónego Gonçalo Dias em 1341, e que os chantres Baltasar de Faria Severim e Manuel Severim de Faria, em 1608 e 1618, coseram às fôlhas de quatro velhos livros de côro do século XVI, fui encontrá-los arrumados, na casa do cabido, — dependência do cruzeiro da Sé, que abre para os terraços da porta do Sol, — nos armários de castanho lavrado abrochados de fortes ferragens, que cobrem em tôda a volta, como um baldaquino, os arquibancos capitulares. Tive vontade de ficar ali, debaixo daquele teto apainelado que um artista do século XVII entalhou no mesmo nobre castanho dos arcazes; de imobilizar-me, na vaga poeira doirada que entrava pelas grades daquelas duas janelas de arco redondo, entre as quais, dentro dum armarete empinado sôbre uma forte mísula, dormia plácidamente o seu sono secular e pulverulento o missal manuscrito do cónego Diogo Velho.

Quando saí da Sé arquiepiscopal, da frescura silenciosa da sua tríplice nave de granito, tive a impressão de que assomava à bôca duma fornalha ar-

dente. O sol do mais quente dia de junho que tem crestado os campos de Évora, faúlhava na areia das ruas, reverberava nas paredes caiadas de branco, arrancava chispas de oiro ao mugre das pilastras, dos cunhais e dos alpendres, irradiava, esplendia, sufocava, cegava, alongava por sob os arcos, ao longo das silharias, no vão quebrado dos gigantes, no lagêdo das alfurjas, sombras rôxas, sombras espêssas, sombras ardentes que escaldavam mais ainda do que a própria chapada da luz crúa. Era o sol do Alentejo, era o bafo pesado do suão, que pareciam trazer consigo, na sua asa de fogo, o perfume acre do tojo ardido, o aroma longinquo da charneca abrasada, como se o vento quente duma queimada enorme espalhasse ainda as suas faúlhas sôbre os eirados de pedra da cidade dos Arcebispos.

Era o último dia da festa de S. João; mas não se via viv'alma nas ruas, não havia uma janela aberta, não se adivinhavam uns olhos de mulher na sombra duma rótula ou dum postigo. Ninguêm. A cidade, fugida do sol e das lufadas africanas que sopravam de tôdas as vielas, de tôdas as calejas e de tôdas as betesgas, recolhêra-se a casa e estirava-se de bôrco pelos corredores de tijôlo, pelas adegas frescas, pelo lagêdo frio das copas e das cozinhas. Évora, fatigada de calor, dormia a sésta. Só na volta duma rua, num recanto de sombra quebrado pelos arcos romanos do aqueduto, uns farrapos coloridos, atirados por terra, pareciam mover-se junto de três machos que sacudiam as guizeiras, picados dos moscões. Era um bando de ciganos, que levantára da feira. Três mulheres de saias amarelas, com uns olhos enormes rasgados numa face de sépia, os cabelos negros espelhando untados de azeite, um estropalho vermelho à volta do pescoço, soalhas doiradas nas orelhas, atavam os filhos às costas, em

alforjes, para seguir jornada; dois homens, um velho, barbuna branca, pungindo sob um forte nariz semita, outro môço, esbelto, macilento, triste, tipo de Nazareno da pintura espanhola que tivesse posto uma niza de cotim e umas esporas de ferro de Guimarães, — aparelhavam os machos, lentamente, com albardões moiriscos de volta em meia lua onde se esbeiçavam fortes ceirões de esparto torcido.

Meti-me num portal e observei-os. Eram exemplares acabados do cigano do Alentejo, do cigano de Espanha que as feiras atráem, caldeireiro hoje, troquilha, saboneiro e espotrejador àmanhã, praga dos lavradores, terror supersticioso dos «montes» e dos casais, mestre na alquilaria e na alveitaria, na arte de assinalar uma bêsta zaina ou de grozar uns cascos com verdugos, — expressão errante do génio da aventura e do desamor instintivo à lavoira e à terra. Segui-lhes os movimentos. Um dêles, para cortar um cabresto de corda, arrancou da cinta uma tesoira de tosquiar gado; limpou o ferro de cada lâmina, voluptuosamente, ao pêlo dum macho; tornou a esconder a tesoira na cinta de lã verde, e emquanto o mais môço, depois de alforjar numa almarrona umas estribeiras de latão, ajudava as mulheres a subir para as bêstas, — o cigano velho, contando o dinheiro que desatára dum lenço de ramagens, batia moedas de prata sôbre o lagêdo da rua. Nisto, como passasse perto, debaixo do seu guarda-sol alentejano, um homem vestido de luto com um ramo de cravos vermelhos na mão, uma das ciganas, já de cima do macho, debruçou-se e pediu-lhe esmola. O homem passou resmungando e as pragas uivaram-lhe nas costas: — «*Adiós! La escoba negra barra tu casa!*» — «*Como las ruedas de un vapó te veas, con el agua al cuello y dando vueltas!*» — «*Permitta*

Diós que donde quiá que llegues te digan que no!»
E o bando abalou, viela fóra, ciganos e mulheres, crianças e machos, devagar, indiferentes ao suão que ardia e ao calor que abrasava, chouteando numa raçada de poeira e de sol, como farrapos coloridos que o vento levasse.

— «Vê aqueles ciganos que ali vão? — apontou o homem dos cravos encarnados, ao passar por mim, junto do portal. — Por duas moedas de cinco, mataram o ano passado um homem na feira de Vila Viçosa . . . »

UM BRAZÃO

Escudo esquartelado: o primeiro e quarto das armas do reino; o segundo e terceiro de vermelho, castelo de oiro, o campo mantelado de prata com dois leões batalhantes de púrpura armados de vermelho, bordadura de escaques de oiro e de veirado de vermelho e prata, de vinte peças. Timbre: um leão do escudo, nascente, armado de vermelho.

Estou a vê-lo. Um soberbo velho, com um sólido arcaboiço de português antigo, a que não iria mal uma samarra de veludo negro do século XVI. Dir-se-ia o modêlo intonso e formidável do velho do Restelo, de Columbano. Crânio rapado, redondo, bosselado, grisalho. Olhos risonhos, virginais, tranqùilos, abrindo numa face curtida e trigueira, revôlta de barba como as cabeças de apóstolo de Perugino. Uma ossatura forte, larga de envergaduras, desafiando os estragos e as devastações do tempo. Uma bôca sem dentes, uma camisa sem gravata. Um casaco de saragoça pelas costas.

Era o marquês de Anjeja.

Conheci-o na casa do Lumiar, um ano antes da sua morte. Ninguêm diria que estava ali um descendente de Henrique II de Castela, o representante da

nobre varonia dos Noronhas, um dos maiores fidalgos de Portugal, cuja nobreza se esquartelava em esmaltes e metais, ao pescoço dum animal heráldico, no teto de oiro da *Sala dos Veados*. A primeira vez que o vi, passava êle na quinta, um chapeirão largo à cabeça, batido do sol, entre os pilares caiados duma nora. Não se extremava dos malteses que, além dum barbeito, segavam um campo de milho. Sentia-se em tôda a sua pessoa, em tôda a sua figura rústica e forte, achamboirada e risonha, a aspiração do regresso à vida simples, às fórmas ingénuas da natureza, à intimidade sagrada da terra mãe. Simplificar a vida parecia ser o seu sonho de filósofo. Palpitava nêle a ânsia primitiva dos velhos donatos carmelitas, que se isolavam no seu tabardo de burel, abrindo à semente as leiras fecundas. Confinado na sobriedade de certos hábitos de vida e de certas privações voluntárias, desconhecia por inteiro as necessidades progressivas que a civilização vai criando à criatura humana. A impropriedade do seu vestuário era uma das expressões mais pitorescas da sua insociabilidade, da sua inadaptação, da sua luta aberta com o meio. Um dia apareceu em Lisboa, vindo da quinta da Lapa, tisnado de sol, um barrete verde na cabeça, um alforje às costas, um varapau na mão. Outro dia, D. Virginia Viseu, prima da viscondessa de S. Caitano, vendo-o entrar pelas suas salas abordoado a um valente cacete de zambujo ferrado, pediu licença para lhe oferecer uma bengala antiga de unicórnio e oiro. Doutra vez ainda, atravessou o Rocio, simplesmente, despreocupadamente, trazendo um quarteirão de sardinhas dentro dum lenço vermelho de Alcobaça. Inadaptável à sociedade em que nascera e, por conseguinte, foragido dessa sociedade, o marquês de Anjeja buscava o convívio do povo, metia-se na adega a contar histórias aos trabalhado-

res da quinta. Durante muito tempo, veio a Lisboa no dia da procissão do *Corpus Christi*, pegar às varas do pálio: mas essa mesma relíquia de contacto com o mundo desapareceu quando o rei D. Luís o obrigou, pela primeira vez na sua vida, a calçar a luva da mão direita.

Daí por diante, refugiou-se na casa do Lumiar, passeando na sua grande varanda de tijolo, entretendo-se, lá baixo, na horta, a fazer dançar um pato trôpego de vinte anos que fôra do irmão D. António, ou falando a um boi velho, a um boi ruivo e inválido que já não podia trabalhar e que êle aposentára, sôbre um monte de palha, numa das salas do palácio. A casa onde vivia, o seu próprio quarto de cama, estavam cobertos de poeira, de terra, de teias de aranha. Ao pé do leito, dormiam três contadores de pau santo do século XVII, atulhados de cintas de todos os jornais que recebia. Na gaveta duma cómoda, botões, pregos, verrumas, uma cabeça de santa, de prata, cordeis, caixas de rapé, — e por baixo de tudo isto, misteriosamente, dinheiro, moedas de oiro, libras escondidas. Por tôda a parte, por todos os cantos, em todos os vãos, sôbre todos os móveis, chapéus de todos os feitios, de todos os tempos, de tôdas as fórmas, de feltro, de abalroar, de côco, tricórnios, chapéus altos, chapéus bragueses. Antes de se deitar, à noite, tinha longas conversas com um retrato da marquesa de Chaves, a óleo, que se lhe debruçava, empenachado de plumas, sôbre a cabeceira do leito.

No fim da vida, uma ampliação doentia do sentimento de defesa levou-o até ao esbôço de ideias sistematizadas de perseguição. Ás vezes, nas quintas da Lapa e da Prata, fechava-se por dentro, trancava tôdas as janelas e comunicava com o exterior por intermédio dum cêsto e duma corda. Tal qual como

o pai, o conde de Peniche, que atravessou todo o período em que foi ministro em Bruxelas sob a preocupação dolorosa de que o queriam envenenar, — o marquês de Anjeja escondia sacos de dinheiro debaixo da cama, cosia moedas nos enxergões, julgava-se perseguido pelos padres, e repetia constantemente:

— Mataram meu pai. Mataram-me dois irmãos. Se me matarem a mim ficam logrados, porque tenho o testamento no govêrno civil.

Não dava coisa alguma quando lha pediam. Mas, se lha levavam, deixava-a levar sem um protesto, sorrindo, numa passividade e numa indiferença absolutas. Tinha uma imagem da Senhora do Patrocínio, de roca, ricamente vestida e cheia de jóias, em casa duma vizinha a quem dava poisada nos seus paços. Foi tal o acanhamento de lha pedir, que a deixou ficar onde estava. A sua bondade era tão grande como a sua simplicidade. A sua honradez tão alta como a sua nobreza. Nos últimos tempos, uma cirrose atrófica devastou-o. Inchou. Na véspera da Senhora da Conceição, a quem chamava a «sua patrôa», mandou comprar uns sapatos de fivelas de prata para ir no Ano Bom ao Paço; desceu à adega com os trabalhadores; bebeu com êles e voltou triste. No dia imediato caíu de cama: era domingo. Na quinta-feira piorou. No dia 16, lembrou-se de que o pai, conde de Peniche, morrêra oito dias depois de ter mandado comprar a Lisboa uns sapatos de fivelas de prata; teve uma excitação intensa, gritou, esbracejou. Nesse mesmo dia morreu. Ao voltarem o cadáver para o vestir, golfou-lhe sangue da bôca que ensopou dois lençóis: tinha sucumbido à ruptura de varizes esofágicas.

Ainda ontem voltei a vêr-lhe o brazão no teto da *Sala dos Veados*, a um canto do alto apainelamento

de talha, scintilando esmaltes e metais sob o veado heraldico do timbre:

Escudo esquartelado: o primeiro quartel das armas do reino e o segundo e terceiro de vermelho, castelo de oiro, o campo mantelado de prata...

ARTILHARIA EM MARCHA

Saimos de Vendas Novas à 1 e 25 da madrugada. A bateria, treinada na Escola, aparelhou e engatou para a marcha, na escuridão da parada, em silêncio. Movimentos automáticos, medulares, nítidos. Apenas o ferrolhar do engate, o escarvar das muares na terra, o estalar das manoplas, o toque dos clarins. O meu cavalo, um baio doirado, calçado da mão da lança, inteiro, morto depois na manhã de 4 de outubro, rinchava, estremecia, inquieto. As espadas tilintavam nos estribos. Fechavam-se, com estrondo, as portadas de ferro dos cofres. Cantavam cigarras, ao pé de mim, em moitas que rescendiam. Nem um grito. Nem uma palavra. E a coluna pôs-se em marcha, lentamente, na escuridão, — oficiais à testa, esclarecedores atentos, clarins silenciosos.

Era uma coluna profunda. Quatro peças, quatro carros de munições, um carro de bateria e um carro de esquadrão, trôpego, corpulento, enorme, arrastando-se de tirantes tensos, à força de seis muares espanholas, zebradas, as melhores da bateria. A testa vinha a passo. Atrás de nós, o rumor surdo de quarenta rodados arrastava-se, pesado e sonolento, sôbre o macadame. Na frente, um céu de verão, negro, baixo, tranqùilo, descia quáse a prumo, até chegar, no extremo do horizonte, raso com a terra, a confundir as estrêlas rasteiras com janêlos de casal, vermelhos de luz. Deixámos à esquerda o

Vidigal, sombras brancas de muros e de casas, — a praça de toiros, o palácio onde o rei D. Carlos vinha aos domingos, de jaleca de briche e sombreiro alentejano, caçar. Meteu-se a trote, emquanto houve estrada. Meia hora depois, uma lufada branca e cheirosa de tojo anunciou a charneca; os cavalos rincharam, contentes; os esclarecedores meteram a passo; a bateria seguiu pelas terras, aos solavancos, tropeçando, num ruído de centenas de matracas que batessem, descompassadas, sôbre uma imensa fôlha de ferro. Os serventes vinham dormindo, sentados nos cofres. Os condutores levantavam as manoplas para espertar o gado. Eram três horas e meia quando começou a clarear o nascente; o ar cortava; já se via melhor o caminho, carreteiro e difícil. O torpor da madrugada, tão conhecido de quem faz longas marchas pela noite, começou a invadir-me; ao meu lado, o comandante, inclinado sôbre o seu picarço escuro, dormia; as pálpebras pesavam-me como chumbo, e o meu cavalo, com mêdo das sombras, a estremecer e a recuar, acordava-me de quando em quando. O andamento afrouxou. Os próprios cavalos tropicavam, sonolentos. Seguia-nos uma nuvem de poeira. Um silêncio mortal pesava sôbre a bateria em marcha.

Chegámos ao Canha. A vista da água baixa, espelhando, como uma solda de prata, ao quarto minguante, espertou-nos. A bateria ia passar a ribeira. Os nossos cavalos, metidos ao vau, com a água pelas quartelas, chapinavam. Já na outra margem, depois de passarem as viaturas e de estar a sêco o pesado carro de esquadrão, que enterrára os rodados no lôdo — o clarim fez o toque de alto; em seguida, o de apear dos cofres. Então, a uma palavra do comandante, os serventes, entorpecidos ainda, correram às bagagens a buscar pífanos e harmónios,

vieram para a frente da coluna, e quando a bateria se pôs de novo em marcha na meia luz vaga da ante-manhã, trinta ou quarenta mocetões robustos, maciços, tronchudos, estuantes de raça, ardidos do sol e da poeira, beirões uns, estremenhos outros, bons rapazes todos, lá foram, adiante de nós, pela espessura dum pinhal, a bailar, a sapatear, a desnalgar-se, a cantar como numa romaria, ao som nostálgico e fanhoso dos harmónios, ao guincho agudo dos pífanos de lata, ao ritmo batido nos coiros surdos dos adufes alentejanos, que acordavam a passarada adormecida ainda nas frondes altas dos pinheiros. E assim se fez a marcha da bateria, — agora já em plena charneca, pelas carquejeiras ásperas, seguindo carreteiros barrentos, selvagens, cavados pelas águas e secos pelo sol. De vez em quando, as muares lá prendiam os canelos da ferradura nas rigotas dos tojos; lá se afundava um armão num barranco; lá se afocinhava de borco na urze, a praguejar, um tronqueiro ou um sota-guia, mas a coluna seguia sempre, já sol fóra, matraqueando, ferrolhando, cascalhando, tropeçando, galgando barbeitos, cortando moitas, atrás dos serventes broncos que bailavam à testa, batiam os sapatões, encolhiam o fole vermelho dos harmónios, sacudiam os adufes, guinchavam em falsete as mòdinhas da sua terra.

O clarim só tocou a sentar nos cofres para a passagem do Lavre, que levava pouca água. Foi preciso engatar mais duas parelhas da reserva ao carro do esquadrão, pesadelo da marcha, para não o deixar encravado, com a sua carga de tumba, no fundo barrento da ribeira. Batidos de chapa pela luz doirada do nascente, os condutores, brancos de poeira, gritavam às muares e estalavam-lhe a manopla sôbre as orelhas. Nisto, um clarim, a galope, deu o alarme: era uma manada de bois, talvez gado bravo, que

vinha já à cabeça da coluna. Não houve desviá-la a tempo, — e a bateria passou, pelo meio do gado tranqùilo, que lá seguiu de olhos humildes, cornos baixos, loiro, ao sol, sôbre o tojo. Acima, na meia-porta dum casal, duas mulheres, de saiôtos amarelos como manchas de oiro, espreitavam e riam, curiosas. Foram as únicas almas vivas que topamos no caminho. Daí por diante, — continuou a charneca imensa e deserta; desdobramentos, ondulações de montes que as carquejeiras em flôr cobriam, até perder de vista noutras ondulações azuladas e distantes; de repente, um pinhal, com troncos abatidos e um tapête scintilante de caruma; mais alêm, um bosque abrupto de sobreiros ensanguentados, em atitudes quàse humanas, abrindo para outro pinhal, — e depois, interminavelmente, a charneca ardendo ao sol já alto, a aridez, a imobilidade, o silêncio, lufadas agrestes e cheirosas de mato, moitas hirsutas de cardos pintando de rôxo, um trasvoltear luminoso de insectos vivazes, e a impressão fixa, a impressão imutável, a impressão confrangedora da solidão e do desamparo no seio formidavel da natureza...

Quando a bateria chegou a Coruche eram 9 horas da manhã.

CABELEIRAS BRANCAS

Voltaram as cabeleiras empoadas. Decretou-o ditatorialmente a moda francesa. Acaba de o anunciar aos quatro ventos êsse vivo e colorido jornal «*La coiffure et les modes*», — fôlha oficial dum govêrno caprichoso e despótico contra o qual ninguêm ousa insurgir-se: M.elle Provost, a galante actriz parisiense, tendo de fazer uma ingénua de vinte anos, aparece em scena com os cabelos brancos. Nas tardes doiradas do *Bois de Boulogne*, as cabeças empoadas começavam a surgir, como se as ligeiras figuras de Watteau, de Boucher ou de Greuze, tocadas da graça ingénua dos velhos polvilhos de França, se tivessem desprendido, num vôo, das suas télas do Louvre e de Versailles. A moda da mulher, obra perturbadora do homem, tendo esgotado o *stock* colossal das extravagâncias desculpaveis, regressa plácidamente ao século XVIII, para aproveitar, transformando-o, um resto de beleza esquecida. «*Tout est bu; tout est mangé*», — diria o bom Verlaine. A moda deixou definitivamente de criar, — para renovar. Ontem ainda, as *maravilhosas;* hoje, o antigo regimen. Á *dame* Talien, — sucede Luis XV.

O que é certo, é que se as cabeleiras brancas triunfam em Paris, — nós temo-las imediamente em Portugal. Não se trata de uma inovação de duvidoso efeito: é uma velha e experimentada moda que ressurge, um conhecimento antigo a que se torna a

apertar a mão, um logar comum da beleza feminina que volta a caír em graça, alguma coisa que já largamente se estudou, se estilizou e se glorificou na lenta e decisiva elaboração de um século. Os cabelos empoados, que trazem consigo, para nós outros, todo o prestígio passado dos serenins de Queluz, com caldo de galinha servido em Japão velho e a batuta de David Péres marcando o solene compasso dos minuetes, — não teem apenas o poder de ennobrecer e de espiritualizar a beleza; teem também (não sei se notaram já) o precioso segrêdo de tornar mais môça a mocidade e menos velha a velhice. Foi precisamente êsse segrêdo que manteve durante todo o século XVIII a moda dos polvilhos. O tom róseo das carnações loiras, o grão fino e doirado das epidermes trigueiras, animam-se ao contacto da mancha fria dos cabelos empoados; sob o reflexo de prata das cabeleiras brancas, dir-se-ia que os olhos brilham mais, com mais expressão, com mais fogo; pelo contraste, tingem-se os lábios, aviva-se o recórte vermelho da bôca, — e uma inesperada mocidade surge, palpita e resplandece, só pela virtude efémera duma névoa de pó branco que cái sôbre a cabeça duma mulher bonita. As modas que remoçam são as únicas que triunfam. Os cabelos empoados remoçam sempre; os cabelos empoados triunfarão.

Há apenas uma dificuldade. A vida seria uma coisa hedionda se as dificuldades não existissem. Para ter os cabelos empoados, — é necessário empoá-los; e empoar os cabelos segundo a rigorosa liturgia dos cabeleireiros do século XVIII, dos Dagé, dos Frison, dos Leonard, dos Legros, mestres na arte subtil de frisar, de riçar, de encanudar, de perfumar, de mosquear, de polvilhar, é um lento e complicado suplício de longas horas, essencialmente incompatível

com as exigências vertiginosas da vida moderna. Com os cabeleireiros portugueses, alguns dos quais ficaram célebres — o Reis do Chiado, polvilhador admirável, o *Tomás José* da Boa Hora, cabeleireiro da rainha D. Maria I, ou Mr. Louis, mestre de perucas do príncipe regente, — o ceremonial, no dizer de *monsieur* de Montigny, encarregado dos negócios da França, ainda era mais lento, mais secante e mais imobilizador. Rigorosamente, uma sécia do Rocio que quizesse ir ao palanque dos toiros, ou uma bandarrinha fidalga que se presasse de ouvir missa na capela do Paço, tinham de ficar penteadas de véspera e de dormir assentadas num sofá, entre montanhas de almofadas, para não descomporem o complicado edifício da cabeleira. Criadas ainda à moda árabe, em hábitos de rigoroso recolhimento, as meninas das casas nobres saíam pouco; o princípio severo de que a mulher só devia saír de casa três vezes, — «a baptizar, a casar e a enterrar», era ainda, nalgumas famílias, designadamente nas dos Marialvas e dos Vimiosos, a base de tôda a educação feminina; quando muito, as meninas iam no domingo à igreja, ou de noite, dentro da cadeirinha ou do estufim doirado, ocultas no rebuço negro dos mantéus, a casa da avó marquesa ou do tio Grão-Prior: de modo que, quando excepcionalmente tinham de deitar abaixo as jóias, as charpas, os donaires, os sapatinhos de veludo berne e os rosicléres de diamantes, quando uma grande festa as reclamava, quando era preciso pentearem-se, riçarem-se, encanudarem-se, polvilharem-se, — a própria *toilette* era um divertimento, os próprios cabeleireiros uns anjos e o próprio sofá da vigília, que as esperava, o mais cómodo de todos os leitos. Mestre André, dos Romulares, ou Mr. Girard, da travessa de Santa Justa, chegavam com os seus moços nesses dias gloriosos — quáse sempre

de véspera — a casa da menina que os esperava; encontravam-na assentada no tamborete do toucador, envolvida numas «roupinhas à húngara», — que era como se chamava, no século XVIII, às *robes de chambre;* tiravam da algibeira, entre duas mesuras dançadas, o ferro de chapa, os ferros de virar e de encanudar, um fole, os pacotes de polvilhos perfumados de violeta para as trigueiras e de lírio para as loiras, a caixa de prata dos sinais de tafetá; durante horas, frisavam, riçavam, ondulavam, untavam, compondo o toucado «à alemôa» ou o célebre toucado «de trouxas», do cabeleireiro Leonard; reflexivamente, miravam e remiravam a obra, sempre dançando, a luneta de oiro dum vidro só colada à orbita direita; e quando reconheciam que o toucado estava perfeito, — então, e só então, chegava o momento solene dos polvilhos: ofereciam à menina um funil de papelão para esconder prudentemente os olhos e a face; vinha um escadote; armavam-no ao pé do toucador; subiam, — e emquanto o mestre, com duas grandes borlas de arminho, sacudia no ar, em movimentos rítmicos, uma nuvem de pós de França, o môço em baixo dava ao fole, para que a farinha perfumada se espalhasse finamente, tènuemente pela sala, e fôsse caindo depois, por igual, pouco a pouco, grão a grão, durante horas, sôbre as complicações triunfais daquela obra de cabelo e de paciência.

Ora é evidente que êste ceremonial lento e anacrónico não se compadece nem com as exigências tumultuárias da vida actual, feita de movimentos rápidos, de grandes velocidades, de fugas convulsivas, de ângulos agudos, nem com o feitio da brusca e intensa Eva moderna, ávida do desejo de descomplicar e de acelerar a vida, feixe de nervos que se veste, que se penteia, que lê, que ama, que sofre

à la minute. A velha moda renascerá, — mas com um ritual novo, rápido, prático, limpo. A elegante moderna não empoará o cabelo como a «França» ou como a «sécia» do século XVIII, tão admiravelmente surpreendidas entre nós pelo pincel de Pedro António Quillard, que pintava em Lisboa à moda de Watteau; porá, simples e praticamente, uma cabeleira postiça feita de cabelo branco, que a esperará, já penteada, nas mãos experientes da sua criada de quarto. Foi o que fez M.elle Provost; é o que fazem tôdas as *professional beauties* que nestas tardes de maio começam a aparecer no *Bois*. Tôdas as elegantes terão duas, três, quatro cabeleiras brancas; emquanto uma serve, penteiam-se as outras, — e a vida de hoje não suspenderá a sua fuga vertiginosa por causa dessa coisa leve, complicada, caprichosa e ligeira que é uma cabeça de mulher.

Mas, se a moda vinga e se instala, por que fabuloso preço não se comprará àmanhã uma cabeleira! O cabelo encarecerá, os cabeleireiros farão fortuna, — e dentro de pouco tempo só nos restará um meio único, económico e infalivel de ter cabelos brancos: — envelhecer.

UM FIDALGO

Quem o visse, nos últimos anos de vida, velho, curvado, obscuro, humilde, embrulhado no seu capotão de saragoça, galgando a rua das Farinhas a caminho dêsse nobilíssimo pardieiro que era o palácio da *Rosa*, — não diria, decerto, que ia ali o terceiro marquês de Ponte do Lima, décimo-sétimo visconde de Vila Nova de Cerveira, vigésimo-primeiro morgado de Soalhães, de Mafra e de S. Lourenço. E, entretanto, essa figura apagada e sombria, que lembrava o *Menippo* de Valasquez, era uma das maiores figuras da nobreza portuguesa.

Á similhança do marquês de Anjeja e do conde de Vimioso, do ilustre Niza e do môço Anadia, — D. José Maria Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva realizava, no seu máximo pitoresco popular, o tipo, vulgarissimo nos séculos XVIII e XIX, do fidalgo português cuja nobreza resplandecia, iluminada por mestre Arriet, no *Livro do Armeiro Mór*, e que uma invencível fatalidade impelia para o convívio ingénuo e grosseiro do povo. Pertencia às raças finas e dextras que, no picadeiro de Belêm e nas cocheiras do Calvário, com o Bartoldo ou o Antonico *Gordo*, com os Grilos negros ou o José Roquette, se tinham ido medularmente adaptando, em gerações sucessivas, à arte fidalga de espotrejar cavalos e ao vêso plebeu de abraçar boliciros. Tendo-se batido, em 1827 e 1828, como

cadete de cavalaria, e usado, de 1832 a 1833, os galões de oficial, o bisneto do devotíssimo ministro assistente do despacho de D. Maria I, tão vivamente descrito por Costigan e Jácome Ratton, abandonou o serviço do exército e refugiou-se, a picar potros, naquele magnífico solar de Ponte do Lima que depois havia de vender ao alfaiate Marques pelo preço duma niza de briche. Mais tarde rodopiou para Lisboa, a tinir as suas esporas de ferro de Guimarães; meteu-se primeiro com a *jeunesse dorée* de S. Carlos, depois com a mafra baixa dos ségeiros e dos eguariços; alugou a um herdeiro do *Assembleia* as cocheiras do palacio, — e acabou, enxalmado no seu áspero ferragoulo de saragoça, uma ponta amarela de cigarro pendida do beiço, a jogar as cartas pelas cavalariças imundas do Arco do Bandeira. Á medida que desabavam os telhados vetustos do casarão de S. Lourenço, coito de vàdios e de mendigos em cujo pátio solarengo apodreciam restos doirados de liteiras e de traquitanas, — o velho D. José, com a cama às costas, indiferente à derrocada dos seus paços tradicionais, ia mudando tranqùilamente dumas salas para as outras o leito armoriado de pau santo e os enxergões rotos de palha triga. Precisamente no dia em que ruíu e desabou o último teto da última câmara do andar nobre do palácio da *Rosa*, em 21 de dezembro de 1877, o marquês de Ponte do Lima, não tendo mais para onde fugir, — morreu.

Dois episódios, aparentemente contraditórios na sua significação, pintam-nos ao vivo o carácter do velho marquês, a sua ingénua despreocupação de todos os preconceitos de familia e de raça, o esquecimento deliberado de tôdas as honras e de todos os títulos nobiliárquicos, — e, ao mesmo tempo, a espirituosa bonomia com que castigava, num sor-

riso ou numa palavra, quem não se lembrasse daquilo que só êle tinha o direito de esquecer. Vale a pena fixar êsses episódios na história anedótica, porque retratam fielmente o fidalgo português da primeira metade do século XIX e são a expressão flagrante e pitoresca duma época.

Um dia, no tempo em que ainda era rijo de pernas, o marquês de Ponte do Lima reparou numa sége antiga que cabeceava ao canto do pátio, meteu-lhe um rodado novo, pintou-lhe o espaldar, deixou-lhe nas ilhargas os metais e os esmaltes do brazão da casa, engatou-lhe duas bêstas com quartos e aguaduras, ajustou o Raimundo bolieiro por dez réis de mel coado, — e mandou o calhambeque para a praça, a fazer dinheiro. Durante muitos meses, quem quisesse vêr o marquês, embrulhado no seu eterno capotão de saragoça, era ir procurá-lo no terreiro do Rocio, ao pé da sége. Passava ali horas esquecidas, a dar a ração aos cavalos, a conversar com os cegos das folhinhas, a ouvir aos ségeiros de boleia a giria das batidas e das cocheiras, — e a apontar as vezes que a caleja saía em serviço. Certa tarde de toiros, em que não estava na praça senão a sége do Ponte do Lima, o bolieiro Raimundo caíu com uma dôr de cólica, levaram-no em braços para o hospital, — e precisamente quando o marquês pensava em fazer recolher a sége à cocheira, surgiu-lhe um freguês esbaforido, tartamudo, a limpar o cachaço de boi com um lenço de Alcobaça e a querer bater à viva fôrça para Carriche.

— Não há bolieiro! — desenganou o marquês.

— Mas é que eu tenho lá uma filha a morrer, senhor! — arrepelou-se o homem. — Fui por aí a tôdas as cocheiras e não há uma traquitana que não esteja nos toiros! Bacoreja-me o coração que já a não vejo viva!

O fidalgo olhou o homem que soluçava atirado sôbre os rodados; lembrou-se do tempo em que, com o Niza, tinha sido cocheiro em Londres; meteu o velho na sége como um fardo doloroso, saltou èle para a boleia, — e quatro horas depois, já de volta, no hospital, o terceiro marquês de Ponte do Lima entregava ao bolieiro doente a libra que acabara de ganhar na batida de Carriche...

No dia seguinte, ou poucos dias depois, D. José Teles da Silva fez o sacrifício de pôr uns escarpins velhos, uma casaca mais velha ainda, e de assistir a um dêsses sumptuosos «bailes da Regaleira», que nos *compte-rendus* da *Abeille*, jornal de modas do tempo, nos dão a impressão de nuvens de *organdi* côr de rosa dançando polkas à luz fria de aranhas de prata. Encontrou lá certo barão *parvenu*, daqueles que Garrett troçava antes de ser visconde, — homúnculo baixo, rico, vaidoso, redondo; feio como um cão de loiça do Rato. Conversaram. Mas ao passo que o barão dava excelência ao marquês, uma «excelência» muito curvada, muito reverente, — o nobre Ponte do Lima, mal humorado, nostálgico da bisca lambida das cocheiras, limitava-se a tratar o barão, correctamente, por «vossa senhoria». A certa altura, o homem, já melindrado pela insistência num tratamento que julgava desprimoroso para o seu baronato, quis pagar na mesma moeda ao marquês e despediu-se, com secura:

— Passe vossa senhoria muito bem, senhor marquês de Ponte do Lima!

O fidalgo compreendeu a reprimenda, franziu num sorriso a sua face de medalha, então ainda glabra e fina, e cortejou com a maior amabilidade do mundo:

— Criado de vossa excelência, senhor barão.

— Ora essa! desembestou o homem. — Então o

senhor marquês trata-me por senhoria quando eu lhe dou excelência e dá-me excelência quando eu o trato por senhoria?

Logo o marquês, sem se perturbar:

— É que nós, meu caro barão, não podemos ter ambos o mesmo tratamento...

O PASCOAL

O Pascoal tocava piano num café de lépes. Pela tarde, quando o céu começava a doirar-se sôbre os telhados negros da Mouraria e certa vidraça longínqua lampejava como um espelho batido do sol, — descia êle da sua água-furtada, ósseo, comprido, curvo, todo vestido de preto, um fraque coçado, umas calças curtas, um chapelinho mole posto à banda na cabeça calva, atravessava a rua em pernadas de insecto, roendo as unhas, piscando os olhos miopes, esfregando as mãos rôxas de frio, e ía sumir-se defronte numa baiúca negra ao pé da ermida da Saúde, a chocalhar um piano velho. Os freqùentadores, rúfias de boina, marchantes de calça de belbute e espora, chamavam-lhe o «louva-a Deus», davam-lhe copos de aguardente para aquecer, e caíam em êxtase, como aranhas, calados, estúpidos, imóveis, quando o Pascoal, na pulmoeira de cobre daquela guitarra gigantesca, as mãos como moluscos escorregando sôbre a dentadura amarela do téclado, lhes atirava a *Ciacona* de Haendel ou o *Noturno em mi bemol* de Chopin. Era o ídolo clássico dos cafés de lépes. Se o aplaudiam, a sua face rugosa de fauno triste, onde pungia uma barbuna rala de degenerado e uns olhitos azúis piscavam por detrás dos cristais da luneta, contraía-se, iluminava-se, fusilava, ganhava uma auréola, como se dentro da-

quele idiota musical resplandecesse um instante de génio.

Um dia, apareceu no café a chorar, com uma pequenita de cinco anos pela mão. Era a filha. Atirou-se, num soluço, para cima do piano. Rodearam-no. Perguntaram-lhe o que tinha. Contou tudo. A mulher enganara-o com um carpinteiro do Arsenal. Crescêra-lhe alma de a matar, naquele instante. Mas a vida era de Deus, não tinha querido ensopar as mãos em sangue; agarrára-a por um braço e puséra-a fóra da porta. Que fôsse para o outro, que não lhe envergonhasse a cara. A pequena ficava sem mãe, — mas acabou-se! — não havia mais vergonhas de portas a dentro, nem êle andava por aí nas bôcas do mundo. Pois não era verdade que tinha feito bem? Que procedêra como um homem honrado? As lágrimas caíam-lhe, a quatro e quatro, pela face crispada, embaciavam-lhe a luneta, embebiam-se-lhe nos pêlos loiros, nos pêlos ralos da barba, e a bôca pequena, polpuda, deprimida, repuxada nas comissuras, dava-lhe o ar infantil duma criança que chora. Que sim, que tinha andado como um homem de bem, — mas que deitasse o coração ao largo. Mulheres havia muitas, a pequena já estava a bem dizer criada — e um homem era um homem, que diabo! O botequim encheu-se de gente, a pequena andou de colo em colo, nos joelhos dum, nos joelhos de outro, deram-lhe café, deram lhe dinheiro, acenderam-se as luzes, a baiúca encheu-se de malta, — e naquela noite, batido das mãos convulsas, das mãos dolorosas do Pascoal, o pobre piano chocalhado estremeceu, arquejou, chorou, soluçou, tiniu o cobre das cordagens gastas, gemeu no arcaboiço fatigado tôda a agonia, tôda a veemência do sofrimento humano, e os seus guinchos, os seus uivos de fera moribunda, rouquejando Schumann, rugindo Mendel-

sohn, ganindo Chopin, alagaram de som e de dôr a Mouraria inteira, transbordaram, tumultuaram pelas alfurjas silenciosas, infiltraram-se, como lágrimas, em todos os corações...

Passou tempo, — quinze dias, um mês. A mulher do pianista, escorraçada pelo carpinteiro, deu em errar pela Mouraria, cheia de miséria e de fome. Queria vêr a filha, beijar-lhe as mãos pequeninas, pedir-lhe perdão. E desgrenhada, esfarrapada, um chaile pela cabeça, umas chinelas nos pés, espectro de beleza que a desgraça devastára, esperava o Pascoal à porta do botequim, alongava para êle os olhos negros numa súplica e deixava-o passar em silêncio. A primeira vez que a viu, o pianista sentiu o sangue a latejar-lhe nas fontes, cresceu-lha a ânsia de a estrangular, lembrou-se da filha, teve mão em si, e lá foi, tôda a noite, chocalhar, guitarrar no piano. Dias depois, tornou a vê-la, mas tão miserável, tão cheia de frio naquele dezembro aspérrimo, tão cortada de dôr, tão desfeita de lágrimas, que lhe galgou um soluço à garganta, os olhos marejaram-se-lhe, roeu as unhas com fúria, parou um momento, buscou na algibeira das calças, e sem a olhar, sem a querer vêr, sem a querer sentir, atirou-lhe uma moeda para o regaço. Nessa noite, com êsse mesmo dinheiro, com essa moeda de prata que não tivera fôrça para restituir ao marido, a pobre escorraçada, contente, quáse feliz, foi comprar uma boneca para a filha, mandou-a à pequena por um môço do botequim, — e enregelada, alegre, cheia de fome, cheia de esperança, ficou sorrindo, docemente, num poial de porta...

Na noite seguinte, era véspera de Natal. Quando o Pascoal passou para o café, lá estava ela, junto à ombreira, coberta de trapos como uma mendiga. Já todos os fregueses do botequim lhe davam esmola.

lhe mandavam de comer, lhe diziam palavras de confôrto. O pianista assomou, parou a olhá-la, percebeu num olhar, num movimento, que ela ia atirar se-lhe aos pés, pedir-lhe perdão, — e fugiu bruscamente para o botequim, pálido, nervoso, sem poder falar, a mão a tremer nas lunetas, os olhos azúis vidrados de lágrimas. Sentou-se ao piano. Correu os dedos no teclado. Mandou vir aguardente. A luz do gás, como uma nódoa de oiro, escorria-lhe pelas mãos brancas, gelatinosas. Pensou na filha. Ela tinha-lhe pedido que lhe levasse naquela noite um brinquedo. Que havia de levar-lhe, que fôsse para ela um sorriso, a sombra fugitiva duma felicidade? Um pensamento que já muitas vezes lhe atravessára o espirito e que êle vinte vezes repelira, ganhou-o súbitamente, como um clarão. Nessa noite, não tocou música clássica. Foram tudo zarzuelas, tangos, coisas vivas e alegres. No intervalo, ia espreitar à porta e voltava perturbado, abstrato. Todos estranhavam o Pascoal. Eram dez horas, pediu ao dono do botequim que o deixasse ir embora. Saíu à esconsa, sem darem por êle, cosido com a parede, como uma pincelada negra. Hesitou, vacilou, aproximou-se da mulher, que esperava, a tiritar no seu chaile, açapada numa soleira de porta, e tímidamente, comovidamente, humildemente, como se fôsse êle a pedir perdão, murmurou, a voz cortada por um soluço:

— Anda para casa...

Não tinha nada que levar à filha naquela noite... Levou-lhe a mãe.

ÍNDICE

MULHERES:

Arte de envelhecer 9
Miss Kate 13
Um cigarro 17
O retrato 23
Ela 27
A resposta dela 31
O josèzinho encarnado 35
A Eva moderna 39
Inês de Castro 43

POETAS E PROSADÔRES:

Fialho 49
Bulhão Pato 53
Camilo 61
O Conde de Monsaraz 67
Sousa Monteiro 71

NOVOS ESTUDOS SÔBRE O SÉCULO XVIII EM PORTUGAL:

Em Cythéra 79
Bébés nossos avós 85
O Fandango 91
Dois confessores 95
O Freirático 101
Autópsias de reis 111
O pano verde 117
Capêlos amarelos 125

Como se comia em Portugal no século XVIII ... 131
As dobras de duas caras ... 137
Bruxarias ... 141
A mania dos óculos ... 147
História dum arco ... 153
Bôbos ... 157
A Bernardice ... 163

ARTE E ARTISTAS:

Columbano ... 171
Gréco era um paranóico? ... 177
Azulejos ... 183
A face austríaca ... 187
Um Van der Wayden ... 195
Rafael Bordalo ... 199

ASPECTOS E TIPOS:

Ciganos ... 217
Um brazão ... 221
Artilharia em marcha ... 227
Cabeleiras brancas ... 231
Um fidalgo ... 237
O Pascoal ... 243

PORTUGAL-BRASIL

COMPANHIA EDITORA

58, Rua Garrett, 60 — LISBOA

AFFONSO LOPES VIEIRA
O Romance de Amadis ..... 5$00
Em demanda do Graal ..... 4$00
Pais Lilás, desterro azul .... 4$00
ALBERTO TELLES
Camilo na cadeia..... 4$00
ALFREDO APELL
Contos Populares Russos .... 3$00
ALMACHIO DINIZ
A Perpetua Metropole ..... 4$00
ANTONIO CABRAL
Camilo Desconhecido, broc... 8$00
Eça de Queirós ..... 8$00
AUGUSTO DE CASTRO
Conversar ..... 2$00
BAZILIO TELLES
A Sciência e o atomismo .... 4$00
CARLOS BABO
A Sombra de D. Miguel..... 5$00
Amor Perfeito..... 5$00
CARLOS MALHEIRO DIAS
A verdade Nua, (2.ª ed.) ..... 5$00
Carta aos Estudantes..... 1$00
COELHO DE CARVALHO
A Eneida de Virgilio..... 10$00
CONDE D'ARNOSO
Azulejos, nova ed..... 5$00
CONDE DE SABUGOSA
Gente d'Algo..... 7$00
Neves de Antanho, (2.ª ed.).. 6$00
Donas de tempos idos, (3.ª ed.) 6$00
Embrechados (3.ª ed.)..... 5$00
EDUARDO DE AGUILAR
Tragedias de Roma ..... 8$00
EDUARDO SCHWALBACH
A Historia da Carochinha 1$50
EMMANUEL LASSERRE
Os Delinquentes Passionaes.. 4$00
H. LOPES DE MENDONÇA
Sangue Português (2.ª ed.)... 5$00
Gente Namorada (2.ª ed.).... 5$00
Lanças n'Africa..... 5$00
Capa e espada..... 5$00
Fumos da India..... 5$00
JOÃO DE CASTRO
A Comedia de Lisboa..... 8$00
JOÃO DO RIO
Rosario da Ilusão ..... 5$00
Correspondencia de uma estação de cura (2.ª ed.)..... 5$00
JOÃO SARAIVA (RIVOL)
Satyras..... 3$00
JOSÉ BARBOSA
O Problema Economico e Financeiro ..... 5$00

JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO
Marcas comerciaes e industriaes ..... 5$00
JOSÉ TAVARES
Sucessões e direito sucessorio 20$00
JULIO DANTAS
Como elas amam (3.ª ed.).... 5$00
Espadas e Rosas, (4.ª ed.)..... 5$00
Mulheres, (5.ª ed.)..... 6$00
Sonetos (4.ª ed.)..... 3$00
Abelhas doiradas, (2.ª ed.) ... 5$00
Ao ouvido de M.me X (4.ª ed.) 6$00
Os galos de Apollo..... 5$00
Êles e Elas (3.ª ed.) ..... 5$00
Arte de Amar..... 5$00
L. XAVIER BARBOSA
Cem Cartas de Camilo ..... 10$00
MANUEL DA SILVA GAIO
De Roma e suas conquistas.. 5$00
MARIA A. VAZ DE CARVALHO
Paginas escolhidas ..... 5$00
Scenas do seculo XVIII em Portugal. ..... 5$00
MAYER GARÇÃO
Os Cem Sonetos (prefacio) 2.ª ed. 5$00
PAULO DE GARDENIA
Lecticia ..... 4$00
SAMUEL MAIA
Sexo Forte..... 5$00
Entre a vida e a morte..... 5$00
Luz Perpétua..... 5$00
SOUSA COSTA
Paginas de Sangue ..... 6$00
Fructo Proibido (2.ª ed.) .... 6$00
Milagres de Portugal ..... 5$00
Ressurreição dos mortos (2.ª) 6$00
Romeu e Julieta (3.ª ed.)..... 5$00
Coração de Mulher (3.ª ed.). 6$00
Dramas da Serra ..... 4$00
STUART TORRIE
Secretario Comercial da Lingua Inglesa, cart ..... 5$00

Theatro:

JULIO DANTAS
A Severa..... 5$00
D. João Tenorio, 6 actos..... 5$00
Rosas de todo o ano ..... 1$00
1023, episodio em verso..... 1$00
Auto de El-Rei Seleuco..... 1$5
Um serão nas Larangeiras... 5$00
A Castro ..... 1$5
Sóror Mariana ..... 1$5
D. Beltrão de Figueirôa ..... 1$5
Primeiro beijo ..... 1$00

PQ
9261
D3F5
1920

Dantas, Julio
Figuras de ontem e de hoje

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 05 01 02 009 6